

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO**

DYEPESON MARTINS DA SILVA

**FONTES NÃO VISÍVEIS AO PÚBLICO NA SIGNIFICAÇÃO DE NOTÍCIAS SOBRE
VIOLÊNCIA URBANA: A TRANSPOSIÇÃO DE NARRATIVAS NO
TELEJORNALISMO POLICIAL**

**PONTA GROSSA
2021**

DYEPESON MARTINS DA SILVA

**FONTES NÃO VISÍVEIS AO PÚBLICO NA SIGNIFICAÇÃO DE NOTÍCIAS SOBRE
VIOLÊNCIA URBANA: A TRANSPOSIÇÃO DE NARRATIVAS NO
TELEJORNALISMO POLICIAL**

Dissertação apresentada para a obtenção
do título de Mestre na Universidade
Estadual de Ponta Grossa, no programa de
Pós-graduação em Jornalismo.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Cintia Xavier.

**PONTA GROSSA
2021**

Martins, Dyepeson

M386

Fontes não visíveis ao público na significação de notícias sobre violência urbana: a transposição de narrativas no telejornalismo policial / Dyepeson Martins. Ponta Grossa, 2021.

132 f.

Dissertação (Mestrado em Jornalismo - Área de Concentração: Processos Jornalísticos), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Cintia Xavier.

1. Jornalismo policial. 2. Fonte não visível. 3. Telejornalismo. 4. Produção de notícias. 5. Poder simbólico na mídia. I. Xavier, Cintia. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Processos Jornalísticos. III.T.

CDD: 079.81

FONTES NÃO VISÍVEIS AO PÚBLICO NA SIGNIFICAÇÃO DE NOTÍCIAS SOBRE
VIOLÊNCIA URBANA: A TRANSPOSIÇÃO DE NARRATIVAS NO
TELEJORNALISMO POLICIAL

Dissertação apresentada para obtenção de título de mestre na Universidade
Estadual de Ponta Grossa. Área de concentração: Processos de Produção
Jornalística.

Ponta Grossa, 10 de setembro de 2021.

Banca examinadora



Profa. Cintia Xavier – orientadora
Doutora em Ciências da Comunicação
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof. Guilherme Gonçalves de Carvalho
Doutor em Sociologia
Centro Universitário Internacional – Uninter

Profa. Iluska Maria da Silva Coutinho
Doutora em Comunicação Social
Universidade Federal de Juiz de Fora



**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO**

**TERMO DE RESPONSABILIDADE
Declaração de Compromisso Ético com a Originalidade Científico-
Intelectual**

Eu, Dyepeson Martins da Silva, CPF 988.630.292-53, RG 428296, responsabilizo-me pela redação do trabalho intitulado **“Fontes não visíveis ao público na significação de notícias sobre violência urbana: a transposição de narrativas no telejornalismo policial”** testando que todos os trechos que tenham sido transcritos de outros documentos (publicados ou não), e que não sejam de minha exclusiva autoria, estão citados entre aspas, com a devida indicação de fonte (autor e data) e a página de que foram extraídos (se transcrito literalmente) ou somente indicados fonte e ano (se utilizada a ideia do autor citado), conforme normas e padrões da ABNT vigentes. Declaro, ainda, ter pleno conhecimento de que posso ser responsabilizada legalmente caso infrinja tais disposições.

Ponta Grossa, 10 de dezembro de 2021.

Dyepeson Martins da Silva

Dyepeson Martins da Silva
RA: 3100119004018

Praça Santos Andrade, nº1 – Campus Central
Fone: (42) 9 9928-0808 / 3220-3379 Ponta Grossa Paraná - CEP 84010-790 mestradojornalismo@uepg.br
e ppgjornalismo@gmail.com

Aos amigos, colegas e jornalistas que se foram durante a pandemia da Covid-19 no Brasil.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Merian Martins, dedico esta primeira linha. Ela me deu forças para iniciar, continuar e concluir esta dissertação de mestrado.

Voltar ao mundo acadêmico depois de um longo período distante, atuando no mercado profissional, foi um desafio repleto de incertezas. Saí do extremo norte do país para estudar na região Sul. Perdi as contas de quantas vezes pensei em desistir, por outro lado, é difícil mensurar a quantidade de gestos que me ajudaram a persistir. Por isso, também agradeço:

À minha irmã, Hervelen Martins, pois ela não mediu esforços em me apoiar.

À minha companheira de vida, Claudia Tamires, que sempre esteve ao meu lado – mesmo distante – como amiga, ouvinte, conselheira.

À minha orientadora, Cintia Xavier, pela paciência e empatia durante o desenvolvimento da pesquisa, compreendendo as minhas dificuldades e limitações.

Todos os professores do Mestrado em Jornalismo da UEPG influenciaram, de alguma forma, na construção deste trabalho. Em especial, agradeço:

À professora Paula Melani Rocha, que me incentivou a continuar com esta linha de pesquisa.

À professora Karina Woitowicz, que sempre compreendeu o tempo dedicado à dissertação diante de atividades paralelas da vida acadêmica.

Ao professor Rafael Kondlatsch, amigo e orientador em aulas.

Aos membros da banca de qualificação. Os apontamentos e orientações ajudaram a concretizar este estudo.

Ao amigo Abinoan Santiago, sempre disponível para me auxiliar e a vencer as dificuldades.

À amiga Larissa Cantuária, solícita nas orientações científicas.

À Nara Sousa, uma entre várias amigas que o mundo acadêmico proporcionou.

À Fundação Araucária, por financiar a bolsa de estudos para a realização da pesquisa.

RESUMO

O propósito deste trabalho é a compreensão e identificação de informantes presentes na significação e estrutura dos enunciados noticiosos do telejornalismo na editoria de polícia, mas que não são visíveis ao público receptor da mensagem. Para isso, são realizados debates sobre as relações entre fontes e jornalistas e o estabelecimento do poder simbólico por meio da mídia, refletindo, entre outros elementos, a violência simbólica e a predominância de grupos dominantes na produção de informações. Desse modo, o estudo propõe classificar como *fonte não visível ao público* esse tipo de emissor de narrativas relacionadas a crimes de violência urbana. O trabalho se deu no mapeamento de correlações entre relatórios policiais e dados coletados em entrevistas; levantamento de registros e observação participante da rotina de produção do Balanço Geral/AP, telejornal pertencente à TV Equinócio, afiliada da Rede Record no Amapá. A apuração de informações aconteceu entre os anos de 2019 e 2020. Ao todo, ocorreu a análise de 96 releases relacionados a ocorrências policiais e 40 edições do telejornal. Entre as estratégias metodológicas adotadas, houve a busca e a identificação de nuances das vivências dos agentes para auxiliar na compreensão do fenômeno observado. A interpretação dos dados da emissora e das informações oficiais, permite a constatação da transposição e apropriação de narrativas, de forma tácita ou não, resultando na invisibilidade da fonte.

Palavras-chave: Jornalismo policial. Fonte não visível. Telejornalismo. Produção de notícias. Poder simbólico na mídia.

ABSTRACT

The purpose of this work is the understanding and identification of informants present in the meaning and structure of news statements of telejournalism in the police editorial, but which are not visible to the public receiving the message. For this, debates are held about the relationships between sources and journalists and the establishment of symbolic power through the media, reflecting, among other elements, symbolic violence and the predominance of dominant groups in the production of information. Thus, the study proposes to classify as an *font not visible to the public* this type of issuer of narratives related to crimes of urban violence. The work involved mapping correlations between police reports and data collected in interviews; survey of records and participant observation of the production routine of Balanço Geral/AP, a newscast belonging to TV Equinócio, an affiliate of Rede Record in Amapá. The investigation of information took place between 2019 and 2020. In all, 96 releases related to police incidents and 40 editions of the news were analyzed. Among the methodological strategies adopted, there was a search for and identification of nuances in the agents' experiences to help understand the phenomenon observed. The interpretation of the broadcaster's data and official information allows the verification of the transposition and appropriation of narratives, tacitly or not, resulting in the invisibility of the source.

Keywords: Police journalism. font not visible. Television journalism. News production. Symbolic power in the media.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 A INVISIBILIDADE DA FONTE PARA O PÚBLICO NO TELEJORNALISMO	15
2.1 O USO DOS INFORMANTES E SUAS CLASSIFICAÇÕES: INTERESSES E ESTRATÉGIAS NA APURAÇÃO DOS FATOS	15
3 A INFLUÊNCIA DO INFORMANTE NA EDITORIA POLICIAL	27
3.1 O PODER INVISÍVEL NO CONTEÚDO JORNALÍSTICO	27
3.1.1 O poder simbólico manifestado na televisão	32
3.2 LIMITAÇÕES NO TRABALHO JORNALÍSTICO NA INFLUÊNCIA DA NATUREZA NARRATIVA.....	36
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	41
4.1 MÉTODOS UTILIZADOS NA COLETA DE DADOS	41
4.1.1 Levantamento de registros	44
4.1.2 Análise de conteúdo	45
4.1.3 Entrevistas.....	47
4.1.4 Interpretação dos dados.....	48
4.2 A OBSERVAÇÃO DAS INTERAÇÕES E RELAÇÕES PESSOAIS PARA A COMPREENSÃO DA APROPRIAÇÃO NARRATIVA	51
5 A FONTE NÃO VISÍVEL AO PÚBLICO NO TELEJORNALISMO POLICIAL: RESULTADOS DA PESQUISA	57
5.1 AS RELAÇÕES ESTRUTURAIS E POLÍTICAS.....	57
5.2 QUESTÕES DE DEPENDÊNCIA COM OS INFORMANTES	64
5.3 A NATURALIZAÇÃO DO JARGÃO POLICIAL NOS DISCURSOS PESSOAIS DOS JORNALISTAS.....	72
5.4 A TRANSPOSIÇÃO DA NARRATIVA PARA A NOTÍCIA: A FONTE NÃO VISÍVEL AO PÚBLICO NAS ESTRUTURAS E SENTIDOS	79
6 CONCLUSÃO	97
REFERÊNCIAS.....	100
 APÊNDICE A – RELATÓRIO DA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE NA REDAÇÃO	 108
ANEXO A – IMAGEM UTILIZADA NA PUBLICIDADE DO BALANÇO GERAL/AP	114

ANEXO B – IMAGEM DA APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA BALANÇO GERAL/AP.....	115
ANEXO C – IMAGEM DO CATÁLOGO DE VÍDEOS DA TV EQUINÓCIO NA PÁGINA DA REDE SOCIAL FACEBOOK	116
ANEXO D – CAPTURA DE TELA PARA EXEMPLIFICAR O MONTANTE DE RELATÓRIOS POLICIAIS UTILIZADOS NA PESQUISA	117
ANEXO E – RELATÓRIOS POLICIAIS COM AS OCORRÊNCIAS DESCRITAS NA PESQUISA	118

1. INTRODUÇÃO

Toda informação divulgada por empresa jornalística passa por critérios de noticiabilidade (CORREIA, 2011), que se constroem em organismos complexos aos quais os jornalistas estão sujeitos (CHARRON; BONVILLE, 2016). Sabe-se também que as condições estruturais estabelecidas no sistema capitalista de produção interferem no trabalho do profissional que atua nas redações (SOUSA, 2002). Tratam-se de fatores presentes em um cenário onde se encontra um elemento com papel fundamental na estruturação das formas e estratégias contidas no processo de construção da notícia: a fonte.

Há na literatura um vasto debate sobre as relações entre as fontes e profissionais da imprensa e seus reflexos no conteúdo jornalístico. Os autores reconhecem a necessidade de evitar o predomínio do interesse de um informante nos enunciados noticiosos, todavia, em grande parte, indicam a dificuldade dessa separação nas rotinas de produção (CARLSON, 2016). Entre as características que afastam a possibilidade de se desprender das interferências do emissor primário da mensagem, está a falta de tempo (ARRUETA, 2010), constituída em um modelo estruturalista repleto de empecilhos para a autonomia dos jornalistas (SOUSA, 2002).

Observa-se ainda, que um conteúdo jornalístico é construído a partir de uma percepção de realidade (MOUILLAUD, 2002), estabelecida ao público como verdade absoluta (SERRANO, 1999). São ideias particulares, resultantes de fatores internos e externos, apresentadas como visões coletivas (VARJÃO, 2008). É por meio da seleção dos acontecimentos e, conseqüentemente, na forma como eles são reproduzidos, que se definem problemas; causas são diagnosticadas; julgamentos morais ganham notoriedade e soluções são sugeridas (ENTMAN, 1993).

Nesse contexto, em meio a padrões de interpretação, ênfase e exclusão – com as restrições e imposições à imprensa -, organizam-se os discursos (GITLIN, 1980). A seleção e o tratamento das informações seguem princípios previamente estabelecidos (ENTMAN, 1993). São impostos, com isso, opiniões e juízos de valor, em operações inerentes ao texto (CARVALHO, 2015).

A detecção dos processos de seleção e construção da notícia nos ajuda a compreender o papel da mídia na constituição de sentido (PORTO, 2002). Dessa forma, este trabalho propõe que não se pode caracterizar um único fator como determinante e isolado na atribuição de significados de uma peça jornalística, embora

tenhamos elementos predominantes e fundamentais no desenvolvimento dos enunciados. Esse conjunto de fatores se configura em resultados que refletem a produção de significações e podem ser percebidos em diferentes formas. Uma delas, é a proposta deste trabalho.

Busca-se aqui a identificação de uma característica resultante de complexas interações e interferências nas rotinas dos agentes responsáveis pela apuração e formulação das notícias. Desse modo, não se pode ignorar as influências simbólicas no conteúdo jornalístico, no contexto de representações de discursos por meio de, entre outros fatores, linguagem narrativa (VARJÃO, 2008). O poder simbólico é exercido nas organizações da imprensa em volta de lutas simbólicas pela produção do senso comum, traduzindo a violência simbólica exercida com a cumplicidade tácita dos que a sofrem (BOURDIEU, 1997).

Entende-se a violência simbólica como implícita e naturalizada, assim como o poder simbólico instituído por visões particulares de grupos dominantes (BOURDIEU, 1989). É possível ter a percepção de que as intervenções nos processos de construção das peças jornalísticas vão além de elementos estruturais e relações cotidianas dos sujeitos. Este é um debate aprofundado ao longo do estudo. Convém, contudo, destacar que a influência de culturas dominantes está amparada no autoritarismo, em visões particulares que dão aos agentes – externos às estruturas de poder – uma falsa ideia sobre o meio social (BOURDIEU, 1989).

Com isso, este trabalho tem como foco a influência simbólica de uma narrativa presente na rotina de trabalho dos meios de comunicação: a policial. Trata-se da narrativa construída no contexto de diversos componentes, que vão das normas de uma organização a percepções pessoais dos jornalistas. O objeto de estudo é uma narrativa que não está explícita ao público, e pode ser apresentada de forma oculta, em formatos que podem ter a aparência de conteúdo originário da empresa jornalística. Verón (1981) identifica a mídia como reprodutora de realidades sociais como experiências coletivas em um modelo ligado a representações sociais. Não se deve ignorar também que, embora invisível, o poder simbólico pode refletir efeitos reais a serviço de interesses conservadores (BOURDIEU, 1989).

A partir da influência simbólica, presente em diferentes conjunturas – como será debatido adiante -, percebeu-se uma característica que não se limita a interferências de organizações no meio jornalístico, mas que reflete na estruturação e no formato das notícias policiais por meio da transposição de narrativas não visíveis

ao telespectador, embora identificáveis, em alguns momentos, intuitivamente ou não, por agentes com olhares mais apurados e conhecimento sobre os protocolos e estratégias de construção de conteúdo do campo jornalístico.

Com isso, este trabalho sugere a presença – no conteúdo telejornalístico policial - de um modelo de informante relacionado a existência do poder simbólico na notícia, na circunstância de restrições estruturais, influências de narrativas institucionais na organização jornalística e percepções particulares dos indivíduos que a compõem. Propõe-se a classificação deste modelo de informante como uma *fonte não visível ao público*, um emissor ocultado nos enunciados.

A proposta da presença de *fontes não visíveis ao público* no telejornalismo policial não se assemelha a ideia de uma fonte anônima, caracterizada em uma estratégia para o jornalista obter informações sem revelar o informante. Este trabalho propõe a *fonte não visível ao público* como resultado da ocultação de narrativas – de maneira naturalizada ou não – na notícia; omitida no conteúdo, porém, presente em sua estrutura e sentido.

Dessa forma, a indagação que norteia a pesquisa é a seguinte: “Como fontes não visíveis ao público se estruturam no telejornalismo policial?”. Como objetivo geral, o estudo pretende identificar a atuação de *fontes não visíveis ao público* na construção das notícias policiais no telejornalismo. Elencam-se como objetivos específicos: 1) Identificar os elementos que contribuem para a presença de fontes não visíveis ao público no telejornalismo e, conseqüentemente, a forma como elas se estabelecem nos enunciados; 2) aferir os interesses que provocam o uso fontes não visíveis ao público no telejornalismo; 3) debater o poder simbólico, diante da violência simbólica, como resultado da transposição de narrativas em notícias relacionadas a crimes de violência urbana.

Com a definição das questões centrais da pesquisa, parte-se das seguintes hipóteses: 1) a rotina produtiva jornalística leva a uma dependência do jornalista a sistemas de produção e, em consequência, a presença de fontes não visíveis ao público nas notícias; 2) a naturalização do jargão policial nas vivências pessoais dos jornalistas contribui para a transposição de narrativas no conteúdo jornalístico; 3) a necessidade de manutenção de relações institucionais para a produção de conteúdo policial, em função de disputas por audiência, reforça a interferência de informantes oficiais na construção de peças jornalísticas; 4) interesses de manipulação da

informação provocam a ocultação dos informantes nas estruturas dos enunciados jornalísticos no telejornalismo policial.

Antes do desenvolvimento da pesquisa em campo e apuração de dados, buscou-se entender o Estado da Arte sobre pesquisas relacionadas com o objeto de estudo. Foi realizado um levantamento no Portal de Periódicos da CAPES. Na filtragem do conteúdo, utilizou-se as seguintes palavras-chaves: fontes institucionais; fontes ocultas; fontes invisíveis; jornalismo policial; telejornalismo; rotinas jornalísticas; institutional sources; hidden sources; invisible source; police journalism; television journalism; journalistic routines. Não foram encontrados estudos com abordagens específicas que busquem compreender como as narrativas de informantes são transpostas para as peças jornalísticas, em estrutura e sentido, mas permanecem imperceptíveis ao público no conteúdo divulgado.

A pesquisa foi realizada na observação do Balanço Geral/AP e na coleta de dados relacionados à cadeia de produção do telejornal, pertencente à grade de programação da TV Equinócio, afiliada na Rede Record no Amapá. Considera-se o respectivo programa um telejornal em razão de predominar como sua função principal a ideia de divulgação de notícias por meio da estrutura televisiva, com a utilização dos recursos de som e imagem. Além disso, entre as características do telejornalismo, está a de tornar a informação publicamente disponível por meio de organizações jornalísticas (GOMES, 2011), assim como é feito no respectivo programa (ressalvados os critérios de noticiabilidade e preceitos ideológicos a serem discutidos neste trabalho).

A escolha pela região geográfica ocorreu diante da relevância em debater como se estruturam as abordagens telejornalísticas sobre crimes de violência urbana no Amapá, que vem ocupando, nos últimos anos, a maior taxa de letalidade em ações policiais do país. Em 2015, 2016, 2017, 2019 e 2020, o estado apresentou a primeira colocação no índice de pessoas mortas pela polícia no Brasil. Os dados são do Anuário Brasileiro de Segurança Pública e de levantamentos estatísticos realizados por veículos de comunicação, em parceria com universidades e organizações não governamentais (SANTIAGO; MUNIZ, 2018; AMAPÁ, 2021).

Para o debate sobre a possibilidade de existência de *fontes não visíveis ao público* no telejornalismo policial, houve a realização de entrevistas com profissionais da emissora; a descrição da linguagem usada nos conteúdos veiculados; e a comparação de peças jornalísticas do Balanço Geral/AP - sobre crimes de violência

urbana - com relatórios policiais. Ao todo, ocorreu a análise de 40 edições do telejornal e de 96 relatórios policiais.

Três principais procedimentos metodológicos nortearam o desenvolvimento da pesquisa: observação participante, análise de registros e entrevistas. A análise de conteúdo esteve presente em todos os processos, como forma de auxiliar na interpretação dos dados. Os materiais obtidos foram revisitados pelo menos uma vez, cada um, durante a análise das correlações existentes entre os dados apurados.

Ressalva-se que a produção deste estudo aconteceu durante o período de pandemia da Covid-19, levando a modificações e adaptações nos procedimentos adotados para a coleta de dados em virtude das medidas restritivas para conter a proliferação do vírus. Com a crise sanitária, houve a intermediação do computador para o desenvolvimento das entrevistas de forma online, e o uso de plataformas virtuais na coleta de informações.

Percorre-se debates teóricos antes da exposição dos resultados obtidos na pesquisa. Discute-se o uso de fontes no jornalismo, no contexto de estratégias e interesses na produção de notícias. Posteriormente, é abordado o poder simbólico exercido na mídia como um poder invisível, configurado a partir da influência de culturas dominantes sobre culturas dominadas, em um consentimento não manifestamente expresso, resultado da violência simbólica exercida em um meio. São considerados também os critérios de seleção da notícia, que envolve um processo dividido entre o comunicador, o receptor, a cultura e o texto para a produção de sentido (ENTMAN, 1993).

Essas discussões se dão na abordagem de aspectos do telejornalismo policial, considerando suas especificidades na produção das notícias no cenário de imediatismo. A contextualização com as respectivas características, ajuda a explicar a influência, a transposição e a apropriação de narrativas. Além disso, também são elencados e detalhados os procedimentos metodológicos que compuseram o desenvolvimento da pesquisa, considerando a importância da observação de elementos pertinentes nas interações dos indivíduos.

Por fim, serão expostos os dados obtidos no estudo, seus resultados e a interpretação desses como forma de explicar a proposta da existência de informantes não visíveis ao público no telejornalismo policial. Nas considerações finais, é realizado um resumo do trabalho e feita a explanação dos dados apresentados, com a exposição e explicação do objeto.

2. A INVISIBILIDADE DA FONTE PARA O PÚBLICO NO TELEJORNALISMO

2.1 O USO DOS INFORMANTES E SUAS CLASSIFICAÇÕES: INTERESSES E ESTRATÉGIAS NA APURAÇÃO DOS FATOS

Para entender e conceituar a proposta de uma de *fonte não visível ao público* existente no telejornalismo e suas nuances no processo de construção da notícia, convém debater o contexto histórico no qual os informantes e jornalistas se relacionam. Diante disso, são propostas duas questões para nortear a reflexão ao longo deste capítulo: como o interesse das fontes e dos jornalistas influenciam na apuração de informações; e como esses interesses refletem em fórmulas e estratégias para a produção de conteúdo. Os questionamentos são pertinentes ao cenário de objetividade estabelecido pelo mercado industrial capitalista que, na prática, possibilita a omissão das intencionalidades das fontes, sobretudo aquelas classificadas como oficiais (CHRISTIANS, 2004).

Diariamente, milhares de eventos são registrados no mundo e, nesse meio, o jornalismo usa critérios próprios para escolher o que deve ou não ganhar notoriedade. Isso se traduz, no meio social, no poder de interpretar e nomear situações e sentimentos do presente (MOUILLAUD, 2002). É a partir da seleção prévia dos jornalistas e empresas jornalísticas que os fatos são transformados em notícias, revelando não somente um poder de intermediação, mas o de enfatizar e interferir na construção dos acontecimentos (MOUILLAUD, 2002). Essa interpretação não se apresenta de forma isolada e nem por um interesse único e objetivo. Pelo contrário, está imersa em um conjunto de elementos e fatores internos e externos a uma redação.

Os processos inerentes à construção de conteúdo jornalístico não se alinham de forma pacífica, determinada, organizada e linear, como é possível aferir neste trabalho. Há interferências que se manifestam nas estruturas e na apuração das notícias, influenciadas por relações constantes entre os sujeitos produtores da empresa jornalística e suas fontes. Ao passo que a imprensa veicula o conteúdo final, as fontes jornalísticas moldam as informações primárias, pois os informantes estão em todos os lugares: tribunais, delegacias, hospitais, nas ruas e nas avenidas de uma cidade (MORAIS, 2017). No âmbito da objetividade, as fontes ligam-se à produtividade do jornalista, que exerce sua atividade tendo o tempo como essencial (MORAIS,

2017). Por isso, as fontes são primordiais no processo de construção de um produto jornalístico (MARTINI; LUCHESSI, 2004).

Mas a interdependência entre fontes e jornalistas, assim como entre as organizações onde os sujeitos atuam, é uma característica construída a partir de preceitos da indústria e que se consolidou no universo capitalista. Até meados do século XIX, era comum que jornalistas não perguntassem às fontes e apenas relatassem o ocorrido emitindo opiniões pessoais (SCHMITZ, 2011). Entre o fim do século XIX e início do século XX, a fonte passou a inserir-se no campo jornalístico, que se articula com outros campos, como o político e social (CORREIA, 2011). Por consequência, criou-se uma tensão permanente entre fontes, jornalistas e opinião pública em relação a forma como as empresas jornalísticas apresentam as notícias (MARTINI; LUCHESSI, 2004).

Essas tensões fazem parte da disputa por visibilidade, pois, o acontecimento, por si só, se estrutura no pensamento sobre a natureza dele (MOUILLAUD, 2002). Nesse contexto, o produto fruto das relações entre fontes e jornalistas contribui para a percepção de realidades e referência com a ordem ficcional (MOUILLAUD, 2002). Há, com isso, a publicização de um real desejado, ou seja, aquilo que se deseja ter notoriedade, conforme Mouillaud (2002). Mas qual lado tem mais peso nessa publicização? Para Moraes (2017), há um interesse complexo, revestido de um contato de interdependência e interesses comuns.

As fontes passaram a participar de processos de produção e seleção de informações, mesmo que de maneira indireta, conforme já apontava Walter Lippmann (2004), em 1922. Essa participação estruturou-se e se tornou mais influente (SCHMITZ, 2011), embora os processos de construção das notícias também estejam inseridos em critérios de noticiabilidade estabelecidos pelas organizações (CORREIA, 2011). Por isso, as fontes têm papel importante na notícia e nos estudos de jornalismo, especialmente na compreensão das relações entre os profissionais das redações e os emissores primários das mensagens (CORREIA, 2011). Schmitz (2011), neste sentido, define as fontes de informação como:

Pessoas, organizações, grupos sociais ou referências; envolvidas direta ou indiretamente a fatos e eventos; que agem de forma proativa, ativa, passiva ou reativa; sendo confiáveis, fidedignas ou duvidosas; de quem os jornalistas obtêm informações de modo explícito ou confidencial para transmitir ao público, por meio de uma mídia (SCHMITZ, 2011. p. 9).

Além do termo fonte, Varjão (2008) compreende que os informantes usados pela imprensa também são “vozes”, pois ajudam a construir a realidade proposta em uma reportagem e - a partir da influência exercida na notícia – obtêm “voz” na sociedade. A autora aferiu que, em casos relacionados a violência urbana, as “vozes” oficiais são as que mais prevalecem. Conforme Varjão (2008), as vozes em uma notícia podem estar a serviço de uma única fonte, representando um discurso alinhando ao interesse institucional.

À medida que o processo de apuração se tornou institucionalizado, as fontes se profissionalizaram, explica Anjos (2015). Para o autor, a ausência de uma variedade de fontes para diferentes assuntos engessa as notícias e isso não é só observado na publicação do material, mas também em sua produção. Anjos (2015) reforça o acesso facilitado dos jornalistas às fontes oficiais; no entanto, pontua que esse fator não significa – necessariamente - um sistema viciado para os jornalistas, mas a posse de métodos que garantem uma atuação relativamente independente nas rotinas de trabalho. Essa independência é subjetiva, na compreensão de Mouillaud (2002), pois, para o autor, o acontecimento deve ser compatível com a estrutura do jornal para estar de acordo com a linha editorial do meio de comunicação.

Santos (2001) aponta que a prevalência de fontes oficiais na mídia acontece em virtude de interesses mútuos entre as fontes e jornalistas em meio as rotinas dos profissionais. Para o autor, os poderes econômico e social que as fontes exercem refletem em maior grau de influência entre os profissionais da imprensa. Santos (2001) compreende que as fontes oficiais estão inseridas em uma categoria representada por grupos ou agentes ligados ao governo e a instituições de caráter governamental ou privado.

A fonte se traduz, como um agente com o qual o jornalista tem contato para observar e entrevistar, buscando informações e sugestões de temáticas que possam ser transformadas em notícias (SANTOS, 2001). Logo, se a fonte tem o poder de contribuir com a notícia a partir de seus relatos (SANTOS, 2001), faz-se necessário compreender as ações estratégicas e os recursos utilizados por elas no repasse de informações (SCHMITZ, 2011). De fato, vários mecanismos são utilizados pelos emissores primários, tendo em vista que, ao longo dos anos, as organizações perceberam a importância de estar na mídia e de criarem modos para melhorar e ampliar a convivência com o jornalismo (ZACARIOTTI; REIS; SILVA, 2019).

Para entender as formas como as fontes se apresentam, é válido apresentar algumas classificações existentes na literatura. Santos (2001) concluiu – a partir da recolha de dados obtidos com jornalistas – que as fontes se dividem em três categorias: oficiais, representando o Governo e instituições de carácter governamental ou privado; regulares, que estão relacionadas a empresas, associações, líderes de opinião e analistas; e ocasionais, classificando os indivíduos que observam um acontecimento e a eles é pedida uma opinião.

Para Schmitz (2011), a categorização das fontes jornalísticas está estruturada em duas divisões (primária e secundária) distribuídas em quatro segmentos: grupo (oficial, empresarial, institucional, individual, testemunhal, especializada e de referência), ação (proativa, ativa, passiva e reativa), crédito (identificada e anônima) e pela qualificação (confiável, credível e duvidosa). Levando em consideração as classificações do autor, as fontes oficiais fazem parte da categoria Fonte Primária, responsável por, geralmente, revelar dados em “primeira mão” que podem ser confrontados com as informações repassadas por fontes secundárias (SCHMITZ, 2011).

As fontes apresentam qualificações diferentes de acordo com as posições sociais que elas ocupam e os graus de confiança dos jornalistas nas informações recebidas, conforme Schmitz (2011). É possível, a partir dessas definições, compreender as fontes oficiais tanto como confiáveis, quanto como credíveis ou duvidosas. Embora a posição da fonte confira crédito a ela, a avaliação do jornalista na busca por critérios de respeitabilidade, notoriedade e credibilidade (SCHMITZ, 2011) pode refletir na classificação final do informante e na maneira como as informações serão utilizadas na construção das notícias.

Já para Pinto (2000), as fontes dividem-se em oito taxinomias vinculadas a diferentes perspectivas e interesses. As divisões configuram-se em: 1) segundo a natureza (fontes pessoais ou documentais); 2) segundo a origem (fontes públicas oficiais ou privadas); 3) segundo a duração: (fontes episódicas ou permanentes); 4) segundo o âmbito geográfico (fontes locais, nacionais ou internacionais); 5) segundo o grau de envolvimento nos fatos (oculares/primárias ou indiretas/secundárias); 6) segundo a atitude face ao jornalista (fontes ativas ou passivas); 7) segundo a identificação (fontes assumidas/explicitas ou anônimas); 8) segundo a metodologia ou estratégia de atuação (fontes proativas ou reativas).

A partir das classificações de Pinto (2000), entende-se que as fontes oficiais podem estar inseridas nas oito taxinomias apresentadas pelo autor. Observa-se, assim, que essa categoria se encontra, na maioria das vezes, nas seguintes subdivisões: documentais; fontes públicas oficiais; permanentes; locais; primárias; ativas; explícitas; e proativas.

Desde o século XIX é possível perceber, de forma mais evidente, as proximidades entre jornalistas e fontes na produção de peças noticiosas, num contexto em que a massificação da informação adquire a capacidade de moldar opiniões e comportamentos (MARTINI; LUCHESSI, 2004). Essa relação está associada a um conjunto de métodos e técnicas para garantir a proliferação de informações recortadas de acordo com interesses individuais (RIBEIRO, 2013).

É partir das informações recebidas das fontes jornalísticas que as audiências consomem informação e dão crédito ao conteúdo (MARTINI, 2004). O que é publicado no jornalismo implica em posicionamentos, desassociações e alinhamentos no centro do poder social (MARTINI; LUCHESSI, 2004). Além disso, o conteúdo transmitido por um meio de comunicação pode ajudar a ordenar o envolvimento organizacional de uma instituição e, dessa maneira, adquire relevante valor para a fonte (SANTOS 2001). Para Martini e Luchessi (2004), a matéria-prima da notícia constitui um forte capital simbólico e está envolvida por uma rede complexa de interesses, pressões e negócios.

As intencionalidades das fontes são inevitáveis nos processos de produção da notícia, pois elas têm interesse na imprensa para a divulgação dos seus atos (MARTINI; LUCHESSI, 2004). No entanto, os interesses das fontes despertam nos jornalistas a necessidade de verificação da informação repassada por elas (MARTINI; LUCHESSI, 2004). Quando isso acontece, a relação para a coleta de informações se estabelece com doses de cooperação e desconfiança, pontuam Martini e Luchessi:

O construto informativo é relevante para o público e supõe efeitos políticos concretos em relação à percepção que é gerada sobre os temas da agenda e sua conexão com a construção de eventos que apenas estabelecem conflitos entre jornalistas, público e fontes (2004, p.152, tradução nossa)¹.

¹ Do original: El constructo informativo es relevante para las audiencias y supone afectos políticos concretos en relacion con la percepción que em ellas se genera sobre los temas de la agenda y su conexión con la construcción de los acontecimientos do sólo establecen conflictos entre periodistas, audiencias y fuentes (MARTINI; LUCHESSI 2004, p. 152).

Santos (2001) compreende que a fonte de informação tem, entre outros interesses, entender os critérios de noticiabilidade dos jornalistas e as formas como são selecionados os grupos, agentes ou instituições responsáveis pelo envio de dados para que, assim, sejam formuladas estratégias para atrair os jornalistas e controlar o conteúdo repassado pelo jornalismo, seja com a divulgação ou ocultação de informações. Porém, percebeu-se neste trabalho que as estratégias de compreensão dos processos de construção da notícia predominam na figura dos assessores de imprensa das instituições oficiais, pois os demais informantes – da editoria policial – estabelecem suas relações com os jornalistas em meio, principalmente, à possibilidade de influência simbólica da transposição de narrativas de uma organização para outra.

Deve-se considerar que, na identificação de critérios de noticiabilidade, as fontes buscam controlar situações negativas e positivas, organizando mecanismos de conformidade, confiança e credibilidade (SANTOS, 2001). Na compreensão de Martini e Luchessi (2004), as fontes interessam-se nos veículos de comunicação para a publicização de seus atos e manipulação da opinião pública. Conforme Ribeiro (2013), os métodos utilizados pelas fontes para a relação com a imprensa - desde o início do século XX - caracterizam-se como uma forma de inserir discursos na mídia, ainda que não explicitamente. Isto é possível, por exemplo, por meio de métodos que consistem em regras e estratégias para conceder informação (RIBEIRO, 2013). Entre as táticas, está o estudo do comportamento dos jornalistas, o privilégio a setores mais influentes da imprensa e a imposição de burocracias para o repasse de informações, provocando, assim, maior controle dos materiais divulgados e ocultados no jornalismo (RIBEIRO, 2013).

Partindo do pressuposto de que o processo de construção da notícia faz parte de um sistema complexo e é resultado de uma série de interações e negociações, é pertinente observar como as intenções das fontes e das organizações jornalísticas se alinham a interesses de manipulação e poder. A rotina jornalística tem, entre os elementos complicadores, a formulação de redes de informantes, segundo Martini e Luchessi (2004). Com as exigências implícitas em uma organização para que o jornalista tenha um acervo considerável de fontes confiáveis, o informante pode utilizar técnicas de persuasão para atrair os jornalistas e influenciar na produção de conteúdo, aproveitando-se das pressões econômicas e sociais do mercado (SANTOS, 2001).

São questões que podem levar a atividade jornalística a exceder os limites do interesse público (MARTINI; LUCHESSI 2004).

O interesse das fontes na produção jornalística não deve ser ignorado já que as notícias são estabelecidas com forte poder de influência social (SERRANO, 1999). Para Carlson (2016), não é possível separar a informação das intenções das fontes, pois “[...] quem é perguntado molda o que é relatado como verdadeiro” (p.239). Schmitz (2011) preconiza que os jornalistas podem estar, com isso, a serviço de instituições oficiais na definição do enquadramento do conteúdo veiculado.

Se a notícia, em certo momento, se configura como a reprodução literal de ideologias por meio de discursos dos emissores (ARRUETA, 2010), é possível que o jornalista passe a atuar como porta-voz institucional. Santos (2001) assimila que a possibilidade deste tipo de atuação é grande quando se trata da dependência a informantes ligados ao Estado. As fontes mais poderosas tentam estabelecer publicamente os seus símbolos e significados sobre os acontecimentos, de modo a justificar a autoridade das instituições a que pertencem (p.96).

Percebe-se a possibilidade de o jornalista atuar em favor de uma fonte, ainda que desprovido de intenções diretas de favorecimento (SANTOS, 2001). A atuação para favorecer um informante não acontece, na maioria das vezes, devido ao fato de o profissional não perceber estar – ainda que de forma indireta - a serviço de uma instituição, mas sim em consequência da dependência do jornalista a um organismo complexo ao qual as redações estão submetidas (CHARRON; BONVILLE, 2016). Para Charron e Bonville (2016), as estruturas das organizações modificam a prática profissional e interferem na construção dos discursos, na imposição de limitações entre grupos e indivíduos da organização.

Silva (2008) aponta o imediatismo como um fator, entre vários, influente para que a relação entre fontes e jornalistas se estabeleça por meio de uma dependência mútua em função de interesses particulares de grupos e indivíduos. Essa relação se reflete em lutas e negócios permanentes, pois a fonte repassa as informações de acordo com os seus objetivos e os jornalistas adequam o conteúdo a quadros de noticiabilidade. Ressalta-se, porém, que as condições estruturais do trabalho jornalístico modificam as rotinas e limitam os profissionais (SOUSA, 2002).

Esses fatores comprometem a qualidade das peças noticiosas, uma vez que a multiplicidade de vozes na imprensa se faz importante para aglutinar o maior número de interesses possíveis em uma sociedade (MARTINI; LUCHESSI, 2004). Com a

responsabilidade atribuída ao jornalista ao repassar a informação, entende-se que a notícia, ao compor um sistema complexo de relações cotidianas, caracteriza-se como algo sensível que carece de atenção e cuidados dos jornalistas.

Por meio de assuntos veiculados na mídia os jornalistas e as fontes obtêm o poder de decidir quem tem voz e quem é excluído no conteúdo produzido (VARJÃO, 2008). Fernandez (2015), assim, chama a atenção para a confiança exacerbada de jornalistas em fontes durante o trabalho de coleta e seleção das informações. Essa confiança ignora o poder de influência da notícia capaz de refletir na opinião de quem a consome e, conseqüentemente, ter impacto social (GRAZIANO, 2019).

A dependência mútua se apresenta como consequência dos modos de produção jornalística, uma vez que nas interações com jornalistas os acordos são inevitáveis (KARAM; SCHMITZ, 2010). Para Christians (2004), as dependências associadas a interesses de fontes e jornalistas constituem uma epistemologia positivista que insiste na neutralidade observada por muitos estudiosos como falhas no âmbito social. Por certo, a realidade acaba sendo retratada por meio de uma visão individual (CARLSON, 2016), pois o propósito da fonte tem forte ligação com a valorização da sua imagem e à consolidação de reputação (KARAM; SCHMITZ, 2010).

A maneira como o poder e a ideologia influenciam as instituições sociais e políticas, incluindo a imprensa, é amplamente ignorada. Sob uma forma pátina retórica de escolha racional para atores autônomos, um sistema de meios e fins que opera fundamentalmente em seus próprios termos. (CHRISTIANS, 2004, p. 49).

A informação pode ser coletada com ou sem o consentimento da fonte (POSETTI, 2015) ou, simplesmente, através de um acordo pré-definido para que a empresa jornalística consiga dados privilegiados (CARLSON, 2016). Em decorrência de ações como essas na rotina jornalística, há também a necessidade de discutir os princípios éticos aplicados no trabalho profissional e a forma como os elementos que regem o uso de informantes se transforma sob as tensões da produção das notícias (POSETTI, 2015). Como pontua (SANTOS, 2001), os órgãos jornalísticos estabelecem suas fontes de acordo com as suas necessidades. Este trabalho observa justamente essas especificidades de um gênero próprio das relações presentes nas notícias sobre crimes de violência urbana.

Arrueta (2010) discute os interesses entre as fontes de informação no contexto das produções cotidianas do jornalismo e associa a falta de tempo do

profissional nas redações com a proximidade de instituições oficiais. Na compreensão do autor, o jornalista dependente de um sistema de produção passa apenas a retransmitir informações emitidas por um agente de poder, tornando-se, assim, reproduzidor literal de pontos de vista particulares. Hall (1978) considera que a estratégia da objetividade no exercício da atividade jornalística acarreta na predominância de vozes selecionadas, preferencialmente, a partir do critério de fidedignidade. Para Natalino (2006), o objetivismo está incluso em um conjunto de estratégias no qual é possível ocultar opiniões no conteúdo taxado como imparcial, por meio de regras de construção pré-estabelecidas. Essas reflexões alinham-se a aspectos presentes neste estudo, em debates pertinentes aos contextos do trabalho classificado como imparcial nas empresas jornalísticas.

É válido pontuar a inexistência de um equilíbrio ético e profissional na rotina de produção jornalística atrelada ao conceito de objetividade, pois, assim como existe uma hierarquia profissional na redação, também há uma escala de importância entre as diferentes organizações noticiosas (SANTOS, 2001). Contudo, Santos (2001) apoia-se em Meyers (1992) na observação de que o jornalista pode até dar realce maior nas informações de fontes oficiais, porém, ao mesmo tempo, o profissional tende a oferecer pontos de vista diferentes daquilo que essas fontes se propõem a apresentar. Neste sentido, (SOUSA, 2002) afirma que a notícia depende, primordialmente, daquilo que as fontes dizem e do tipo de fontes que são consultadas, embora Santos (1997) ressalte que a credibilidade da notícia depende da instituição a qual ela está ligada.

No cotidiano do jornalista submetido a limitações estruturais das organizações, as conexões com as fontes podem traduzir a ausência de um elemento determinante nos textos televisivos: a interpretação das informações provenientes do acontecimento noticiado. Por isso, deve-se refletir as consequências das notícias construídas com ideias de automação pelos profissionais, restringidos por normas predominantes nas práticas das empresas jornalísticas convencionais. Christians (2004) aponta para a necessidade de os jornalistas obterem “suficiência interpretativa” em relação as informações coletadas, a fim de chegar a problemática da questão abordada. Para o autor, o aprofundamento interpretativo combate interesses de manipulação das fontes e libera o jornalismo do objetivismo epistemológico. Entende-se, com esse pressuposto, que a não interpretação do conteúdo apurado acarreta em mais espaço para as manipulações.

Para substituir a coleta de notícias enraizada nos métodos das ciências naturais, deve-se seguir rigorosos procedimentos qualitativos. Os repórteres que buscam a consciência crítica entre o público buscarão o que poderia ser chamado de suficiência interpretativa. Eles aperfeiçoarão suas habilidades de pesquisa e reação em termos de estratégias qualitativas. (CHRISTIANS, 2004, p. 46).

Assim, Christians (2004) sugere o método de triangulação como uma das saídas para que o jornalista ganhe “suficiência interpretativa”. Na visão do autor, o método – estruturado por meio da observação de diferentes contextos e cenários relacionados a um caso - permite analisar uma mesma questão de vários ângulos, filtrando, o que deve ou não ser considerado relevante nos critérios de noticiabilidade da organização jornalística responsável pela apuração dos fatos. Tais estratégias, permitem ao jornalismo o confronto à clara tendência ao uso regular de fontes institucionais, evitando a institucionalização da notícia (ARRUETA, 2010). Observa-se, no entanto, que a rotina diária das empresas jornalísticas dificulta – e até impendem – a aplicação de métodos fixados no aprofundamento interpretativo.

Desse modo, reforça-se que a fonte noticiosa com reputação pré-estabelecida socialmente (CARLSON, 2016) e com maior poder de influência adquire a capacidade de usar as rotinas jornalísticas a seu favor e promover a manutenção de uma espécie de hegemonia ideológica no meio social (SOUSA, 2002).

É válido ressaltar que – no contexto de influências nas rotinas jornalísticas – a proposta da existência de uma *fonte não visível ao público*, sugerida neste trabalho, difere-se de uma fonte anônima, pois o anonimato na peça jornalística se estabelece quando o jornalista não revela a proveniência da informação, mas esclarece que houve um emissor primário envolvido no conteúdo noticiado (SOUSA, 2002). O anonimato é uma forma de obter a informação sem expor o informante, que condiciona o repasse de dados à ocultação da identidade. Trata-se nesta pesquisa da narrativa ocultada, omitida em um conteúdo, mas presente em seu sentido.

Sousa (2002) observa que o modelo estruturalista do jornalismo oferece pouca autonomia aos jornalistas. Com isso, apoiando-se em Traquina (1993), o autor classifica as fontes poderosas que conseguem definir o enquadramento e o sentido da notícia como os “primeiros definidores”. Ao debater essas questões, afere-se que “[...] estes definidores de sentido podem competir entre si e negociar com os jornalistas a imposição de determinados significados a esses acontecimentos” (SOUSA, 2002, p. 3). Esta abordagem fomenta a necessidade em debater a autoridade e legitimidade

jornalística para produzir notícias moldadas com a visão de realidade de uma fonte não visível na reportagem. Além disso, é importante investigar uma possível relação de cumplicidade, entre jornalistas e informantes, na qual se tornou maior a necessidade de transposição de narrativa (da fonte para o público) do que a identificação do emissor da mensagem na peça jornalística.

Varjão (2008) compreende que as reportagens jornalísticas podem conter “vozes ocultas” responsáveis por moldar o conteúdo publicado. Mesmo que não identificadas, as fontes podem controlar a realidade social através da definição dos dados envolvidos no conteúdo repassado à imprensa (SANTOS, 2001). Em visita a uma redação, na observação das interações durante o processo produtivo da notícia, pode-se perceber que a relação entre jornalistas e informantes é constante (MARTINI; LUCHESSI, 2004). Contudo, diante da rotina produtiva atrelada ao fator tempo (PAULUSSEN, 2016), as fontes institucionais obtêm a possibilidade de usar mecanismos para manterem-se em evidência na mídia (CARLSON, 2016), ainda que implicitamente. Pondera-se que nem sempre é possível a identificação de uma fonte, pois há dependência da relação que o jornalista estabelece e da situação na qual a fonte se encontra para o repasse de informações (MARTINI; LUCHESSI, 2004).

Para Serrano (1999), o conteúdo divulgado pela mídia ganha força na opinião pública quando as notícias são estabelecidas com autoridade, como verdades incontestáveis. Essas verdades são modificadas por interesses individuais (Varjão, 2008). As relações sociais, os interesses e os pontos de vista das fontes são quadros situados e replicados por meio de estratégias determinadas, quando os jornalistas recorrem a uma pessoa ou grupo com informações sobre um evento (MOURA; PEREIRA; ADGHIRNI, 2015).

É evidente o compromisso indispensável do jornalista no tratamento das fontes, conforme Bueno (2011). O autor ressalta a importância de sempre partir-se do pressuposto básico da avaliação “[...] valendo-se de alguns recursos e estratégias para avaliar a qualidade, a credibilidade e a independência da informação” (p. 59). Os elementos debatidos até aqui evidenciam a posse – por parte dos informantes – de ferramentas capazes de influenciar e manipular os jornalistas (CARLSON, 2016).

Ao longo dos anos, os estudiosos se levantaram para desafiar o modelo de definidores primários como excessivamente simplistas, mascarando fatores de mitigação como discordância entre as elites. No entanto, o maior ponto de vista é que o papel das fontes de notícias vai além de fornecer informações. (HALL, apud CARLSON, 2016, p. 239).

As reflexões já apresentadas permitem a compreensão das maneiras como as fontes podem se manifestar e como essas manifestações estão organizadas nas rotinas de produção das empresas jornalísticas. Os elementos debatidos auxiliam no entendimento do objeto e na forma como ele se origina e se correlaciona com as denominações de informantes evidenciadas neste capítulo.

Em face desses pressupostos e dos que ainda serão apresentados neste trabalho, o estudo sobre a possibilidade da existência de *fontes não visíveis ao público* mostra-se relevante para compreender aspectos do jornalismo nas suas configurações da profissão no relacionamento entre jornalistas e seus informantes (PETERSON; SAUMAVA, 2019). Com o entendimento de que nessa relação há o poder de influenciar o público a longo prazo por meio de conceitos pré-estabelecidos por grupos e indivíduos, torna-se essencial o aprofundamento científico para identificar as causas e os reflexos que a capacidade de alterar significados provoca no meio social (BERKOWITZ, 2009).

O capítulo seguinte trará a discussão sobre essas significações, no debate a respeito das influências ocultas de estruturas de poder nas informações selecionadas e divulgadas pela mídia. A reflexão a seguir ajuda a delimitar posições de autoritarismo e subordinação nos processos de construção da notícia, no entendimento do simbolismo estabelecido em apropriações narrativas e suas consequências para o sujeito, de certo modo, passivo na comunicação. Nesse caso, trata-se do público receptor do conteúdo. Mas não somente ele. A proposta da discussão a seguir, é também compreender relações entre jornalistas e poderes que agem a serviço de interesses particulares com o objetivo – delimitado ou não – de interferir no pensamento coletivo.

3. A INFLUÊNCIA DO INFORMANTE NA EDITORIA POLICIAL

3.1 O PODER INVISÍVEL NO CONTEÚDO JORNALÍSTICO

A proposta de *fonte não visível ao público* no telejornalismo relaciona-se à existência de um poder simbólico na notícia, envolvido por diversas estratégias, entre elas, a de manipulação social. Em face da compreensão da possibilidade de existir emissores ocultos ao público nas peças jornalísticas, é válido refletir sobre como um poder de influência, ainda que não explícito, é exercido na mídia. O pensamento de Bourdieu (1989) é importante para o entendimento das influências e significações impostas por uma fonte como um poder representativo de um grupo capaz de impor visões de mundo. Essas visões, constroem-se em percepções sociais nas quais não há compreensão de maneira independente, mas em probabilidades desiguais (BOURDIEU, 1989).

O poder simbólico, segundo Bourdieu (1989), é exercido a partir do reconhecimento de uma legitimidade absoluta, da apreensão do mundo como coisa evidente e natural, se efetivando na imposição da vontade alheia aos que se submetem a esse poder. Acontece em meio a lutas simbólicas pela produção do senso comum, lutas essas em que os agentes investem o capital simbólico obtido anteriormente. Um agente oficial do Estado e um porta-voz, são exemplos de capitais instituídos socialmente e que obtêm influência no que propagam. Assim, a violência simbólica “[...] é operada por um mandatário do Estado, detentor do monopólio da violência simbólica legítima” (BOURDIEU, 1989, p. 146).

A violência simbólica é imposta na fixação do *habitus*, uma regra feita pelo homem, um *modus operandi*. O *habitus* se relaciona a uma forma de entender o funcionamento sistemático do corpo social (BOURDIEU, 1989). Ele é incorporado aos sistemas simbólicos e validado através do discurso da mídia (BOURDIEU, 1989). Para Pierre Bourdieu (1989), a violência simbólica é identificada como algo que se transmite por meio do universo midiático na produção de imagens sociais.

O poder simbólico tenta passar um sentido imediato, de maneira invisível, para a reprodução social (BOURDIEU, 1989). É um poder exercido por uma cultura dominante que age sobre a cultura dominada, compreende Bourdieu (1989). As visões particulares, para o sociólogo, refletem-se para o meio social e promovem a violência simbólica ao praticarem a dominação. Pode-se entender, então, que o poder simbólico

é uma forma determinada entre os que detêm o poder e os sujeitos a ele (BOURDIEU, 1989).

Bourdieu (1989) evidencia a hierarquia como indispensável no universo do que é reproduzido socialmente, pois ela depende da ocorrência de ordem ou regra estruturada na atividade humana e se estabelece como se detivesse um mandato pré-estabelecido. O poder simbólico é reproduzido no compartilhamento de sentidos, empregando estratégias discursivas predeterminadas. Por isso, destaca-se a importância em debater como visões particulares refletem no pensamento coletivo e na construção de visões sociais, diante das disputas pela legitimação de monopólio sobre a produção simbólica (BOURDIEU, 1989).

Relacionar o poder simbólico à proposta da ideia de uma *fonte não visível ao público* no telejornalismo, permite perceber que a influência de culturas dominantes está fundamentada nas estruturas de poder, no autoritarismo, em visões únicas que dão ao público uma falsa ideia de um olhar sobre o meio em que vivem. Essa correlação é relevante para o estudo, tendo em vista o fato de uma única voz predominar, ainda que escondida, nas informações acerca de crimes de violência urbana em regiões periféricas, conforme será observado nos capítulos seguintes. Diante disso, convém um questionamento: se há um discurso moldado por critérios adotados internamente, é possível afirmar a existência de uma narrativa midiática qualificada como verdadeira em relação a abordagens de ocorrências policiais? Como salienta Foucault (2006), um discurso nada mais é do que a reverberação da verdade que nasce diante dos seus próprios olhos.

Apesar de invisível, o poder simbólico tem a capacidade de refletir efeitos reais a serviço de interesses conservadores (BOURDIEU, 1989). Tais efeitos mostram-se como uma forma transfigurada e legitimada de poder responsável por impactos históricos, como observa-se em revoluções simbólicas bem sucedidas que nos dão a percepção e a compreensão para as representações de hoje (BOURDIEU, 1989). No entanto, para que um poder seja exercido é necessário a cumplicidade de sujeitos, pois os sistemas simbólicos só exercem um poder estruturante porque são estruturados (BOURDIEU, 1989).

A absorção natural das imposições de um poder simbólico tem ligação também com a segregação de classes e a divisão social, aponta Bourdieu (1989). Ele ressalta que a condição real de um agente só é perceptível – para o próprio indivíduo - quando as diferenças sociais são conhecidas e reconhecidas por ele. Sem esse

reconhecimento, a delimitação entre classes permite entender a eficácia de estratégias classificatórias visando modificar ou conservar um espaço para atender aos interesses de grupos e seus integrantes (BOURDIEU, 1989).

O poder simbólico se revela como instrumentos de conhecimento e construção do mundo, por meio dos veículos de comunicação que utilizam os seus discursos de conduta, linguísticos e culturais (BOURDIEU, 1989). A finalidade estratégica do ambiente seria, assim, para Bourdieu (1989), a regulação simbólica e o seu rebatimento nas práticas sociais e de consumo. É nesse sentido que há a produção de linguagens em articulações entre valores e símbolos ligados pelas imagens, para a formulação de discursos midiáticos (BOURDIEU, 1989).

Pode-se classificar com o que preconiza Bourdieu (1989): as imagens são símbolos que podem construir ou mudar uma realidade a serviço de uma ideologia. A autopromoção de uma instituição advém da dominação empregada por classes dominantes com reconhecimento assentado nos capitais simbólico e econômico (BOURDIEU, 1989), ao passo que as operações do sujeito não se fazem de forma isolada pois há ligações com complexas redes e dinâmicas de relação e agenciamento (FAUSTO, 2007). Para Bourdieu (1989), as estratégias simbólicas contribuem para a domesticação dos dominados e, nesta linha, são impostos os preceitos ideológicos.

É, assim, possível que a comunicação, em vez de contemplar a pluralidade de ideias e vozes, se mostre como autoritária e manipuladora (MAYA, 2006), tendo em vista a relação da democracia com os contextos desenvolvidos nas informações e a diversidade de ideias (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004). Bourdieu (1989) aponta para a subordinação de públicos como o resultado de uma estrutura social influenciada por discursos predominantes que – quando se estabelecem - transformam visões individuais em percepções naturalizadas. A naturalização de um discurso para um público torna esse público fiel às imposições da classe que o domina.

É na correspondência de estrutura que se realiza a função propriamente ideológica do discurso dominante, intermediário, estruturado e estruturante que tende a impor a apreensão da ordem estabelecida como natural (ortodoxia) por meio da imposição mascarada (logo ignorada como tal) de sistemas de classificação e de estruturas mentais objetivamente ajustadas às estruturas sociais (BOURDIEU, 1989, p. 14).

Para Bourdieu (1989), o poder da palavra está no entendimento de que ela é vazia de ideologia, que é natural e, portanto, absoluta para o sujeito que ouve sem interpretar a ideologia que a compõe. Isso reforça o caráter de cumplicidade para a

legitimação de mensagens. O capital simbólico condensa as “representações sociais” geradas nas interações grupais (CAMPOS; LIMA, 2018). Por conseguinte, os agentes que tomam o mundo social como natural, o aceitam assim e, conseqüentemente, são aceitas as imposições e distâncias sociais no contexto da imposição do princípio de realidade (BOURDIEU, 1989).

A interação entre os grupos diante do capital simbólico ocorre por meio da compatibilidade entre os agentes, que têm em comum crenças a cerca de um fenômeno (CAMPOS; LIMA, 2018). Para Fausto (2007), o jornalista é um enunciador e - ao selecionar fontes e fragmentos das informações - está inserido em um processo de produção no qual a apropriação que o sujeito faz configura-se, em sua maioria, como um ato instrumental a serviço de uma intenção. Mouillaud (2002) afirma que o jornalista, ao assumir o papel de enunciador, exerce uma carga de arbitrariedade na parcela do real que lhe interessa, interpretando e nomeando situações do presente.

A percepção de uma realidade de maneira coletiva nos leva a formação da opinião pública que, compreende Ferreira (2015), emerge sempre de uma ideia particular e adquire vários segmentos de uma dimensão moral. Losekan (2009) demonstra que se opiniões individuais se unificam, ocorre a formação de um argumento e, a partir disso, emerge uma ideia comum e a opinião pública. Bourdieu (1989) observa as visões particulares do mundo como transmissoras de uma perspectiva individual de identidade social. Esses fatores são reflexo do poder social exercido por um agente na capacidade de criar significados para um grupo (BOURDIEU, 1989).

A capacidade de fazer existir em estado explícito, de publicar, de tornar público, quer dizer, objetivado, visível, dizível, e até mesmo oficial, aquilo que, por não ter acedido à existência objetiva e coletiva, permanecia em estado de experiência individual ou serial, mal-estar, ansiedade, expectativa, inquietação, representa um considerável poder social, o de constituir os grupos, constituindo o senso comum, o consenso explícito, de qualquer grupo (BOURDIEU, 1989. p. 142).

Reforça-se que o poder simbólico não é desempenhado, necessariamente, por quem o propaga. Afinal, no discurso há uma unidade de origem e significações (FOUCAULT, 2006), se observamos a temática da abordagem discursiva por meio das relações de poder. Desse modo, expor os autores de um discurso ajuda a revelar os sentidos ocultos e suas bases de formação (FOUCAULT, 2006). A exposição dos elementos por trás de uma mensagem contribui para o entendimento das causas da imposição de visões ideológicas, com capacidade de promover a distinção entre

culturas dominantes e dominadas (BOURDIEU, 1989). Observa-se que o campo dos media se converte num protagonista do fenômeno de mediatização e é usado para o repasse de ideologias e ideias que não representam a realidade social (FAUSTO, 2004).

[...] Se o discurso verdadeiro não é mais, com efeito, desde os gregos, aquele que responde ao desejo ou aquele que exerce o poder, na vontade de verdade, na vontade de dizer esse discurso verdadeiro, o que está em jogo, senão o desejo de poder?" (FOCAULT, 2006, p. 20).

É possível dizer, então, que o discurso jornalístico se constitui a partir de outros, configurando-se como um meta-discurso (MOUILLAUD, 2002). Isso significa que acontecimento se dá pelas interferências narrativas e, logo, é inseparável do seu próprio relato. Por isso, o discurso não pode ser considerado uma simples repetição, mas sim a construção de uma nova realidade (MOUILLAUD, 2002).

Nesse sentido, Bourdieu (1989) compreende as posições de dominantes e dominados no espaço social como condicionantes para, conseqüentemente, os agentes que ocupam as posições dominadas também estarem em posições dominadas no campo de produção simbólica. Ou seja, para Bourdieu (1989), o desequilíbrio na influência simbólica reflete outros cenários instituídos em meio as desigualdades sociais. Há, por isso, uma luta desigual entre os agentes para estabelecer visões absolutas na sociedade (BOURDIEU, 1989). Segundo Maya (2006), os públicos dominados têm dificuldades de ingressar no ambiente de discussão, pois as pessoas menos favorecidas economicamente são ignoradas pela imprensa. Essa dificuldade de ingresso no campo de debate é presente, principalmente, em reportagens policiais (VARJÃO, 2008).

Varjão (2008) afere a existência de um discurso político norteando os conteúdos policiais do noticiário factual e informativo. Esse discurso é gerado a partir de relações segmentadas nas rotinas de produção dos meios de comunicação (VARJÃO, 2008). Conforme a autora, o sistema estrutural reproduz as violências simbólicas de classes mais favorecidas contra classes menos favorecidas. E isso reflete, por exemplo, em notícias que reproduzem estereótipos ligados a públicos periféricos e no destaque para informações repassadas por pessoas com maior capital econômico e social (VARJÃO, 2008).

3.1.1. O poder simbólico manifesto na televisão

Nesse cenário de reconfiguração e atribuição de sentidos no contexto de poderes exercidos sobre a mídia, tem-se a televisão como um aparato para a difusão de conteúdos construídos em meio a influências simbólicas e reprodução de violências sociais. Bourdieu (1997) denota que a violência simbólica presente de forma invisível no meio televisivo se dá a partir de um conjunto de elementos, como na limitação do tempo imposto a um discurso e restrições do que deve ou não ser dito. Entre os aspectos de censura, há também o econômico, não limitado por Bourdieu (1997) à questão meramente publicitária – apesar de determinante - de uma empresa jornalística. Segundo o autor, é necessário compreender mecanismo invisíveis “[...] através dos quais se exercem de toda ordem que fazem da televisão um formidável instrumento de manutenção da ordem simbólica” (BOURDIEU, 1997, p. 20).

Mouillaud (2002) identifica as notícias não como resultado de processos naturais e sim culturais, sendo construídas a partir de significações e influências. Ao ser publicada, a notícia torna-se um novo real, ressignificando um acontecimento (MOUILLAUD, 2002). Para Maya (2006), a mídia reconfigura os padrões de discursos entre os representantes e os representados. Isso reforça o fato de a história da imprensa mostrar que a seleção do material coletado representa o elemento mais importante da atividade jornalística (MAYA, 2006). A abundância de dados, sons e imagens no meio social origina-se, em grande parte, de fontes hegemônicas de enunciação (MORAIS, 2001). Esses elementos levam a rotineira exposição de figuras em seus discursos na mídia, em meio a uma, muitas vezes, propositada combinação de fato e versão do real (FONSECA, 2004).

Assim, a influência exercida pela percepção das notícias divulgadas no telejornalismo não transforma a televisão em um poder, mas dá ao meio televisivo a capacidade de aliar-se e confundir-se com ele (FINGER, 1997). O poder exercido na construção da notícia alcança a editoria policial na agenda proposta pela mídia, refletindo em um efeito cognitivo na audiência (FINGER, 1997). São efeitos comuns nos textos jornalísticos, modelados tanto pela estrutura de inserção social, como pela estrutura de produção simbólica, ideológica e econômica (MOUILLAUD, 2002).

Esses efeitos se apresentam por meio de classificações, interpretações aos conteúdos veiculados e, ainda, pela limitação de classes menos favorecidas, que têm quantidade restrita de fontes de informação (FINGER, 1997). Desse modo, os

elementos nos quais estão ancorados os procedimentos de produção jornalística fazem parte do processo moderador de acontecimentos, que demandam significados e produzem sentidos na forma como o sujeito representa o mundo (MOUILLAUD, 2002).

O antagonismo entre as classes e o poder dominante exercido sobre grupos menos favorecidos são identificados por Finger (1997) nas correlações quotidianas no telejornalismo, a exemplo da frequente união da pobreza ao cometimento de crimes. Para a autora, a violência propagada pela televisão é estabelecida em uma estética a partir da imagem, que acaba por ser banalizada de tão explorada. Finger (1997) afere a participação do público mais afetado pela violência urbana como a menos considerada pelos telejornais. “[...] o público só é lembrado como desculpa pela pobreza e redundância informativa” (FINGER, 1997, p. 131).

Ao olhar as instituições nas suas estruturas e campos sociais, Bourdieu (1989) observa que as instâncias governamentais agem por pressões autorizadas pelo monopólio da informação. Segundo ele, nas fontes policiais há um poder simbólico capaz de definir, por suas ações, decisões e intervenções, além da hierarquia dos acontecimentos. Pontua-se, com isso, o fato de a reprodução de discursos na editoria policial fortalecer a fonte predominante nesse aspecto: a oficial.

Finger (1997) afirma que a reprodução de discursos em uma única perspectiva apoia medidas violentas por parte do aparato policial, o que, conseqüentemente, acaba gerando mais violência. Para Mouillaud (2002), a arbitrariedade dos jornalistas, na difusão de versões do real, constrói o sentido por meio da publicação de fatos considerados desviantes, contrários aos princípios morais da sociedade. Os princípios que norteiam um grupo, contudo, variam a depender do contexto social e histórico de uma região e estão atrelados a aspectos políticos e educacionais, basilares na compreensão do indivíduo (FINGER, 1997).

Nesse contexto, surge a dramatização a partir da associação de personagens em uma história, na qual se abusa do simbolismo no enredo da narrativa, transmitindo um enunciado do fato real, não o fato real em si (MOUILLAUD, 2002). Há, portanto, uma grande distância entre os produtores profissionais e o público consumidor, contradizendo princípios democráticos do Estado (BOURDIEU, 1997). A televisão, que deveria ter aspecto de registro, torna-se instrumento de criação da realidade (BOURDIEU, 1997).

Os poderes influentes na notícia não se ligam somente a uma instituição ou a representantes do Estado, há fatores externos e culturais que também interferem no modo como as notícias são construídas (FINGER, 1997). Entre os efeitos, está a realidade social e a insegurança de uma população, quando abordamos temáticas ligadas a editoria policial (FINGER, 1997). Como pontua Foucault (2006), a vida pessoal do autor com as experiências vividas implica no discurso, em sua coerência e inserção no real.

Os jornalistas têm capacidade de reproduzir efeitos de real e efeitos no real, a partir da apreciação e percepção e suas expectativas inconscientes, (BOURDIEU, 1997). A simples narração de um fato implica construção social de realidade, um poder exercido sobre uma classe (BOURDIEU, 1989). “As palavras fazem coisas, criam fantasias, medos, fobias ou, simplesmente, representações falsas” (BOURDIEU, 1997, p. 26). É possível, dessa forma, não saber nada sobre uma instituição acerca da qual se julgue saber tudo, pois o real é relacional. Ou seja, a percepção da realidade é condicionada ao que se relaciona a ela (BOURDIEU, 1989).

Nesse sentido, assentam-se ideologias, posicionamentos, visões únicas sobre um mundo (BOURDIEU, 1989). A imposição de ideologias, através do poder exercido por uma organização na mídia, incorre na ausência do que se entende como democracia (ALCURI, 2012). Alcuri (2012) orienta que os meios de comunicação deveriam apresentar alternativas para visualizar um fato e não a mensagem construída com os seus princípios ideológicos. Soares (2012) reforça a necessidade de haver notícias plurais para a ocorrência do repasse de conteúdo.

A notícia representa grupos ou instituições e ganha aspecto de mercadoria com uma tendência clara para prejudicar grupos sociais (FONSECA, 2011). O trabalho da imprensa se faz necessário para engajar o debate público (MAYA, 2006) e combater a centralidade da dominação que, como consequência, produz a realidade (MIGUEL, 2018). Para Fonseca (2011), é nesse universo do capitalismo industrial que a mídia busca impor interesses privados. Por isso, a ampliação da qualidade da representação está ligada a maior participação de grupos menosprezados pela mídia na produção das notícias (MIGUEL, 2018).

Os grupos em posição subalterna costumam ter menos acesso aos espaços de difusão das representações do mundo social, a começar pela mídia. Seus interesses e suas perspectivas tendem a ser silenciados para os outros, mas também para si mesmos. Por isso, para eles é mais importante encontrar brechas que permitam que suas vozes sejam ouvidas, entre si e também por quem exerce o poder (MIGUEL, 2018, p. 207).

Kovach e Rosenstiel (2004) questionam as funções do jornalismo ante interesses particulares. Para os autores, a finalidade do jornalismo está na função que ele exerce na vida das pessoas. Soares (2012) observa que o jornalismo tem o dever público de informar. Mas para que se estabeleça a democracia na informação, interesses privados devem dar lugar a variedade de vozes (MIGUEL, 2018). Pois, de fato, o conhecimento do mundo social está em jogo na luta política pelo poder de conservar ou transformar o mundo social de acordo com diferentes percepções (BOURDIEU, 1989). E esse poder de contribuir para uma visão de mundo, atribui ao agente, inevitavelmente, a própria construção desse mundo (BOURDIEU, 1989).

Assim, reforça-se que todo e qualquer registro que a mídia faz sobre a sociedade leva em conta critérios de seleção para apresentar a realidade (MAYA, 2006) e, para Fonseca (2010), essa seleção é guiada por ideologias e interesses particulares. A compreensão do autor acompanha as observações dos demais apresentados neste trabalho, ao olhar a mídia como um agente político que se manifesta em instrumentos de manipulação social. Nesse sentido, representa “[...] instituições eficazes na inculcação de ideias em relação a grupos reprodutores de opinião, caracterizando-se como os polos de poder” (FONSECA, 2010, p. 16).

Pode-se compreender, a partir desses pressupostos, que a apropriação de discursos de fontes policiais pode levar a reprodução de ideologias e estas se apresentam ao público como versões da realidade, dando às organizações policiais um poder simbólico no meio social. Conforme Bourdieu (1989), os agentes só conseguem impor ideologias dominantes em estratégias simbólicas a partir das suas posições no mundo. Eles detêm um poder equivalente ao conhecimento e reconhecimento que recebem de um grupo (BOURDIEU, 1989).

Por fim, em suas relações de poder, o discurso não traduz apenas as lutas ou os sistemas de dominação, mas também aquilo pelo o que se luta, o poder que se quer apoderar (FOUCAULT, 2006). Há, então, um objetivo que vai além do poder em si, pois o discurso não é apenas o que manifesta o desejo, é aquilo que é objeto do desejo (FOUCAULT, 2006). Dessa forma, a partir desse debate, entende-se que as pretensões discursivas se encontram associadas a outros elementos que podem fomentar o estabelecimento de narrativas dominantes.

Entre esses elementos, está a questão estrutural do trabalho dos jornalistas, que vivem em um mundo dividido em conflitos, concorrências e hostilidades

(BOURDIEU, 1997). Um universo que será debatido no tópico a seguir, a partir da abordagem de conflitos pertinentes na rotina jornalística e que podem contribuir para as influências narrativas não visíveis ao público na notícia.

3.2 LIMITAÇÕES NO TRABALHO JORNALÍSTICO NA INFLUÊNCIA DA NATUREZA NARRATIVA

As influências simbólicas, debatidas anteriormente, não se estabelecem como um fator isolado responsável pela produção de sentidos na notícia. Estão em torno de elementos que – dentre outras características – podem impulsionar as interferências narrativas, em virtude de limitações presentes nas rotinas de trabalho dos jornalistas e os conflitos decorrentes desse sistema limitador. As restrições que podem se naturalizar no cotidiano do profissional de um meio de comunicação provocam pressões no meio jornalístico (BOURDIEU, 1997), refletindo na forma como se constroem os conteúdos. Por isso, é importante o debate sobre os efeitos provocados pelas normas aplicadas – de forma inconsciente ou não - nas redações.

Para iniciar o debate sobre algumas limitações presentes no trabalho jornalístico, é importante ressaltar que a atividade está imersa na competitividade, que no ambiente telejornalístico se apresenta em meio à espetacularização e banalização dos acontecimentos (MOUILLAUD, 2002). Isso acontece diante da pressão dos jornalistas em relação ao tempo, num ciclo compreendido entre a chegada do profissional na redação e o deadline (ANJOS, 2016).

Neste tópico, contudo, não se irá a fundo em questões estruturais das empresas jornalísticas, as quais, evidentemente, comprometem a rotina jornalística e refletem na maneira como um profissional se situa no organismo (CHARRON; BONVILLE, 2016). Esse debate seguirá mais a frente com a exposição do acompanhamento das rotinas de produção do veículo analisado. Ocorrerá, nesta abordagem, a reflexão sobre as exigências do jornalismo como adaptação às estratégias de captação de audiências no contexto da naturalização de narrativas.

Com isso, diante de limitações, a informação se transforma no que é possível evidenciar, no que está marcado para ser selecionado e percebido (MOUILLAUD, 2002). Desse modo, a publicação cotidiana ajuda na construção de imagens que se edificam na sociedade, reforça Mouillaud (2002). É cabível dizer, então, que não só o

acontecimento cria a notícia, mas a notícia tem o poder de criar o acontecimento (MOUILLAUD, 2002).

As estratégias da mídia fixam-se em, entre outros elementos, na busca pela audiência, que é fator determinante para a decisão do que deve ou não ser transformado em notícia (MOUILLAUD, 2002). São consideradas diferentes características pelos jornalistas para definir o que vai ser noticiado, e a imprevisibilidade de um acontecimento está no topo das exigências desse trabalho (MOUILLAUD, 2002).

Dessa forma, é possível afirmar que se torna notícia o evento considerado especial de acordo com critérios editoriais previamente estabelecidos (MOUILLAUD, 2002). No entanto, ante restrições provocadas pelo tempo de produção das peças jornalísticas, quais critérios são utilizados para selecionar os fatos a serem transmitidos ao público? Ao abordar as relações sociais no contexto de divulgação televisiva, Bourdieu (1997) afirma que a parte mais importante da informação, que determinará o que é, de fato, o modo como será representado, vem, em grande parcela, dos informantes.

Na compreensão de Anjos (2016), no cenário de produção das redações, os jornalistas criam laços de afinidade e facilitam a manutenção da política editorial de uma empresa. O autor ressalta que nem todos os acontecimentos são imprevisíveis como aparentam ser na televisão. Para Mouillaud (2002), a forma como diferentes situações são apresentadas traduz a função do jornalismo de transformar um evento em algo especial, mesmo na ausência da imprevisibilidade.

As estratégias utilizadas pelos meios apresentam-se em torno da verossimilhança, guardando uma margem do real representado para fazer o público acreditar que o fato aconteceu conforme o narrado (MOUILLAUD, 2002). Logo, apreende-se que o telejornalismo busca a aproximação da audiência, dando, a partir do texto televisivo, a possibilidade de o leitor combinar as emoções na medida em que se identifica aos fatos (MOUILLAUD, 2002). Além disso, especialmente no conteúdo policial, o caráter melodramático e sensacional é presente na produção das notícias para tentar aproximar o telespectador mais pelo favorecimento do emocional do que pela informação ou exatidão nos dados (FINGER, 1997). Com isso, a notícia torna-se um novo real e ressignifica o acontecimento (MOUILLAUD, 2002).

O espetacular é diretamente usado na exploração de imagens relacionadas a violência urbana, aferiu Finger (1997). Para Morais (2017), isso leva a crer que o

jornalismo policial produz notícias baseadas em uma lógica dominante, sendo os fatos noticiados para levar às pessoas o sentimento de medo e necessidade de que alguém as protejam. Nesse sentido, se apresentam as fontes da segurança pública, estabelecidas na posição de credibilidade e autoridade em virtude da função hierárquica e representativa que exercem (MORAIS, 2017).

Autores como Natalino (2006) associam o processo da busca incessante pela audiência às imposições capitalistas, nas quais os jornalistas têm a obrigação de começar e concluir o processo com qualidade – nos padrões da organização em que trabalham – e em tempo hábil. Nesse cenário, opiniões e posições ficam subentendidas em conteúdos veiculados nas limitações do fator tempo (NATALINO, 2006).

O tempo como determinante na produção jornalística, em relação as disputas concorrenciais e políticas, faz com que os produtores de televisão procurem abordagens diferentes dos demais veículos (BOURDIEU, 1997). Para Bourdieu (1997), há uma espécie de pressão cruzada entre os componentes dos processos de construção da notícia, levando ao público a imposição do que foi anteriormente imposto por produtores, influenciados pela concorrência com outros produtores. Apesar de tratar-se de uma abordagem sociológica de Pierre Bourdieu (1989), pode-se observar tais pressões em algumas condutas práticas na televisão, como no monitoramento constante de um meio sobre o outro, na busca de pautas e assuntos que atraiam a audiência (ANJOS, 2016).

Deve-se ressaltar também, que a urgência na construção de conteúdo compromete o pensamento, reflete Bourdieu (1997) ao abordar o papel social da televisão e seus reflexos na divisão de classes. Observando o jornalismo, Finger (1997) afirma existir uma violência vendida como produto formulado sem consciência por parte dos produtores. Christians (2004), neste sentido, relaciona a privação de posicionamentos reflexivos sobre o que é divulgado com a abordagem objetiva realizada pelo meio jornalístico.

Não se deve desconsiderar, nesse cenário, que o imediatismo é precedido de políticas editoriais previamente estabelecidas (PAULUSSEN, 2016), as quais ignoram a necessidade de compreensão dos profissionais (FOLETO, 2017). A simples troca da palavra “ocupação” por “invasão” denota um posicionamento ideológico, por exemplo, conforme Finger (1997). Contudo, as opções ideológicas não se dão, necessariamente, de maneira fixada, em uma ordem direta aos jornalistas. São naturalizadas diante do conceito de objetivismo (MOUILLAUD, 2002).

Com isso, a seleção preliminar dos acontecimentos para apresentar a ideia inicial daquilo que é exposto, caracteriza-se também na omissão de elementos que promovem a compreensão dos fatos (MOUILLAUD, 2002). Há, nesse sentido, um melodrama nas abordagens de assuntos atuais na televisão, cauterizado por ideias implícitas em formatos sensacionalistas, conforme Mouillaud, (2002). Finger (1997) observa que a ocultação de ideias pode levar à criação de personagens. No caso do jornalismo policial, por exemplo, parte da sociedade acaba enxergando a figura militar como sinônimo de justiceiro criado para punir quem atenta contra a ordem social.

Essas visões fantasiosas são pertinentes nas peças jornalísticas da televisão, em virtude do poder de construir um real imaginário que dificulta a distinção entre ficção e realidade (MOUILLAUD, 2002). É no texto televisivo que o uso de linguagens e termos leva à criação de personagens e à permanência de estereótipos (FINGER, 1997). Assim, elementos da narrativa, sons e imagens são selecionados para ilustrar e fornecer o desenvolvimento de um tema ao telespectador, não tratando a informação em si como prioritária (MOUILLAUD, 2002).

Na visão de Bourdieu (1997), a forma como a televisão se estabelece provoca não só pressões entre os jornalistas, mas configura consequências traduzidas em escolhas, ausências e presenças. A partir da função social da televisão, analisada pelo autor, observa-se que as notícias ocorrem em favor das expectativas do público e, com o tempo, são capazes de criar um público próprio e fiel. Essa manutenção e construção de audiências, é rodeada por saberes fragmentados, plurais e instantâneos, repletos de sentido (MOUILLAUD, 2002).

Percebe-se, então, que o conceito de objetividade obriga o jornalista a tentar excluir ou reduzir a sua participação no processo de construção da notícia, no entanto, se reveste de sentidos que constroem a identidade da imprensa (MOUILLAUD, 2002). Os reflexos disso vão além da simples narrativa de um evento, pois os acontecimentos se efetivam na materialidade, não são imateriais. Consistem na coexistência, na dispersão, no recorte, na acumulação e na seleção de elementos materiais (FOUCAULT, 2006). Para Mouillaud (2002), a sociedade não é um estado dado, mas resultado das situações em que ela vive.

Esses pressupostos são importantes para a compreensão dos capítulos seguintes deste estudo, pois os entendimentos a respeito das produções jornalísticas em âmbito social frente a valores de neutralidade, nos levam a questionar os sentidos das técnicas aplicadas nas organizações. Com isso, observa-se que a simples ideia

do imparcial e a influência das fontes no competitivo mercado da comunicação não são os únicos fatores presentes na construção da notícia. Há mais.

É importante considerar, em vista disso, as especificidades de cada narrativa discursiva, para não transformar o discurso em um jogo de significações prévias, como se ele se apresentasse de tal forma que necessitasse apenas de uma decifração em seu cerne (FOUCAULT, 2006). Cada autor tem uma característica discursiva e, por isso, não se pode dizer que há um interesse unificado em relação aos poderes de um discurso. É preciso levar em conta, além de outros fatores, o princípio da exterioridade, na compreensão do discurso a partir da sua aparição, regularidade e condições externas de regularidade (FOUCAULT, 2006). É isso que este trabalho tenta fazer em relação a narrativa predominante em enunciados sobre crimes de violência urbana.

Outros elementos pertinentes a esse debate serão elencados no capítulo a seguir, com o detalhamento da importância das relações cotidianas e das experiências pessoais para a compreensão de um fenômeno, assim como procedimentos metodológicos relevantes para a produção do estudo. Só assim, a partir do conhecimento das funções exercidas pelos agentes envolvidos nos processos de produção simbólica, é que se poderá chegar à compreensão sobre como as estruturas do poder simbólico são estruturadas no âmbito da comunicação e, posteriormente, como se traduzem na proposta de uma fonte ocultada – em seu grau de participação - na peça jornalística e não visível ao telespectador.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1. MÉTODOS UTILIZADOS NA COLETA DE DADOS

O processo de construção desta pesquisa – sobre a coleta de dados e interpretação dos resultados obtidos – está amparado em três principais procedimentos metodológicos: observação participante, análise de registros e entrevistas. Foram realizados apontamentos baseados em análise de conteúdo com os procedimentos de levantamento de registros, entrevistas e interpretação de dados. A observação inspirada na análise de conteúdo esteve presente em diferentes momentos, da pré-análise ao tratamento dos resultados. A convergência de técnicas implicou apurações mais amplas e maior eficiência na filtragem dos dados obtidos.

Antecedendo o desenvolvimento das referidas técnicas o estudo de caso para considerar de forma ampla e plural os mecanismos disponíveis para a execução do estudo e, assim, posteriormente ocorrer a escolha das ferramentas a serem aplicadas em diferentes situações. O método se constrói em função da pesquisa, e não o inverso (DUBAR, 2009). Afinal, os procedimentos metodológicos servem para o encadeamento das evidências, ou seja, as questões feitas, os dados coletados e as conclusões iniciais a que se chegou, recomenda Yin (2005).

Este estudo foi realizado no período de pandemia da Covid-19, levando a adequações nas aplicações metodológicas, como a intermediação do computador para o desenvolvimento das entrevistas (em vez do contato pessoal) e o uso de plataformas virtuais para a coleta de dados. Conforme Kozinets (2014), apesar de haver resistência em seus primórdios, o ambiente online não é mais visto como um lugar orientado por tarefas “frias” em virtude da distância física e ausência de interação pessoal. Pelo contrário. O mundo online é construído e detalhado de forma enriquecedora (KOZINETS, 2014).

As limitações provocadas por medidas restritivas para conter a proliferação do novo coronavírus podem ter levado a resultados diversos dos que, provavelmente, seriam obtidos em outras condições. Essas diferenças não estão, contudo, associadas a consistência e veracidade dos dados, mas na possível apreensão de uma quantidade maior de elementos observados em métodos diversos dos alternativos utilizados neste trabalho para a obtenção de informações.

É válido ainda salientar, que as referências na literatura – obtidas por meio da realização do Estado da Arte – contribuíram para a compreensão dos elementos analisados, a partir do conhecimento sobre pesquisas que, de alguma forma, cruzam o objeto deste trabalho. As referências teóricas, contudo, não foram consideradas instrumentos determinantes, mas sim auxiliares para o desenvolvimento do estudo. Considera-se, nesse sentido, o fato de premissas baseadas unicamente em conceitos pré-estabelecidos representarem barreiras para os estudos do objeto (BECKER, 1997).

As referências teóricas sobre a manifestação de fontes nas notícias auxiliaram na identificação dos procedimentos adotados pelos informantes e jornalistas, assim como na comparação de aspectos presentes nas observações dos autores com novos elementos observados durante a pesquisa. Além disso, houve a contribuição para detectar características das rotinas de produção, de acordo com os debates e dados presentes na literatura a respeito da forma como o trabalho jornalístico se adequa às imposições do mercado.

Nos procedimentos metodológicos também foram considerados os estudos sobre o poder simbólico e possíveis estratégias de manipulação das mensagens, destacando posicionamentos individuais sendo configurados como coletivos na exposição dos fatos. Essas referências foram imprescindíveis para a interpretação dos dados e detecção de aspectos que se correlacionam na construção do produto jornalístico, com interferências externas e internas na produção de significações. Os debates dão suporte para a compreensão de posicionamentos ideológicos atrelados às estruturas das notícias e das maneiras como visões particulares – de diferentes agentes – interferem no conteúdo transmitido ao telespectador.

O conhecimento prévio sobre procedimentos metodológicos também foi considerado como necessário na aplicação das técnicas de pesquisa, mas não determinou, de forma isolada, como ela procedeu. A característica consultiva e não determinante de referências metodológicas para o trabalho em campo é imprescindível, pois realizar observações baseadas somente em informações obtidas anteriormente implica chances de se cair em uma relatividade (MUNHOZ, 2006). Por isso, buscou-se o equilíbrio entre conhecimentos preconcebidos e novos elementos observados, para que as concepções prévias não nortegassem a pesquisa, mas oferecessem a formulação de ideias de opiniões sobre o campo estudado (LAVILLE;

DIONNE, 1995). Como apontam Gadini e Woitowicz (2017), é necessário ir além das práticas convencionais para a compreensão dos efeitos da produção jornalística.

Inicialmente, destaca-se que – antes da crise sanitária global – foi possível a realização da observação participante na sede da emissora TV Equinócio, no período de 20 a 26 de setembro de 2019. Configurou-se relevante para o desenvolvimento do trabalho, tratando-se de um método interativo para recolher informações (MEIRINHOS; OSÓRIO, 2010). Além disso, em uma observação participante, entende-se regras, valores e representações da sociedade que está sendo estudada. Encontram-se, assim, regularidades no comportamento de determinada população (ROMANELLI, 1998). Esse procedimento ilustra a preocupação do pesquisador em compreender as lógicas, hierarquias e interações presentes no campo jornalístico (GADINI; WOITOWICZ, 2017).

Com a observação participante foi possível obter uma integração no campo de estudo, não limitando-se a um ponto de vista externo (MEIRINHOS; OSÓRIO, 2010), pois trata-se de uma abordagem que – no contexto dos estudos de jornalismo – inclui as rotinas dos profissionais, na maior parte das vezes, associada à análise do produto (GADINI; WOITOWICZ, 2017).

Estar em campo e interagir com ele, propiciou a este pesquisador a possibilidade de levar em conta os códigos culturais presentes nas diferentes sociedades, como pressupõe Romanelli (1998). Nesse sentido, Becker (1997) reforça que não se pode ignorar as especificidades da pesquisa qualitativa e suas dimensões. Como preconiza Correio (2014), o pesquisador deve agir em campo na função de observador desinteressado, situando-se na figura de um estrangeiro em uma cidade desconhecida para que, com o auxílio de informações previamente colhidas e olhares mais apurados, seja possível a identificação de fenômenos e suas compreensões.

Durante a observação, buscou-se manter um olhar “novo” sobre o que estava sendo observado, objetivando não moldar a pesquisa em princípios conservadores que pudessem interferir no julgamento do objeto estudado (BECKER, 1997). A observação, sem dúvidas, está sujeita a subjetividades nas interações entre os sujeitos, mas as relações subjetivas não devem ser expulsas e nem evitadas, mas sim admitidas e controladas a partir dos recursos metodológicos do pesquisador (ROMANELLI, 1998).

Existe o caso frequente de comunidades que já não suportam pesquisa, porque quase todo dia aparece gente com questionários, perguntando sobre tudo e todos. Tornam-se “cobaias” em sentido estrito do uso manipulativo por

parte dos cientistas. Não passam de “campo de observação”, “grupo de controle”, lugar para testes metodológicos, e assim por diante (DEMO, 1995, p. 232).

A citação em destaque, assim como os demais pressupostos já apresentados, evidencia a pertinência de observações desprendidas de procedimentos mecânicos e com direcionamentos prévios que comprometam a coleta de dados e, conseqüentemente, seus resultados.

4.1.1. Levantamento de registros

Não serão detalhados aqui os dados coletados – isso ficará a cargo do capítulo a seguir – mas é relevante salientar a forma como se deu o levantamento dos registros jornalísticos e policiais. Foram considerados materiais gravados pelas equipes de reportagem e peças jornalísticas veiculadas em períodos distintos, no ano de 2019. A escolha dos períodos de veiculação das peças jornalísticas se deu em virtude da identificação de regularidades nas publicações da emissora a respeito dos materiais gravados e transmitidos nos telejornais. Os registros foram levantados de forma online, na rede social Facebook, única plataforma onde a emissora – até a realização desta pesquisa – depositava as edições e fragmentos dos telejornais transmitidos na TV aberta. O recorte temporal permitiu observar a continuidade de ações e processos vinculados ao objeto, sendo possível aferir que os aspectos observados não compõem somente situações excepcionais e períodos específicos, mas sim caracterizam a forma como um organismo se estabelece em um meio.

É oportuno observar que, após o levantamento dos registros, as relações externas dos jornalistas e as diretrizes editoriais não foram modificadas e mantiveram-se com as mesmas características presentes no espaço de tempo em que houve a veiculação do conteúdo coletado, em relação a procedimentos e estratégias de reprodução das peças jornalísticas produzidas pela organização – conforme foi possível notar nas entrevistas realizadas em 2020. Nesse sentido, reforça Yin (2005), o levantamento dos registros e a observação de suas características contribuem para adquirir evidências relevantes para a pesquisa científica. Deve-se considerar ainda, que o conteúdo publicado é resultado de dinâmicas de trabalho e posicionamentos editoriais e, em virtude disso, os registros tornam-se imprescindíveis para o desenvolvimento do trabalho.

4.1.2. Análise de conteúdo

As edições publicadas pelo telejornal foram analisadas individualmente para se chegar ao período compreendido na pesquisa. Para isso, foram definidos os critérios de continuidade e similaridade.

O critério de continuidade compreendeu os períodos ininterruptos de publicações das edições do telejornal Balanço Geral /AP no segundo semestre de 2019, na pretensão de observar a continuação de aspectos e características presentes nas peças jornalísticas veiculadas no espaço de seis dias consecutivos. Já no primeiro semestre do mesmo ano, não houve a publicação de, pelo menos, seis edições ininterruptas (uma semana de exibição) do programa. Por isso, foi utilizado o período com maior número de edições depositadas na rede social Facebook, compreendendo 90 dias entre os meses de junho e agosto de 2019, como forma de identificar a continuação de padrões e características. Cada edição foi observada individualmente e comparada com os relatórios policiais divulgados no mesmo período.

Essa comparação engloba o critério de similaridade, no qual foram mapeadas as semelhanças narrativas entre o conteúdo do telejornal e das informações oficiais de fontes da segurança pública. Os relatórios mantiveram o mesmo formato textual e linguístico nos dois períodos levantados. No entanto, houve a troca da plataforma usada no repasse das informações contidas nos relatórios dos boletins de ocorrência: até setembro de 2019, a divulgação era feita por e-mail; a partir de outubro de 2019, as ocorrências passaram a ser transmitidas para a imprensa em mensagens privadas e em grupos do aplicativo WhatsApp.

As similaridades narrativas contemplaram a comparação do uso de termos, verbos e expressões, além da organização das informações tanto nas peças jornalísticas da emissora, quanto nos relatórios da polícia. Para Meirinhos e Osório (2010), a interpretação de dados obtidos aprofunda as percepções e ajuda o pesquisador a explicitar os resultados de uma pesquisa.

À medida que se avança na compreensão do caso através de novas observações e confirmação das antigas, o investigador vai reformulando as questões temáticas iniciais. Estas modificações assentam, assim, numa abordagem progressiva, onde parece ser de grande importância, para a investigação, a função interpretativa constante do investigador (MEIRINHOS; OSÓRIO, 2010, p. 55).

Vale reforçar que a coleta de dados inspirada na análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análises das comunicações, em que há a adequação ao domínio e objetivos pretendidos (BARDIN, 2011). É uma forma de tratar as informações contidas nas mensagens, conforme Bardin (2011). A partir desse procedimento, buscou-se neste trabalho a análise das temáticas e a identificação das técnicas adotadas nos materiais obtidos. Observa-se ainda, que a coleta de dados inspirada na análise de conteúdo proporciona a inferência de conhecimentos relativos à condição do material estudado (BARDIN, 2011). Para Gadini e Wotowicz (2017), é um recorte que foca no conteúdo em diferentes suportes operacionais, para compreender e apresentar um retrato de modos e temas frequentes na organização jornalística.

Na análise de conteúdo aplicada neste trabalho, foram utilizados os dois tipos de materiais que podem ser contemplados pelo procedimento, conforme Bardin (2011): os documentos naturais (a exemplo dos relatórios policiais e edições do telejornal publicadas na internet) e os documentos suscitados pelas necessidades do estudo (respostas às perguntas realizadas em entrevistas e informações coletadas na observação participante). A partir das inferências feitas nesses materiais, buscou-se as causas antecedentes das mensagens e as possíveis consequências dos enunciados (BARDIN, 2011).

Ao analisar o conteúdo coletado, primou-se por captar o sentido simbólico presente no fenômeno, investigando o seu significado, como orienta Leite (2017). A autora reforça que a pesquisa qualitativa busca aspectos mensuráveis e não se limita a números. Por isso, a análise de conteúdo se apresenta como pressuposto da pesquisa qualitativa ao tratarmos - entre outros elementos - da compreensão de situações, fatos, fenômenos e documentos (LEITE, 2017).

Há o entendimento de que a análise de conteúdo busca conhecer os significados da palavra por meio de emissores identificáveis (BARDIN, 2011). Para Bardin (2011), é possível conhecer aquilo que não está expressamente dito. Isso nos permite aferir variáveis de diversas ordens, como a sociológica e a histórica (BARDIN, 2011). Dessa maneira, considerando o levantamento de registros e as inferências pertinentes ao objeto deste estudo, visou-se a expressão do material colhido e a tradução de significados, numa estratégia que objetivou dar evidência àquilo que não está nítido na mensagem (BARDIN, 2011).

4.1.3. Entrevistas

As entrevistas, terceiro principal procedimento metodológico utilizado neste trabalho, desenvolveram-se por videoconferência, em horários predeterminados pelos entrevistados, como eles próprios solicitaram em razão das rotinas de trabalho. Não foram consideradas simples coletas de dados, mas formas de interação, de interpretação e também de exposição de sentimentos, acompanhando as orientações de Pereira e Neves (2013). Ressalta-se que as entrevistas ocorreram com profissionais atuantes na área jornalística e que, por isso, estão habituados a entrevistar diferentes figuras e possuem conhecimento sobre os protocolos aplicados (PEREIRA; NEVES, 2013).

Dessa forma, foram tomadas precauções para deixar o informante “à vontade” em seus relatos, conforme preconizam Pereira e Neves (2013). Entre as estratégias, houve a busca por uma relação de proximidade e empatia com o entrevistado, alternando, durante as conversas, perguntas vinculadas à vida pessoal. Para Pereira e Neves (2013), o jornalista entrevistado passa, com esses mecanismos, a ter menos expectativa com o pesquisador e a abordar com mais naturalidade as questões e assuntos apresentados. Para Duarte (2004), deve haver rigor nos objetivos das entrevistas, contudo, deve-se propiciar situações informais para provocar discursos mais livres.

Tomar depoimentos como fonte de investigação implica extrair daquilo que é subjetivo e pessoal neles o que nos permite pensar a dimensão coletiva, isto é, que nos permite compreender a lógica das relações que se estabelecem (estabeleceram) no interior dos grupos sociais dos quais o entrevistado participa (participou), em um determinado tempo e lugar (DUARTE, 2004, p 219).

Além dos relatos dos acontecimentos por parte dos entrevistados, observaram-se os contextos em volta do procedimento realizado, assim como as características pertinentes às interações. Gestos, expressões, entonação da voz, estão entre os elementos considerados, além da fala. Por meio dessa articulação, foi possível obter maior profundidade nos dados coletados, a partir dos modos como o sujeito entende a sua realidade (DUARTE, 2004). As observações de frases e expressões, permitem o aprofundamento dos contextos organizacionais em que esses elementos estão inseridos, indo além daquilo nitidamente expresso (MATEUS, 2015).

Pontuações sem relação direta com as perguntas apresentadas por este pesquisador não foram descartadas. Pelo contrário, foram considerados todos os

dados que de alguma forma ajudam no entendimento do cenário no qual o entrevistado está inserido. Guilhermano (2019) pontua ser inevitável o encontro com subjetividades durante a pesquisa, mas salienta o dever de o pesquisador trabalhar para entender os elementos subjetivos e reduzir as suas distorções. Segundo Pereira e Neves (2013), uma boa entrevista não consiste em simplesmente levar o entrevistado a falar, mas na busca da compreensão das informações repassadas durante os relatos. “As questões a investigar não se estabelecem mediante a operacionalização de variáveis, mas são, antes, formuladas com o objetivo de estudar fenômenos com toda a sua complexidade em contexto natural” (MEIRINHOS; OSÓRIO, 2010).

Há, de fato, diferenças entre as entrevistas presenciais e virtuais. Porém, é possível o entendimento do contexto no qual o entrevistado está inserido a partir da profundidade com que o processo é executado (KOZINETS, 2014). Ao observar, até mesmo princípios considerados banais, o pesquisador descobre dinâmicas que não podem passar despercebidas (PEREIRA; NEVES, 2013). No caso deste trabalho, houve um esforço em compreender o processo no qual as narrativas do entrevistado se inserem, com a análise de fragmentos obtidos ao longo das entrevistas, traduzindo uma estratégia para montar o ‘quebra-cabeça’ da apreensão do objeto.

Buscou-se cumprir os quatro requisitos estabelecidos como básicos por Duarte (2004) para realizar o procedimento de entrevista. São eles: a definição dos objetivos da pesquisa; conhecer, em alguma profundidade, o contexto em que é realizada a investigação; introjeção do roteiro da entrevista (sendo que, neste caso, a informalidade foi utilizada de maneira inicial para informar a temática da entrevista ao informante sem, contudo, burocratizar o procedimento e mecanizar o roteiro de perguntas e respostas); exercer um nível de informalidade sem perder os objetivos.

4.1.4 Interpretação dos dados

Os procedimentos de levantamento de registros, a coleta de dados inspirada na análise de conteúdo e entrevistas foram executados em momentos distintos para que, posteriormente, fossem identificadas as correlações dos dados. Essa estratégia foi adotada com a cautela para, como pressupõe (MUNHOZ, 2006), não existir a intenção de forçar a associação de resultados a informações colhidas anteriormente. Esses cuidados são necessários para que não se faça a previsão de resultados, pois

essa é uma premissa de métodos que ignoram a participação do pesquisador nos efeitos da pesquisa (BECKER, 1997). Por isso, segundo Becker (1997), a pesquisa científica precisa estar amparada em estratégias que ajudem na construção de sentido.

Com a obtenção dos dados referentes aos procedimentos mencionados, houve a interpretação das informações, considerando elementos anteriores (como fontes bibliográficas, contextos organizacionais e estruturais) e novas experiências e eventos percebidos ao longo da pesquisa. Peirce (1972) alerta sobre os perigos do olhar do sujeito em relação aos princípios condutores da ciência. Segundo ele, as crenças têm o poder de criar e moldar ações. Compreendendo os fenômenos sociais como carregados de subjetividades e horizontes complexos, Demo (1995) considera uma “violência” contra a realidade social abordá-la como um mero objeto. Para o autor, essa concepção provoca um tratamento manipulativo e meticuloso dos dados obtidos.

Desse modo, o processo de análise das informações obtidas inclui diversas etapas, mas neste trabalho optou-se em proceder a partir das três técnicas elencadas por Bardin (2011): 1) a pré-análise, refletindo na preparação prévia do material, estruturando-o de forma operacional na seleção e orientação do que seria analisado posteriormente, com o objetivo de obter um roteiro sistemático na análise; 2) a exploração do material, buscando a categorização e frequência (posterior a codificação) e a compreensão dos sentidos, além das escolhas dos elementos que direcionaram a interpretação final; 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Refletiu no realce das informações analisadas, interpretando-as e inferido a partir da reflexão do que foi destacado. Nesta última fase, foram considerados os principais elementos presentes no processo de construção dos conteúdos: a mensagem propriamente dita, o emissor, o produtor e os grupos nos quais eles estão inseridos em seus processos.

As correlações encontradas no conteúdo telejornalístico e as informações das fontes oficiais da segurança pública foram conflitadas com elementos coletados na observação dos contextos organizacionais. Levou-se também em consideração, nessa integração e correlação de dados, as especificidades presentes no contexto das entrevistas e nas interações observadas entre os profissionais da empresa jornalística e seus informantes. Como Laville e Dionne (1999) salientam, o pesquisador não pode ignorar o fato de que contextos históricos, econômicos e sociais contribuem para o entendimento de múltiplas realidades.

Abaixo, elenca-se o roteiro dos principais procedimentos metodológicos percorridos na pesquisa:

1- OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

1.2. Observação de interações pessoais e procedimentos adotados na estrutura organizacional da emissora.

2. Descrição das observações da pesquisa em campo.

2 - LEVANTAMENTO DE REGISTROS DE ARQUIVOS

2.1. Observação inspirada na Análise de Conteúdo.

2.1.1. Filtragem de conteúdo pelo recorte de tempo (pré-análise em dois períodos nos anos de 2019).

2.1.2. Aplicação do critério de continuidade na publicação das edições.

2.1.2. Descrição individual das edições selecionadas a partir do critério de continuidade.

3. Levantamento de boletins de ocorrência do ano de 2019.

4. Comparação das edições selecionadas com os assuntos abordados nos relatórios policiais.

4.1. Mapeamento de similaridades entre as peças jornalísticas e os relatórios policiais em relação a temática.

4.2. Mapeamento de similaridades entre as peças jornalísticas e os relatórios policiais em relação a estrutura narrativa.

5. Filtragem de relatórios policiais e peças jornalísticas que se correlacionam em temáticas e estruturas narrativas.

3- ENTREVISTAS

3.1. Solicitação aos entrevistados.

3.1.1. Planejamento das entrevistas.

3.2. Entrevistas por videoconferência.

4- INTERPRETAÇÃO DE DADOS

4.1. Mapeamento de similaridades e divergências entre os dados colhidos: levantamento de registros; observação participante; entrevistas.

4.2. Interpretação e organização dos dados com bases bibliográficas e especificidades do objeto.

4.3. Mapeamento de correlações de fragmentos presentes em relatos, observações e registros com os contextos organizacionais e estruturais da emissora.

4.2. A OBSERVAÇÃO DAS INTERAÇÕES E RELAÇÕES PESSOAIS PARA A COMPREENSÃO DA APROPRIAÇÃO NARRATIVA

Observar as relações entre os atores envolvidos e suas interpretações e percepções sobre os acontecimentos que vivenciaram, contribui para a evidência de fragmentos que não somente influenciam nas relações diárias, mas dão ao estudo contextos relevantes na interpretação de um fenômeno. Dessa forma, convém - neste tópico - o destaque à importância das relações humanas na compreensão do objeto, num esforço em atentar às formas como essas interações se manifestam e refletem na construção dos enunciados no telejornalismo policial. A comunicação acontece em contextos específicos e “envolve não apenas o uso de signos verbais como também signos não-verbais e formas de mediação tecnológica” (MATEUS, 2015 p. 87).

A observação de elementos contidos nas interações e relações pessoais dos jornalistas, assim como nas percepções individuais dos profissionais, dá suporte para entender e interpretar as escolhas dos agentes na construção das peças jornalísticas.

Essa observação foi realizada em um esforço para perceber como os agentes interpretam situações distintas – ligadas de forma direta ou indireta ao objeto de estudo - na rotina de trabalho, a partir da expressão de palavras, gestos e percepções particulares sobre um assunto. Por isso, observou-se as características individuais, sem ignorar o contexto coletivo dos profissionais integrantes da empresa jornalística. Conforme Dubar (2009), os indivíduos podem ser identificados a partir de seus grupos, e a compreensão das identidades proporciona a análise de relações subjetivas e processos interpretativos que vão além das entrevistas.

É oportuno ressaltar, que a observação das relações pessoais e interações dos jornalistas no ambiente físico da redação foi realizada por um curto período de tempo, limitando a identificação de padrões e práticas do cotidiano dos agentes. No entanto, a percepção de hábitos e nuances, ainda que de maneira restrita, presentes em interações sociais, permite a estruturação de uma base para a compreensão do fenômeno. A ausência de um extenso período de imersão em campo dificulta, sem dúvida, a identificação de regularidades nos comportamentos dos indivíduos, por outro lado, não se exclui a possibilidade da apreensão de elementos contextuais nas interações, consideradas - neste estudo - pertinentes para o entendimento do objeto (MATEUS, 2015). Conforme Winkin (1998), estudos sobre um meio, um grupo ou uma situação, permitem extrair características de um conjunto particular. Temos a possibilidade de adquirir informações mais detalhadas sobre o fenômeno estudado, na captação de particularidades (KOZINETTS, 2014).

Esta discussão é relevante para a reflexão sobre o capítulo a seguir, no qual haverá a explanação dos dados colhidos durante a pesquisa. Ao longo da estruturação das informações, será possível identificar as influências das relações do cotidiano e de interpretações individuais dos agentes envolvidos nos processos de produção das peças jornalísticas. Buscou-se extrair elementos que permitem olhar – de maneira mais aprofundada - as causas e consequências da apropriação narrativa no telejornalismo policial em meio a influência simbólica. Uma única cena, por exemplo, nos permite, a compreensão de contextos e estruturas e não somente a aferição de uma ação isolada (KOZINETTS, 2014).

Apreende-se desse debate a percepção de que a ação de um agente pode refletir as características de um grupo e externar elementos que ajudam no mapeamento de aspectos coletivos. As ações humanas traduzem manifestações espontâneas, comportamentos planejados e baseados em projetos pré-concebidos

(SCHUTZ, 2010), embora a vida diária apresente inconsistências que prejudicam o reconhecimento de um evento como típico (GARFINKEL, 2016). O mundo cotidiano é compreendido por Schutz (2010) como um cenário que reflete ações e interações humanas. Para ele, diversos elementos, como movimentos corporais motores e operativos, modificam e alteram objetos de relações múltiplas. O autor entende que a realidade se traduz em uma relação com a vida emocional e ativa. Nas múltiplas relações, há uma relação temporal que ensaia também uma ação futura na imaginação, traduzindo-se na antecipação dos resultados de ações (SCHUTZ, 2010).

Schutz (1979) incorpora o mundo da vida cotidiana na investigação sociológica e afirma haver um conjunto de relações interpessoais e atitudes pessoais reproduzidas e modificadas na vida diária. Na compreensão dessas interações, Garfinkel (2016) chama a atenção para as práticas reflexivas. Para ele, por meio dessas práticas, as atividades comuns da vida tornam-se reconhecíveis. Assim, sempre que a explicação de atividades comuns for usada, ela passa a ser reconhecida como uma “nova primeira vez” (GARFINKEL, 2016).

É importante, por isso, pensar na forma como o homem estabelece certas experiências de sua vida espontânea, pois o que podem parecer atitudes iguais para o observador, se revela em diferentes sentidos para quem é observado (SCHUTZ, 2016). Schutz (2016) questiona a produção de ciência com base em construções do senso comum sem levar em consideração relações sociais do dia a dia.

O corpo é como um marco zero de coordenadas que permitem a orientação dos indivíduos no mundo que definem os conhecimentos que estão ao seu alcance. A estrutura espacial relaciona-se com a dimensão temporal da consciência (CORREIO, 2014, p. 290).

Na compreensão de Ronsini e Mayora (2010), as relações entre as matrizes culturais e lógicas de produção são mediadas por distintos regimes de institucionalidade. As autoras pontuam que as mediações empíricas são, além de matrizes culturais, lógicas de produção, competências de recepção e formatos industriais. E os distintos conceitos de mediação ligam objetos, lugares e processos concretos. Com isso, entende-se a importância de se olhar as relações cotidianas para a compreensão de aspectos culturais em diferentes ângulos no meio social, tendo em vista as especificidades que compõem os cenários de pesquisa (RONSINI; MAYORA, 2010).

Schoenherr e Bronosky (2016, p. 2) observam as transformações metodológicas de uma pesquisa como não apenas algo imposto na ação do

pesquisador em se orientar pela distância geográfica e cultural, mas “[...] por campos de trabalho e análise na própria sociedade (ou microssociedades) – com implicações e desafios particulares”. Travancas (2010) evidencia a relevância de olhares apurados nas redações, pois, segundo ela, a notícia se apresenta como um produto de complexas interações componentes da vida social. Para a autora, as especificidades do campo jornalístico exigem técnicas aprofundadas em pesquisas metodológicas, reconhecendo que os jornalistas possuem rotinas próprias ligadas ao processo de produção e apuração nas redações. Travancas (2010) reitera a relevância de estudos sobre prática profissional jornalística por contribuir na formação de subjetividades e no entendimento de realidades.

Os jornalistas têm papel importante na construção da notícia, não apenas por serem seus produtores, mas por serem capazes de decodificar o mundo para seus leitores a partir da lógica da notícia, dos critérios editoriais dos veículos nos quais trabalham e suas visões de mundo (TRAVANCAS, 2010, p. 99).

Para Silva (2013), a proximidade do pesquisador da comunicação com o fazer técnico do jornalismo se dá através do uso de ferramentas básicas como o olhar e a escuta, proporcionando ao pesquisador a habilidade de enxergar além dos fatos. Reforça-se ainda, uma semelhança entre o trabalho jornalístico e a pesquisa em campo, em relação as interações sociais: a necessidade de ambos em observar com atenção o ambiente estudado para descrever um bom retrato da realidade (SILVA, 2013).

Convém ressaltar, que a realização desses tipos de estudo para a compreensão de cenários jornalísticos ainda é vista com preconceito por muitos pesquisadores, mesmo não sendo uma estratégia recente do universo de pesquisa (ROVIDA, 2015). No entanto, a apuração ou coleta das informações implica “[...] ir a campo, em observar a realidade e conversar com as pessoas que fazem parte das histórias narradas” (ROVIDA, 2015, p. 78). Por isso, vê-se a importância da observação das relações entre os agentes inseridos no contexto do objeto de estudo, evitando o distanciamento de elementos e características relevantes para se chegar a um sentido.

A observação da forma como os agentes interpretam diferentes situações, temas e relações profissionais, não aconteceu somente por meio do contato pessoal no espaço físico da organização jornalística. As entrevistas virtuais proporcionaram a detecção de elementos que ajudam no entendimento de características constituídas – entre outros fatores - a partir do meio em que os agentes estão inseridos e em suas

vivências pessoais. Com isso, reforça-se que utilização dos instrumentos tecnológicos para auxiliar no desenvolvimento da pesquisa reflete a capacidade de a tecnologia se adaptar às necessidades dos indivíduos (KOZINETTS, 2014).

Para Travancas (2010), o jornalista constitui a sua identidade em um contexto onde se misturam diversas áreas da vida social. A autora compreende não ser possível analisar a identidade jornalística observando apenas trajetórias e projetos conscientes e lineares. “A própria vivência profissional é uma fonte de convivência e contato com essa complexidade” (TRAVANCAS, 2010, p. 85). Mesmo como um complicador sobre um ponto de vista a respeito da cultura, olhar as interações é uma forma de agregar riquezas para a pesquisa (SCHOENHERR; BRONOSKY, 2016). Antes de tudo, o jornalista é parte de um mundo repleto de elementos sociais que se misturam à prática jornalística (TRAVANCAS, 2010).

Para Garfinkel (2006), os estudos etnometodológicos analisam as atividades cotidianas para tornar as atividades visíveis e reportáveis. Garfinkel (2006) salienta que esses métodos, no entanto, não devem objetivar ou formular medidas corretivas. Correio (2014) ressalva: cabe aos pesquisadores a busca pelo desenho do melhor mapa possível para compreender o território do objeto, com as ferramentas metodológicas escolhidas.

Eles são [estudos etnometodológicos] inúteis quando são feitos com certo sentido irônico. Embora visem a preparação de manuais de metodologia sociológica, não são de modo algum solicitados a substituir os procedimentos “padrão”, mas são diferentes deles. Eles não formulam remédios para a ação prática, como se fosse possível descobrir que ação prática é melhor ou pior do que a forma como as pessoas a apresentam. Tampouco buscam argumentos humanistas, e não encorajam ou intercalam em discussões teóricas indulgentes (GARFINKEL, 2016, p. 2).

Pode-se concluir, então, que no aprofundamento científico com processos de reconhecimento de cenários concretos, o pesquisador entende a significação do que estuda (GARFINKEL, 2016). A transformação das definições dos fatos que são traduzidos em notícias não desprende o jornalismo de concepções simbólicas socialmente construídas (TRAVANCAS, 2010).

Por fim, a partir desses pressupostos, no capítulo a seguir serão elencados e descritos os dados colhidos ao longo do estudo. A apresentação dos resultados considera a observação de fragmentos presentes nas interações sociais e que dão suporte para o entendimento e a explicação do objeto. O objetivo deste tópico foi demonstrar a relevância de se considerar detalhes que estão além da mera narração

de um fato, mas aprofundam o contexto das narrativas. São elementos que, mesmo sutis, dão grande contribuição para o mapeamento das correlações entre os dados apurados.

5. A FONTE NÃO VISÍVEL AO PÚBLICO NO TELEJORNALISMO POLICIAL: RESULTADOS DA PESQUISA

5.1 AS RELAÇÕES ESTRUTURAIS E POLÍTICAS

A narrativa policial configurada no telejornalismo de forma não visível ao público pode ser resultado de fatores que perpassam, sobretudo, as relações entre fontes oficiais e jornalistas, interesses mútuos e estruturas de trabalho. A transposição de narrativas pode acontecer, nesse sentido, de forma imperceptível para o telespectador e de maneira naturalizada pelos profissionais da comunicação imersos e limitados às rotinas de produção estabelecidas no mercado, conforme será debatido a seguir.

Compreendendo estas condições, tornou-se possível identificar os elementos presentes no uso do que este trabalho propõe classificar como *fontes não visíveis ao público* - a partir da apropriação da narrativa policial nos conteúdos telejornalísticos – com a observação de entrevistas realizadas com profissionais da empresa jornalística; a descrição da linguagem utilizada nos conteúdos veiculados; e a comparação dos materiais gravados pelas equipes de reportagem – assim como as introduções das mesmas – nas peças jornalísticas do Balanço Geral/AP sobre ocorrências policiais, nos períodos de 01 de junho a 30 de agosto de 2019; e de 20 a 26 de setembro de 2019. Ao todo, foram analisados 96 relatórios policiais e 40 edições do telejornal. Embora nem todas as edições e relatórios tenham sido usadas nesta pesquisa, nenhum material levantado foi ignorado, sendo revisitado pelo menos uma vez durante a investigação.

O primeiro período – de 1º de junho a 30 de agosto de 2019 - corresponde aos três meses em que houve a publicação de gravações do telejornal sem um intervalo maior que sete dias, entre os anos de 2019 e 2020. O segundo período – de 20 a 26 de setembro de 2019 - foi selecionado por ser o único recorte de tempo, no ano de 2019, com a publicação das gravações de seis edições do telejornal de forma ininterrupta. Ou seja, no intervalo de uma semana (de segunda à sábado), todas as edições do telejornal foram veiculadas, gravadas e publicadas na rede social Facebook no mesmo dia. As demais edições publicadas, não contemplam um padrão diário de continuidade. Ressalta-se que a emissora não publica conteúdos em outra plataforma.

As entrevistas com os profissionais da redação foram realizadas em outubro de 2020. Ao todo, seis funcionários da emissora foram contactados. Destes, três concordaram em participar das entrevistas para a pesquisa. Em razão da temática e os assuntos em questão, não haverá a identificação dos entrevistados, nominados somente como: jornalista 1; jornalista 2; jornalista 3. Antes das entrevistas, houve a observação participante na redação da emissora, entre os dias 28 e 30 janeiro de 2020, no período de 8h às 13h. Com a pesquisa, foi observada a proximidade entre as rotinas de produção dos profissionais da redação e as fontes oficiais da segurança pública, bem como a grande participação dos informantes nos processos de construção do conteúdo telejornalístico. Além disso, observou-se similaridades nos discursos pessoais dos jornalistas com os posicionamentos dos policiais em relação a crimes de violência urbana. Percebeu-se, ainda, limitações estruturais na organização da emissora que refletem diretamente nas rotinas de produção.

Esses fatores compõem um conjunto de variáveis que ajudam a compreender a forma como a transposição e a apropriação de narrativas se oculta e se estrutura nas peças jornalísticas, a partir de uma possível naturalização estabelecida nos discursos da mídia. Neste capítulo, são descritas as informações coletadas em campo - no contato com os jornalistas e com os materiais produzidos pela instituição – para expor, assim, as relações existentes entre o conteúdo da emissora, os relatórios policiais e a perspectiva dos profissionais diante do que é apurado, estruturado como peça jornalística e transmitido ao público.

Com isso, é necessário descrever questões históricas e estruturais que envolvem a criação da TV Equinócio, emissora afiliada da Record no Amapá e responsável pelo Programa Balanço Geral/AP. A emissora tem na grade de programação quatro telejornais (Balanço Geral AP Manhã; Balanço Geral AP; Cidade Alerta AP; e AP Record), além de um programa de entretenimento (Programa Tudo por Você). Quando criada, a empresa – com sede na Zona Sul de Macapá - retransmitia o sinal do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) e tinha o nome de TV Marco Zero. Ela foi inaugurada em 4 de maio de 1988. À época, fazia parte das Organizações José Alcolumbre, que consiste em um conglomerado de empresas de uma família conhecida na região pelas ligações políticas e empresariais. O nome da família ganhou ainda mais evidência entre fevereiro de 2019 e fevereiro de 2021, quando Davi Alcolumbre (DEM) esteve à frente da presidência do Senado Federal.

Em 2004, a TV Marco Zero ganhou uma nova identificação e tornou-se a TV Gazeta-Marco Zero, passando a ser filiada à rede Record, agora fazendo parte de um outro grupo empresarial também com ligações políticas (SANTIAGO, 2019). Segundo Santiago (2019), a afiliação à rede Record nasceu depois de uma sociedade entre o empresário Silas Assis Júnior e os então deputados estaduais Edinho Duarte, Jorge Amanajás e Dalto Martins, ambos já deixaram os cargos políticos.

Até 2019, Edinho estava em prisão domiciliar por corrupção após condenação em segunda instância. No mesmo ano, foi beneficiado por uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) e, atualmente, responde ao processo em liberdade e comanda um programa de rádio local. Jorge Amanajás candidatou-se ao governo em 2010 e, desde então, não ganhou nenhuma eleição. Dalto morreu em 2012, vítima de um acidente aéreo. Em 2010, o trio de políticos vendeu a emissora à família dos irmãos Marcos Reátegui – delegado da Polícia Federal e ex-deputado federal – e Moisés Souza, que é ex-presidente da Assembleia Legislativa do Amapá (SANTIAGO, 2019). Até 2019, Moisés Souza cumpria prisão domiciliar por corrupção, mas atualmente responde ao processo em liberdade, após também ser beneficiado por uma decisão do STF.

Segundo Santiago (2019), o grupo formado pelo empresário e os então parlamentares comprou a concessão de José Alcolumbre, que, atualmente, também é dono da TV Amazônia (SBT) e duas rádios, uma AM e outra FM. O empresário Silas Assis saiu da sociedade em 2006, quando a TV Gazeta-Marco Zero se tornou a TV Equinócio (SANTIAGO, 2019). Estão à frente da administração da emissora dois empresários do estado, também com atuações políticas. Um deles é Adiomar Veronese, que foi candidato ao cargo de vice-prefeito de Macapá em 2016, na chapa de Gilvam Borges, então presidente do MDB no Amapá. O outro empresário é Jaime Nunes, eleito vice-governador no Amapá para o mandato de 2018 a 2022.

Em abril de 2020, Jaime Nunes rompeu politicamente com o governador do Amapá, Waldez Góes (PDT), por ser contra as medidas restritivas impostas pelo Governo do Estado ao comércio local para conter a proliferação da Covid-19 (ÉPOCA, 2020). Desde então, a TV Equinócio passou a fazer críticas mais negativas em relação a temas ligados a gestão estadual, como saúde, educação e economia. Apesar do rompimento, as relações da emissora com as instituições policiais possivelmente se mantiveram ainda com caráter de proximidade e com características que mostram a possível influência nos processos de produção de peças jornalísticas.

Diante dessas influências políticas e empresariais na formação da organização, foi possível perceber a presença rotineira de agentes com ligações partidárias e comerciais na sede da emissora. Na observação da redação, notou-se a realização constante de reuniões entre as chefias do setor de jornalismo e membros do grupo político. Eventualmente, conforme constatou-se no levantamento de registros das edições do telejornal, os empresários Jaime Nunes e Adiomar Rosa concedem entrevistas ao telejornal Balanço Geral/AP para opinar sobre, principalmente, questões econômicas do estado. O ex-deputado federal Marcos Reátegui também é usado como fonte de informação relacionada a temas políticos da região.

Durante a coleta de dados inspirada na análise do conteúdo publicado pela emissora, percebeu-se também a presença de outras figuras políticas, como a ex-deputada federal Patrícia Ferraz, que atualmente exerce o cargo de Secretária Municipal de Assistência Social de Macapá. O tempo de entrevista das figuras políticas é, normalmente, superior ao das outras fontes de informação, podendo alcançar até dois blocos do telejornal, dependendo das orientações dadas aos editores pela direção da emissora. Segundo a gerência de jornalismo, o tempo dedicado à cada fonte varia também de acordo com o “rendimento do assunto”. Em outras palavras, se a entrevista está atraindo a audiência.

Notou-se a possibilidade de influências empresariais se apresentarem com aspectos de naturalidade entre os funcionários da organização, conforme será demonstrado nos dados a seguir, coletados a partir da observação em campo, análise das peças jornalísticas e entrevistas com profissionais da emissora. Apesar de tais influências se estabelecerem de forma rotineira na empresa, será exposto adiante dados em que se pode identificar um certo incômodo dos jornalistas com as interferências externas e internas na produção de conteúdo.

Os informantes ouvidos nesta pesquisa demonstraram reconhecer as influências políticas nas peças jornalísticas produzidas pela emissora, mas afirmam buscar a produção de materiais que estejam de acordo com a realidade explorada. Com isso, observou-se uma certa contradição nos argumentos apresentados pelos entrevistados, que confirmam as interferências ideológicas, partidárias e comerciais, mas acreditam que, mesmo assim, os conteúdos transmitidos possuem formato ético e profissional. É possível também perceber – entre os agentes que atuam na empresa jornalística - dificuldades em reconhecer (ou em aceitar) a realidade profissional na

qual estão sujeitos. Embora possa ocorrer o comprometimento do trabalho jornalístico devido a interferências políticas, a direção da TV Equinócio reforça buscar sempre seguir “três fatores fundamentais: ter compromisso com o que produz, boa relação com o público e compromisso com o jornalismo”. A mesma ideia de uma boa conduta profissional é reforçada pelo jornalista 2, que reconhece as interferências no trabalho.

A gente tenta ser o mais isento possível. Mas não consegue. Porque tem uma participação política na parte mais de cima. Tem políticos que entram mais e tem políticos que entram menos. Tem que entrar com um dos sócios ‘pra’ saber se pode ou não ser entrevistado. Tu não tem a liberdade. O apresentador [do Programa Balanço Geral/AP] as vezes tá fazendo um comentário ao vivo no ar e uma das pessoas que tá lá em cima liga e manda ele parar. Isso ‘pra’ mim é muito prejudicial para a informação [sic] (jornalista 2 da TV Equinócio - afiliada da Rede Record no Amapá).

Para compreender melhor o contexto dessas interferências, este trabalho seguirá na abordagem de elementos estruturais e organizacionais da empresa, assim como na dinâmica de trabalho dos jornalistas.

No prédio da empresa, três espaços são dedicados a trabalhos jornalísticos: a redação, a sala de textos e o estúdio de gravação. A redação concentra a produção de pautas e edição dos telejornais. No centro da sala, há uma mesa redonda com quatro computadores utilizados pelos produtores, editores dos telejornais e apresentadores. Além da mesa central, há outras três mesas neste espaço: uma dedicada ao gerente de jornalismo, outra para a auxiliar dele e uma mesa exclusiva para um profissional responsável por editar as imagens de crimes de violência urbana.

O local onde os repórteres escrevem os textos é separado da redação. Para ir de um ponto a outro, é necessário atravessar o estacionamento da emissora. A sala dedicada à produção de texto dos repórteres é pequena e possui dois computadores e uma cabine de gravação de áudio. Para a gerência de jornalismo, o espaço afastado é uma forma de “dar ao profissional tranquilidade na hora de escrever”. É necessário também atravessar o estacionamento da emissora para chegar ao estúdio de gravação, uma única sala com os cenários de todos os telejornais separados em pontos diferentes.

A equipe de produção é composta por seis profissionais: duas estagiárias, um produtor (por telejornal), um editor (por telejornal), o gerente de jornalismo e sua auxiliar. A função para a qual as estagiárias foram contratadas contempla o auxílio na formulação de pautas e entrevistas para os telejornais da emissora. No entanto, elas exercem um trabalho que aparenta estar além das funções que deveriam

desempenhar. Observou-se que cada estagiária chega a receber as mesmas competências dos produtores, editores dos telejornais e técnicos de estúdio, formulando pautas para os repórteres; sugerindo e marcando entrevistas; e auxiliando em questões organizacionais no estúdio de gravação.

Além disso, quando alguma fonte cancela uma entrevista e, conseqüentemente, promove a “derrubada” da pauta, cabe aos produtores e estagiárias a busca e produção de uma nova para substituir a que foi cancelada. Essa tarefa - atribuída a esses profissionais pela direção de jornalismo - pode, eventualmente, acarretar em carga de trabalho além da prevista. As remarcações e formulação de novas pautas para substituir as canceladas, são consideradas atividades extraordinárias que não devem comprometer as demais previamente delegadas. Isso significa: se uma estagiária recebe a função de produzir três pautas por dia, ela deve concluir essa tarefa mesmo que outras três pautas sejam canceladas e isso acarrete na produção de um total de seis pautas para as equipes de reportagem (três previamente delegadas e três extraordinárias). A mesma regra é adotada para o caso de marcações de entrevistas em estúdio. Contudo, as entrevistas são, normalmente, agendadas pelos editores dos telejornais com a anuência da gerência e direção de jornalismo.

A auxiliar do gerente de jornalismo exerce a mesma função atribuída à gerência, em relação as atividades técnicas e políticas (ambos se reúnem, periodicamente, com representantes comerciais e figuras públicas). As funções técnicas do gerente de jornalismo e sua auxiliar consistem, conforme observado, no monitoramento dos trabalhos executados na redação: auxílio e avaliação de temas para as peças jornalísticas; delegação de funções na emissora; além de questões administrativas, como a formulação das escalas de trabalho dos profissionais que atuam na empresa. Tanto o gerente quanto a auxiliar têm a competência de “resolver” os problemas não solucionados pelos demais profissionais do setor de jornalismo, como solicitações de direito de resposta nos telejornais e reclamações de informantes sobre a forma como as declarações são utilizadas.

Por conta da divisão de competências, os trabalhos não ficam comprometidos com as eventuais ausências do gerente de jornalismo para reuniões comerciais e políticas. A atribuição da auxiliar é naturalizada na redação e reconhecida pelos demais profissionais, tendo em vista que o próprio gerente revela ser necessária a divisão de responsabilidades. Além desses funcionários, há oito equipes de

reportagem na emissora: quatro pela manhã e quatro divididas nos períodos da tarde e da noite.

Ressalta-se que a emissora não impede os jornalistas de atuarem em outros setores ligados a comunicação. Há, por exemplo, produtores e repórteres com funções de assessoria em secretarias do Estado. Além disso, uma das repórteres, apresentadora de um programa de entretenimento aos sábados, apresenta os anúncios publicitários de uma das empresas do empresário Jaime Nunes (sócio da organização jornalística) em comerciais de televisão na TV Equinócio e em outras redes. Até mesmo pessoas em cargos de chefia são autorizadas a ter vínculos externos. O gerente de jornalismo, até a presente pesquisa, atuava também como comediante em comerciais de televisão e em agências de marketing político. A direção da emissora justificou que atividades externas dos funcionários do setor de jornalismo – desde que não se deem em outros meios de comunicação – não comprometem a qualidade dos materiais produzidos e nem geram interferências no processo de construção das notícias. Essa informação foi obtida com o diretor da empresa, por meio de perguntas enviadas a ele após a observação participante.

As estagiárias permanecem por mais tempo no ambiente da redação de forma ininterrupta, conforme constatou-se na observação em campo e entrevistas. Eventualmente o gerente de jornalismo e sua auxiliar ausentam-se para compromissos externos. Convém destacar que as eventuais ausências foram nítidas durante a observação em campo: o gerente ausentou-se pelo menos três vezes em cada dia de observação, sendo que, no terceiro dia, a terceira ausência aconteceu por volta das 10 horas da manhã e, até às 12 horas ele não havia retornado. A auxiliar, por sua vez, ausentou-se duas vezes no primeiro dia, uma vez no segundo e três vezes no terceiro. O editor, durante esta observação, chegava ao local por volta de 10 horas, ausentava-se às 11 horas e retornava próximo da hora do programa Balanço Geral/AP ir ao ar. Essa observação nos ajuda a compreender a importância da figura das estagiárias na produção das peças jornalísticas e como as funções são desempenhadas na organização.

Além da produção de, no mínimo, três pautas diárias e a marcação de entrevistas para os telejornais, as estagiárias também auxiliam na preparação do estúdio de gravação durante as sete horas de serviço (das 7h às 14h), embora as mesmas tenham sido contratadas para o período de 7h às 13h. Percebeu-se, nas entrevistas com os profissionais e durante a observação em campo, que o

cumprimento do horário não é possível em virtude da demanda de trabalho. A quantidade de materiais que cada profissional deve produzir (como pautas, reportagens e transmissões ao vivo) é previamente definida, assim como os horários de trabalho. No entanto, situações consideradas excepcionais pela emissora – porém, presentes diariamente – alteram a rotina e a demanda de produção dos funcionários.

O jornalista 2 relatou que, além da formulação de pautas, as estagiárias acompanham o programa ao vivo; produzem conteúdo para as redes sociais; preparam, em algumas ocasiões, a apresentação inicial do telejornal; organizam e auxiliam no ajuste de luzes do estúdio de gravação. Cerca de um ano após a pesquisa em campo, uma das estagiárias pediu demissão da emissora. Segundo o jornalista 1, ela afirmou ter ficado sobrecarregada com as demandas de trabalho e justificou ter a oportunidade de mais vantagens financeiras e estruturais em outro emprego.

A sobrecarga de trabalho está presente em vários setores da redação, como identificou-se nas justificativas dos entrevistados para o adiamento das entrevistas. O jornalista 3 remarcou por três vezes a entrevista e pediu para que ela fosse realizada em um sábado, por ser o dia da semana com menor demanda de materiais na redação. Em um áudio enviado por meio de um aplicativo de mensagens, ele se desculpou pelos adiamentos e disse “sair de uma reunião para entrar em outra”. O jornalista 1, por sua vez, pediu para ser entrevistado no período da noite vinte dias após o contato inicial, por estar “sem tempo” conciliando o trabalho na emissora com outras atividades. O jornalista 2 atendeu a este pesquisador - após duas remarcações - no intervalo do trabalho, no horário do almoço.

5.2. QUESTÕES DE DEPENDÊNCIA COM OS INFORMANTES

Não foi realizada nenhuma reunião de pauta com a equipe da redação durante esta observação. Apesar disso, o gerente de jornalismo informou que as reuniões são frequentes. As estagiárias produzem as pautas e, durante a produção, tiram dúvidas com o superior hierárquico presente no local. Diversas vezes o gerente de jornalismo foi consultado sobre dúvidas em relação a execução de reportagens principalmente, envolvendo ocorrências policiais. Entre os critérios de escolha de pautas, está a observação constante da programação do que é transmitido pelos principais concorrentes, como a Rede Amazônica, afiliada da Rede Globo.

Na redação da TV Equinócio há um aparelho receptor de TV. Nela, os profissionais assistem a programação da própria emissora e também são observados os conteúdos reproduzidos pelos concorrentes. A partir desse acompanhamento, os editores dos telejornais tomam medidas editoriais para “segurar a audiência” (termo utilizado na redação). Entre as estratégias, estão a continuação de uma transmissão ao vivo enquanto o telejornal da concorrência vai para o intervalo; mudanças na programação, a exemplo da antecipação de uma reportagem de teor mais polêmico (como a morte de assaltantes em troca de tiros com PMs) enquanto o concorrente exibe conteúdos mais leves (materiais das editorias de cultura, esporte e lazer, entre outros); e formulação de novas pautas com abordagens diferentes das utilizadas pelos demais veículos.

Essas dinâmicas editoriais podem ser observadas no estudo de Anjos (2016), a partir da compreensão de que a política editorial atua na percepção de códigos e não por meio de regras rígidas e declaradas. O autor observa que as empresas jornalísticas organizam suas produções a partir do acompanhamento de conteúdo dos meios concorrentes. Para Anjos (2016), com o monitoramento de outras organizações jornalísticas, descobre-se pautas e temas que ficam fora da cobertura dos jornalistas, mas que foram utilizados por outras instituições. Na utilização destas estratégias para a construção de pautas, entende-se o processo como um elemento imerso no *interagendamento*, um fenômeno que aproxima os conteúdos dos veículos de comunicação, como uma forma específica de agendamento dentro da agenda midiática (ANJOS, 2016).

Na redação há um quadro fixado na parede dedicado aos contatos de fontes da segurança pública, com os números oficiais e de comandantes dos 14 batalhões da Polícia Militar do Amapá, além dos contatos de todos os delegados da Polícia Civil do estado e das delegacias onde eles atuam. O quadro é consultado todas as manhãs durante a “ronda”, que consiste na ligação para os batalhões na busca de ocorrências que possam ser transformadas em reportagens para os telejornais da emissora. A “ronda” - como é chamado o procedimento na redação - é feita, segundo o gerente de jornalismo, duas vezes no período da manhã: por volta de 8h e às 12h. Este é o procedimento utilizado também para a substituição de pautas ou entrevistas canceladas por problemas externos. Durante esta observação, identificou-se a realização do procedimento apenas uma vez e fontes oficiais da Segurança Pública foram contactadas de forma esporádica.

Nós tínhamos a responsabilidade de todos os dias fazer uma blitz em todos os batalhões. Tínhamos que falar com a chefia de todos os batalhões. A gente não é provido de tantas notícias envolvendo só polícia. As vezes ninguém morreu, ninguém foi preso e aí a gente fica à mercê. [...] Normalmente, os nossos contatos são com os tenentes do batalhão. Eu já tinha um contato muito direto com quase todos. “oi tenente tal, tudo bem? Bom dia! Você pode confirmar se tá ocorrendo essa ocorrência? [sic]” (jornalista 1 da TV Equinócio - Rede Record no Amapá).

A reprodução de conteúdo predominantemente policial segue uma política estabelecida em cadeia nacional pela Rede Record, conforme a direção da emissora, para acompanhar os índices de audiência. Este fator levou a adoção de estratégias para gerar maior aproximação entre os jornalistas e os oficiais da Segurança Pública, considerando medidas para burlar a intermediação das assessorias de comunicação dos órgãos institucionais. As medidas de aproximação com as fontes se apresentam nas observações de Martini e Luchessi (2004), em relação as interferências provocadas nas notícias.

Para Martini e Luchessi (2004), a construção de uma rede de informantes, nas relações diárias dos jornalistas, caracteriza-se como um elemento complicador da rotina jornalística. As autoras afirmam que isso pode levar a ação de agentes de poder para exceder os limites do interesse público. A fonte pode, por exemplo, desenvolver diferentes técnicas de persuasão por meio de pressões econômicas e sociais, ao passo que os jornalistas buscam formas de utilizar as informações mantendo a confiança do público (SANTOS, 2001). Nesta pesquisa, além desses elementos, percebeu-se uma certa subserviência dos produtores das notícias para com as fontes, na busca de relacionamentos cada vez mais próximos na produção de conteúdo.

Nós temos hoje seis produtores [os produtores, editores e estagiárias], uma gerência de jornalismo e uma diretoria de jornalismo. Essas pessoas procuram aprofundar diretamente a relação por meio da hierarquia. Aqui não funciona a questão da assessoria de comunicação, porque quer dá privilégio ‘pra’ um, privilégio pra outro. O que a gente faz? A gente faz uma escala de cima ‘pra’ baixo. Vai aos titulares, aos comandos de companhias, aprofunda essa relação. A gente quando tem dúvida, a gente fala: ‘houve excesso por parte da polícia’. As vezes emite alguma opinião, mas não decisiva. À fonte a gente procura ter um contato quase que diário. Foi feita uma visita institucional [nos comandos da Polícia Militar] e afirmado ‘pra nós vocês são uma fonte’. Para eles, a Record é considerada a emissora mais parceira em todo o estado [sic] (jornalista 3 da TV Equinócio – afiliada da Rede Record no Amapá).

A necessidade de manutenção de uma relação estável com os informantes da segurança pública se dá pela dependência de informações para produzir as peças jornalísticas em meio a rotina de produção baseada no fator tempo. É comum o

recebimento de relatórios da assessoria de comunicação da Polícia Militar abordando ocorrências relacionadas a crimes de violência urbana, mas sem o repasse de imagens sobre o acontecimento. Com isso, os produtores contactam as fontes oficiais (membros da Polícia Militar, agentes e delegados da Polícia Civil) para a obtenção de vídeos e fotos que ajudem a narrar os fatos no conteúdo a ser transmitido na programação.

Além disso, conforme observado em campo e nas entrevistas, policiais militares e delegados colaboram constantemente com as equipes de reportagem na obtenção de imagens de suspeitos de crimes e dos locais das ocorrências. Esta facilitação se dá por meio de contatos prévios que são considerados pelos jornalistas da redação um privilégio entre os pares. Um evento que ajuda a exemplificar como essas relações se apresentam pode ser observado em uma ocorrência narrada por um dos jornalistas da emissora para este pesquisador.

Em um evento específico, a produção da emissora foi informada por fontes da segurança pública sobre um assalto com reféns em uma área de periferia em Macapá. Uma equipe de reportagem, então, se deslocou até a região com a intenção de “noticiar em primeira mão” o acontecimento ao vivo durante a transmissão do Programa Balanço Geral/AP. Antes de iniciar a transmissão, porém, o repórter – de acordo com os relatos do jornalista ouvido por este pesquisador – perguntou a um policial militar o nome do assaltante que mantinha os reféns dentro de uma casa. O militar, por sua vez, gritou para o assaltante do lado de fora: “qual o teu nome?”. O nome informado pelo homem foi repassado ao jornalista e, em seguida, noticiado no telejornal.

Ao veicular o nome transmitido pelo militar, o repórter não atribuiu a informação a uma fonte. Disse apenas que aquele era o nome do homem que mantinha reféns na residência. Posteriormente, descobriu-se que a informação repassada era inverídica, conforme relatou o jornalista que narrou o acontecimento a este pesquisador. “[...] O nome foi dado ao vivo e depois fomos checar e o nome que o cara tinha dado na hora não era o verdadeiro”. Esse é um relato que contribui para a exemplificação prática da confiança depositada pelos profissionais da emissora nas fontes policiais.

Ainda assim, os jornalistas contactados nesta pesquisa acreditam que a checagem dos fatos, sobretudo das ocorrências policiais, é realizada com responsabilidade na rotina de produção da empresa. Todavia, é considerada a

“checagem completa” de um acontecimento, relacionado a violência urbana, apenas a confirmação dos eventos com as fontes policiais responsáveis pelo atendimento das ocorrências. Até mesmo informações sobre antecedentes criminais e processos judiciais são averiguadas com oficiais das polícias Militar e Civil e não em outras fontes de informação, como os sites dos Tribunais de Justiça, que possibilitam o acompanhamento de processos criminais.

Por meio da observação em campo e das entrevistas, notou-se que, embora haja uma cadeia hierárquica definida na emissora, o fluxo de informação – na maior parte das vezes – não passa por todos os setores. Isso acontece em virtude de uma relação de confiança estabelecida entre os jornalistas. A coleta de informações oficiais, por exemplo, pode ser feita pelo repórter, apresentador, produtor e até mesmo pelo gerente de jornalismo. Uma vez coletada, a informação é estruturada na peça jornalística sem a realização de uma nova checagem. Segundo o jornalista 2, cada jornalista contratado pela emissora “tem competência e responsabilidade” para o desempenhar o trabalho de forma autônoma, sem a necessidade de uma rechechagem de dados já coletados. Porém, quando se tratam de informações de caráter polêmico – como assim classificou o jornalista 3 – os dados são discutidos pela chefia do setor de jornalismo e, caso haja necessidade, a temática é levada até a direção da emissora.

Observou-se também uma descentralização de informações envolvendo questões estruturais ligadas a veiculação de conteúdo, como foi identificado no fato de - em outubro de 2020 - a página do Balanço Geral/AP ser tirada do ar no Facebook e os conteúdos de todos os telejornais passarem a ser divulgados somente na página oficial da emissora na respectiva rede social. A alimentação da página é feita por uma das estagiárias contratadas pela emissora. Ao ser indagado por este pesquisador, o jornalista 3 disse não poder dar explicações sobre o ocorrido por ter desconhecimento do fato, mas ressaltou que iria “se informar” sobre o caso. Contactado três meses após o primeiro questionamento, o jornalista 3 permaneceu com a mesma justificativa. Os demais jornalistas contactados também informaram desconhecerem os motivos da mudança.

Todos [repórteres] são obrigados a falar com o comando [Comando-Geral da Polícia Militar] e repassar para a produção. Ou pedir auxílio ‘pra’ produção. Ou se ele tem alguma coisa relacionada aquela matéria. Se é um bandido que é reincidente, a gente vai buscar aquilo naquela TV. A gente sempre tem esse auxílio na produção. No local eles checam. Alguns repórteres já tem o

telefone [de oficiais da Polícia Militar] e eles mesmo checam [sic] (jornalista 3 da TV Equinócio – afiliada da Rede Record no Amapá).

Embora não esteja na fala do informante, é possível observar uma urgência em resolver as pautas e que os repórteres funcionam como mediadores da produção. Isso revela a ausência de uma estrutura que dê condições de o produtor trabalhar na elaboração das pautas. Até meados de 2017, a maior parte do conteúdo veiculado pela emissora era proveniente de reportagens gravadas. No entanto, com a aquisição de um equipamento que permitiu transmissões ao vivo por meio de internet móvel, passou-se a priorizar essa modalidade de conteúdo por conta da facilidade de produção. Anteriormente, o programa Balanço Geral/AP tinha, em média, de 18 a 25 reportagens em uma única edição. Atualmente, são transmitidas cerca de cinco reportagens gravadas e o restante do conteúdo é transmitido ao vivo pelo apresentador e repórteres. Isso demonstra uma escassez nos recursos humanos, pois o mesmo repórter agora responsável pela transmissão ao vivo era o profissional com a competência de produzir somente o material gravado.

O interessante seria pegar uma equipe de quatro repórteres. O detalhe é que essas quatro equipes não deram conta do conteúdo [gravação de reportagens]. O programa consumia cerca de 18 a 25 matérias por dia. No máximo, cada equipe conseguia fazer 3. Mas com a chegada Live U [equipamento portátil usado para transmissões ao vivo], aí ficou fácil fazer o programa. (jornalista 2 da TV Equinócio – afiliada da Rede Record no Amapá).

A “facilidade” descrita pelo jornalista 2 se dá pelo formato menos burocratizado e com menor exigência de produção da transmissão ao vivo, na maneira como ela se apresenta na emissora. Diferentemente do conteúdo gravado, a transmissão ao vivo não passa pelo processo de escrita e gravação do texto do repórter, em virtude da característica de improviso adotada na empresa; além de prescindir o deslocamento da equipe de reportagem para mais de um local na captação de imagens e entrevistas sobre um acontecimento. Também dispensa a edição do material na redação e a revisão do texto pelos editores.

A realidade de relações e estrutura em que os jornalistas estão imersos pode levar o profissional a atuar como reproduzidor de conteúdo das fontes, por conta das limitações estabelecidas na rotina profissional (CHARRON; BONVILLE, 2016). Além disso, observar-se que, como pontua Santos (2001), as fontes oficiais traçam estratégias para fidelizar os profissionais das empresas jornalísticas e, assim, ter controle do que é veiculado.

É importante salientar, a partir da reflexão das informações apresentadas neste capítulo, que a organização das atividades humanas pode ser observada no funcionamento de um meio de comunicação atrelado a relação de tempo e espaço na rotina de trabalho profissional (TUCHMAN, 1983). Arrueta (2010) considera – diante da organização da atividade profissional - a velocidade de produção do trabalho jornalístico um fator determinante para os critérios de seleção de fontes de informação. Por conta dessa organização, a empresa jornalística tem preferência por instituições, grupos ou agentes de informação com maior facilidade de acesso.

Nota-se, que processos de produção mais ágeis e menos burocratizados norteiam as estratégias de construção das peças jornalísticas da emissora, que prioriza formas consideradas mais práticas na transmissão de conteúdo. Essa característica, é predominante nas organizações da mídia, que enxerga o tempo como fator determinante na rotina das redações, em processos que resultam na fraca seletividade jornalística (NATALINO, 2006). As imposições do mercado da indústria capitalista, neste sentido, dão ao jornalista o desafio de apurar produzir e reproduzir notícias com rapidez e eficiência, conforme Pinto (2009). Para o autor, as imposições do mercado fazem com que a qualidade deixe de ser prioridade no trabalho profissional.

As mudanças estruturais no jornalismo tornam o trabalho do jornalista dependente de rotinas produtivas resultando, assim, em limitações materiais, organizacionais e limitações e sanções decorrentes da desigualdade hierárquica dos atores (CHARRON; BONVILLE, 2016). Essas mudanças são favoráveis economicamente para setores elitizados da mídia e desfavoráveis para a qualidade do material produzido (MOURA; PEREIRA; ADGHIRNI, 2015). Com isso, o jornalista desenvolve sua atividade em meio a um conjunto de interações “[...] com seus pares, seu empregador e seus delegados, com fontes de informação e seus leitores [...]” (CHARRON; BONVILLE, 2016, p. 154).

Como foi observado nos relatos dos entrevistados da emissora, a forma como a rotina jornalística é estabelecida reflete na maneira como um agente está situado em uma organização (CHARRON; BONVILLE, 2016). Constatou-se, ainda, adaptações realizadas pela organização para acelerar e otimizar o processo de produção de peças jornalísticas. Desse modo, no cenário do imediatismo, o jornalismo se adapta à produção de notícias fundamentada em políticas pré-estabelecidas pelo mercado midiático (PAULUSSEN, 2016).

Ao observar os relatos dos profissionais da emissora, percebe-se o que compreende Christians (2004) sobre determinados aspectos estruturais. Para o autor, nas limitações do trabalho jornalístico, a objetividade do profissional deixou de ser uma técnica para se transformar em um imperativo moral. O jornalismo adquiriu a ideia de que há uma forte conexão entre a moralidade e valores de neutralidade em relatórios imparciais. No entanto, as abordagens objetivas ignoram o fato de que os eventos não são complexos simplesmente no sentido da técnica e, por isso, necessitam de esforço para as suas compreensões (FOLETTTO, 2017).

Com as informações coletadas, pode-se constatar que a ideia de neutralidade provoca interferências significativas no trabalho dos jornalistas. As influências são compreendidas em diferentes ângulos pela literatura. Para Christians (2004), a abordagem objetiva faz com que o jornalista seja privado de um ponto de vista para descrever o mundo. Já Natalino (2006) compreende que o conceito de objetividade faz parte de um jogo no qual os jornalistas aprenderam a deixar as próprias opiniões subentendidas. Segundo o autor, as opiniões se reproduzem através de mecanismos inseridos na ideia de notícia imparcial. Conforme Natalino (2006), a estratégia de aplicação do conceito de objetividade resulta, na prática, na seleção de vozes, em que são escolhidas preferencialmente fontes dignas de confiança.

A composição sociodemográfica do grupo dos jornalistas o contexto organizacional de sua prática e o estado da indústria dos meios de comunicação exercem influência mais ou menos direta no texto jornalístico (CHARRON; BONVILLE, 2016, p. 136).

Os contextos estruturais e organizacionais da rotina dos jornalistas da TV Equinócio, perpassam - conforme observado – a concorrência entre as empresas jornalísticas e a busca pela audiência. É frequente, assim, que – na corrida de “quem dará a notícia primeiro” – os debates na mídia sejam limitados e as reportagem se baseiem somente nas informações concedidas pela instituição classificada como oficial (SANTOS; HAUPTMANN, 2017). Tuchman (1983), desta forma, observa que o critério de objetividade se tornou determinante para a atribuição de declarações a fontes institucionais. Entre as estratégias discursivas para o uso das informações, Karam e Schmitz (2010, p. 172) apontam para a utilização de recursos de linguagem, principalmente o futuro do pretérito no uso de termos como “suposto” e “envolvido” para indicar incerteza, se proteger e expor pessoas.

Uma vez passada a introdução do resumo ou lead, encontrarmos declarações atribuídas explicando o que aconteceu. Este estilo é tão comum a ponto de

ser negligenciado por suas consequências epistêmicas (CARLSON, 2016, p. 238).

Estes fatores ligados as organizações do trabalho jornalístico levam à compreensão de que o sistema industrial impõe fortes objeções a abordagens nas peças jornalísticas (CHARRON; BONVILLE, 2016). O jornalista utiliza a ideia de neutralidade, com o uso de aspas, por exemplo, para justificar os discursos contidos na notícia (TUCHMAN, 1983). É, assim, estabelecida uma relação estrutural entre fontes e jornalistas, segundo Carlson (2016). Relação esta “[...] marcada por uma por uma mistura de cooperação, possibilidades e contestação [...]” (CARLSON, 2016, p. 239).

Por fim, levando em conta os pressupostos e informações apresentadas, no tópico a seguir será dada evidência aos elementos que contextualizam a possível naturalização da narrativa policial nos discursos pessoais dos jornalistas. A discussão elencará percepções obtidas a partir da coleta de informações na observação em campo e entrevistas com os profissionais da redação, considerando os contextos organizacional e as dinâmicas de produção das notícias na empresa.

5.3. A NATURALIZAÇÃO DO JARGÃO POLICIAL NOS DISCURSOS PESSOAIS DOS JORNALISTAS

Observou-se que elementos da narrativa policial podem possibilitar a naturalização do jargão da polícia nos discursos pessoais dos jornalistas responsáveis pela produção de conteúdo na emissora. Foi possível perceber a naturalização em conversas informais na redação e nos relatos dos profissionais entrevistados para esta pesquisa. A exposição deste contexto pretende contribuir para a demonstração dos fatores que levam ao uso de *fontes não visíveis ao público* no telejornalismo, em circunstâncias diferentes das anteriormente abordadas, contemplando as nuances do encurtamento das relações entre os jornalistas e os informantes em meio as necessidades de produção de materiais para abastecer a programação.

Neste sentido, constatou-se que - apesar de o uso de elementos da narrativa policial se apresentar de maneira naturalizada entre os profissionais -, a aproximação com as fontes se dá, principalmente, por meio de atos intencionais de representantes da empresa jornalística. Se por um lado, a construção do texto televisivo na apresentação das notícias tem a apropriação de termos usados pela polícia em um

processo de absorção de narrativas constante e natural, por outro, é resultado de um esforço diário para a manutenção das relações com representantes considerados importantes para a produção das peças jornalísticas. Esses aspectos são evidentes na observação das estratégias usadas pela organização jornalística visando a manutenção de relações fidedignas com as corporações. Entre as estratégias identificadas, estão: visita aos batalhões da Polícia Militar; convite aos oficiais da segurança pública para visitas à emissora; não uso da intermediação das assessorias de comunicação, na busca de contatos mais próximos com os informantes; produção de notícias sobre temáticas institucionais com o intuito de agradar os chefes da segurança pública.

Entre os profissionais, percebeu-se a preocupação com possíveis desconfortos que possam afetar as relações com os oficiais da segurança pública. Com isso, é comum que a produção da emissora faça “agradinhos” para os informantes, com a intenção de mantê-los próximos. Os “agradinhos” - como assim denominam os jornalistas - se configuram na realização de entrevistas e produção de reportagens com temáticas indicadas pelos representantes das instituições.

Constantemente, fazíamos agradecimentos pra polícia. Sempre levava alguém do batalhão para agradecer e de alguma forma eles se sentiam prestigiados. E, por isso, por estar sempre valorizando esse profissional, muitos deles falavam sempre o que acontecia ‘pra’ gente. Tenentes que diziam ‘olha tá acontecendo isso e isso e isso’ e a gente ia lá [no local da ocorrência] [sic] (jornalista 1 da TV Equinócio – afiliada da Rede Record no Amapá).

Observando as conversas dos profissionais e as falas dos entrevistados foi possível perceber a afinidade dos jornalistas com a narrativa policial sobre ocorrências em regiões periféricas e até mesmo em relação a leis que influenciam na atuação de agentes da segurança pública e veículos de comunicação. Nos dias de observação, estava em discussão entre os jornalistas a nova Lei de Abuso de Autoridade, sendo citada pelo menos cinco vezes em conversas rotineiras. Um dos jornalistas, inclusive, disse no primeiro dia de observação participante que o trabalho havia sido modificado e que eles (a equipe) “estavam enfrentando uma bronca” por causa desta lei, pois não poderiam mais identificar nos telejornais os rostos dos suspeitos de crimes, presos e procurados pela polícia. Além disso, reforçou que este assunto é sempre discutido nas conversas informais com os oficiais da segurança pública.

A referida lei, foi publicada em 5 de setembro de 2019 e entrou em vigor em 3 de janeiro de 2020, com o intuito de tornar mais rígidas as punições para os atos de

corrupção e condutas arbitrárias de funcionários públicos, na publicidade - sem autorização - de imagens de pessoas sob a custódia do Estado e na coação de terceiros para o acobertamento de ações ilegais, por exemplo. Para Congan e Silva (2019), a norma surgiu com a ideia de igualdade de direitos, mas não contemplou os principais problemas enfrentados pelos cidadãos em relação ao abuso de poder de instituições públicas, como o excesso de força em atuação policial.

As discussões sobre a lei também aconteceram na redação em meio a relatos dos profissionais em relação a criminalidade na região, no contexto da proximidade geográfica dos acontecimentos. Foi possível ouvir frases como “esse aí era conhecido lá no meu bairro”, em referência a um suspeito morto em uma ação da polícia. Para o jornalista 2, os anos de atuação da emissora na cobertura de ações policiais resultam na insegurança dos funcionários. Ele afirmou que, principalmente, os apresentadores dos telejornais recebem - eventualmente – ameaças de criminosos em virtude da forma como são abordadas as notícias sobre violência urbana. As ameaças, segundo o jornalista 2, se dão por meio de mensagens de celular e ligações para os números de telefone disponibilizados nos telejornais.

Observou-se que uma possível sensação de insegurança entre os profissionais da emissora, em virtude da demanda de conteúdos policiais abordados e experiências pessoais relacionadas à criminalidade, também contribui para a aproximação dos jornalistas com o jargão policial e uma certa satisfação a respeito do conteúdo produzido pela empresa. Conforme o jornalista 2, as eventuais ameaças recebidas pelos profissionais significam a existência do compromisso da organização com a realidade e que a transmissão das notícias é séria, diferentemente do que ocorre nas demais empresas jornalísticas. Notou-se uma frequente incoerência nos discursos sobre as abordagens policiais, pois – apesar de todos os entrevistados afirmarem não promover a narrativa institucional – há uma regra implícita na redação de que “não se defende bandido”. A ideia de “bandido”, no entanto, é associada a toda e qualquer pessoa apresentada como suspeita de um delito pelas fontes policiais.

Uma repórter ao debater a pauta de homicídio com uma das estagiárias pergunta em relação a identificação do suspeito, mesmo sem ter acesso a ficha criminal da pessoa citada: “[...] e aí, pode mostrar o *bandido* ou não pode agora com essa lei?”. A pergunta é feita em tom de revolta e a expressão da repórter demonstra insatisfação com o assunto tratado. A resposta recebida foi: “traz aí [as imagens coletadas na produção externa] que a gente avalia”, dita por um jornalista que ouviu o

questionamento. Em um outro momento, uma estagiária liga para uma repórter e repassa a pauta da prisão de um homem condenado por homicídio. Na ligação, a produção orienta para não haver a divulgação de nomes e fotos com a identificação de rostos por conta da nova lei.

O intervalo de sete meses entre a observação participante e as entrevistas não removeu a inquietação do entrevistado 3 com pautas relacionadas a nova Lei de abuso de Autoridade. Ele sobe o tom da voz ao falar sobre o assunto e se mostra revoltado com os possíveis prejuízos que a lei pode acarretar à forma como o trabalho policial é exercido habitualmente. Questionado sobre a influência da narrativa policial no conteúdo produzido pela emissora, enfatiza que os informantes são fontes fidedignas, mas que não interferem no trabalho jornalístico. Para ele, os profissionais têm liberdade em produzir materiais e não estão presos a nenhuma instituição. No entanto, nas falas e expressões, percebe-se argumentações que demonstram proximidades com a narrativa policial, embora disfarçadas na ideia de objetividade.

[...] Não é o que eu acho ou alguém me falou. Os crimes estão acontecendo cada vez mais. O errado, cada vez mais. O bandido tem três celulares, um no bolso, um na sala, um no banheiro para ligar para os advogados. Então ele sabe de todo o Código Civil. Então o celular é mais usado como prova. É avivado o trabalho do jornalismo. Expor 'pra' ele. A gente sempre deixa aí o telespectador certo de que a gente não mostra [a imagem de um suspeito] não por que não quer (jornalista 3 da TV Equinócio – afiliada da Rede Record no Amapá).

Nos relatos coletados para esta pesquisa, observa-se uma contradição quando se trata da busca por exatidão nas informações. Os entrevistados reforçam que os materiais gravados são sempre revisados pelos editores dos telejornais ou, na ausência desses, pelos produtores, como forma de garantir a qualidade do conteúdo transmitido. No entanto, o texto de transmissões ao vivo – que representam o maior tempo de materiais levados ao ar – não passam por revisão, assim como as perguntas que serão feitas pelo repórter ao informante. Segundo os entrevistados, não há essa possibilidade de inspeção por conta da urgência com que os assuntos são divulgados durante a programação. Há, somente, o controle do tema a ser abordado pelo repórter em campo e do tempo dedicado à abordagem.

Ressalta-se, a existência da característica de improvisado na transmissão ao vivo, que dá maior liberdade ao profissional para desenvolver o conteúdo em tempo real. Por conta desse elemento, os profissionais da emissora classificam como “difícil” o procedimento de obtenção do roteiro da forma como o repórter irá abordar um tema,

exceto em materiais gravados, nos quais é possível o encaminhamento dos roteiros antes da construção do conteúdo. Tanto em relação as transmissões ao vivo, quanto em reportagens gravadas, predominam preocupações com o tempo de produção. Ao vivo, os repórteres são monitorados pelos editores dos telejornais por meio de telefone, muitas vezes na posse dos cinegrafistas, responsáveis por avisar os momentos de início e encerramento da transmissão. Para o conteúdo gravado, a orientação dada na redação é que o repórter utilize o tempo que achar necessário na formulação da peça jornalística. Eventuais adequações são feitas no momento da edição, como o corte de entrevistas, narrações e cenas.

O profissional tem a liberdade de fazer o material lá fora. Tudo aquilo que é preciso: repórter e cinegrafista. A gente revisa duas vezes o texto [gravado]. A gente trabalha muito a questão de desfocar as cenas de crime. A gente procura trabalhar e aprofundar bem. Ele é revisado bem pela pessoa que revisa o texto, pela editoria de jornalismo e pela parte final de imagem (jornalista 3 da TV Equinócio – afiliada da Rede Record no Amapá).

Identificou-se conversas esporádicas sobre a violência na cidade, assalto a familiares e sentimento mútuo de insegurança. Os nomes de militares e delegados de polícia são citados frequentemente pela equipe durante a discussão de pautas e marcação de entrevistas. Foram observados três termos utilizados constantemente nas conversas informais – entre os jornalistas - para se referir aos suspeitos de crimes: “mala”; “bandido”; e “vagabundo”. Há também a ideia que parece ser imutável sobre a situação dos suspeitos de crimes: que eles, de fato, o praticaram e que a ressocialização é impossível diante da forma como a criminalidade se estabeleceu no Brasil. No terceiro dia de observação em campo, por exemplo, um jornalista deu o seguinte relato em relação a uma ação da polícia numa região periférica, na Zona Sul de Macapá: “[...] esse aí [suspeito preso em ação da polícia] já foi pego umas cinco vezes. Sai [da penitenciária] e só volta pior”.

Essa visão generalizante em relação a criminalidade ocorre nos telejornais, conforme Natalino (2006), na transformação de casos singulares em notícias representativas de um fenômeno. Como se um determinado evento fosse a representação de uma característica presente em todo país. Nesse cenário, (NATALINO, 2006), os suspeitos são personificados na figura de criminosos que rompem com a ordem social, ao passo que os mantenedores da lei – como em um romance policial – assumem o papel de heróis. Assim, um crime tem o poder de

acionar o sentimento punitivo da sociedade, que deseja a retribuição ao responsável pelo mal causado (NATALINO, 2006).

O que eu procurei fazer para ter um público de todas as camadas? Eu passei a dizer que a apesar da situação errada e criminosa não é culpa da família. É uma forma mais humana [de abordar as notícias]. A gente sabe que no fundo no fundo uma vez enveredado pelo mundo do crime não sai mais. A penitenciária é uma fábrica de bandidos (jornalista 2 da TV - Equinócio afiliada da Rede Record no Amapá).

Um outro caso que ajuda a expor as relações entre os jornalistas e os membros da segurança pública – em meio às interferências no conteúdo das peças jornalísticas - é observado durante a entrevista com o jornalista 3, nas pontuações realizadas por ele em relação a agressão de uma mulher negra em uma região periférica de Macapá, em setembro de 2020. Vídeos mostrando a mulher sendo agredida a socos e pontapés por um Policial Militar fardado foram divulgados em várias emissoras e ganharam repercussão local e nacional. Contudo, o assunto foi veiculado na TV Equinócio somente dois dias após o acontecimento.

Questionado sobre os motivos da espera para a repercussão do caso, o diretor-geral da emissora justificou não ter ocorrido a divulgação antes para não haver uma indisposição entre a emissora e as fontes policiais. A direção da emissora chegou a sugerir a existência de informações sobre a mulher agredida, nas quais justificavam-se a agressão. Segundo o diretor-geral, as informações sobre a vítima foram repassadas por policiais militares. Contudo, os dados sobre uma possível conduta criminosa da mulher agredida nunca foram divulgados pela empresa, pois, conforme o diretor-geral, a empresa jornalística não tinha provas das alegações. Percebe-se que o motivo da veiculação tardia não tem uma relação direta com a naturalização da narrativa, mas sim com uma força coercitiva de dependência que a emissora tem com as fontes policiais. A exposição dessa dependência, por sua vez, contribui para a compreensão dos contextos das dinâmicas de produção em que estão imersos os profissionais que se apropriam do jargão policial.

Mesmo com a evidente emissão de um juízo de valor sobre a vítima de uma agressão policial, o jornalista 3 afirma não emitir opinião nos conteúdos veiculados pela emissora e sempre predominar um “padrão ético de imparcialidade”. Chama a atenção o fato de, no caso em tela, os entrevistados acreditarem no cumprimento de seus papéis profissionais por conta da exposição das duas principais fontes envolvidas no acontecimento: a vítima e a instituição agressora. Contudo, percebeu-

se um esforço em tentar descredibilizar a imagem da vítima e amenizar a violência realizada pela Polícia Militar.

E aí, como eu me porto diante disso? [sobre a agressão sofrida pela mulher negra]. Os caras [outros veículos de comunicação] até então só ouviram um lado. A mulher tem seis processos criminais, é traficante. No bairro dela ela é odiada. Eu coloquei a operação [abordagem policial que resultou na agressão] no ar, e ouvi a mulher. Não emiti a opinião, só disse que as pessoas antes de julgarem e condenar precisam olhar cada lado. Se tiver podre vai sair [será veiculado]. É uma relação mútua de respeito [entre a emissora e as instituições policiais]. É uma relação muito cordial. (jornalista 3 da TV Equinócio – afiliada da Rede Record no Amapá).

As descrições acima reforçam as pontuações de Natalino (2006) a respeito da ideia de objetividade. Para o autor, a produção de um conteúdo estruturado como objetivo faz parte de uma estrutura em que os jornalistas aprenderam a deixar opiniões subentendidas por meio da imposição de estratégias que reproduzem o conceito de notícia imparcial. O que é veiculado, então, compõe um conjunto de normas que prezam pela neutralidade e se reflete na prevalência de fontes.

Pode-se destacar também, com essas observações, a compreensão de Martini e Luchessi (2004). As autoras pontuam que figuras públicas e fontes institucionais conseguem inserir os seus discursos nas rotinas jornalísticas e, assim, tornam-se presentes – ainda que não explicitamente – nos conteúdos reproduzidos pela imprensa. Isso se dá, entre outros fatores, porque as instituições perceberam que a relação mais próxima dos jornalistas resulta em maior grau de influência na notícia (ZACARIOTTI; REIS; SILVA, 2019).

Apesar de demonstrar claramente estar emitindo um juízo de valor sobre o acontecimento e que esse julgamento foi considerado na forma com que o caso foi abordado, o jornalista 3 afirma não ter emitido opinião sobre o evento. É uma contradição presente entre os profissionais do meio televisivo, muitas vezes, inconsciente e não compreendida pelos próprios jornalistas. Percebeu-se uma crença geral entre os funcionários de que, apesar do contexto de explanação dos fatos e as evidentes influências externas e de opiniões pessoais nos processos de construção das peças jornalísticas, o material elaborado por eles é ausente de parcialidade.

Este trabalho proporciona elementos para questionar se as alegações sobre a ideia de imparcialidade, quando essa nitidamente não existe, se apresentam entre os produtores do conteúdo policial de maneira proposital, natural, ou na fusão desses e outros aspectos. A importância desta reflexão está no poder determinante dos produtores de um telejornal de editar vozes e escolher lados de um conflito, ainda que

de forma inconsciente. Para Natalino (2006), há uma falácia entre os comentaristas da imprensa ao entender que a mera exibição de vozes contraditórias nos telejornais reflete em uma não manipulação do conteúdo transmitido ao telespectador.

5.4. A TRANSPOSIÇÃO DA NARRATIVA PARA A NOTÍCIA: A FONTE NÃO VISÍVEL AO PÚBLICO NAS ESTRUTURAS E SENTIDOS

Para evidenciar como o informante policial se apresenta na notícia de forma não visível ao público, serão apresentadas as comparações entre as introduções das reportagens e do conteúdo gravado pelas equipes de reportagem nas peças jornalísticas do programa Balanço Geral/AP sobre ocorrências policiais, nos períodos de 01 de junho a 30 de agosto de 2019; e de 20 a 26 de setembro de 2019. Após estes dois períodos, não foi possível identificar publicações periódicas da emissora na rede social Facebook, onde ocorre a publicação das gravações de edições e fragmentos dos telejornais. O Balanço Geral/AP é transmitido ao vivo, de segunda-feira a sexta-feira, no horário do almoço e compõe a grade de programação da TV Equinócio, afiliada da Rede Record no Amapá.

As publicações descontinuadas das edições do telejornal e mudanças nos modos e meios de divulgação das ocorrências policiais, implicaram dificuldades no mapeamento entre o que foi publicado pela emissora e os relatórios da polícia. Até outubro de 2019, os relatórios eram encaminhados pelo Centro Integrado de Operações de Defesa Social (Ciodes) por meio de e-mail para a imprensa em formato de documento. A partir de novembro de 2019, as ocorrências passaram a ser transmitidas aos jornalistas em textos padronizados, através de grupos do aplicativo WhatsApp e em mensagens pessoais aos produtores dos veículos de comunicação.

Nos relatórios, enviados diariamente (de segunda-feira a sábado) às empresas jornalísticas, constam – além da descrição dos fatos – a natureza do crime atendido pela equipe policial; o horário e o local da ocorrência. Os relatórios concentram as ocorrências atendidas pelos órgãos da segurança pública nas 24 horas anteriores a divulgação. Nota-se a existência de uma seleção prévia no conteúdo dos materiais, pois no topo de todos os documentos consta a seguinte frase: “resumo das ocorrências relevantes”, levando a compreensão de que não há a divulgação de ocorrências policiais nas quais não se encaixem os critérios de relevância adotados pelas fontes institucionais.

Convém ressaltar, que ao final de todos os relatórios há o nome e o contato do oficial da Polícia Militar responsável pelo repasse das informações. Embora o número de telefone de uma possível fonte conste nos documentos, os profissionais da emissora buscam informações mais detalhadas sobre os casos citados com os informantes policiais das regiões onde foram registrados os acontecimentos. De acordo com a gerência de jornalismo, esse processo se dá por meio do mapeamento dos locais da ocorrência. Se as ocorrências são registradas na Zona Norte de Macapá, por exemplo, os produtores e as estagiárias contactam fontes do 2º Batalhão da Polícia Militar no Amapá e do Centro Integrado de Operações em Segurança Pública (Ciosp) do bairro Pacoval, responsáveis por ações das polícias Militar e Civil na Zona Norte da cidade, respectivamente.

Neste estudo, é possível perceber uma contradição entre os relatos dos profissionais da emissora em relação a forma como eles acreditam e alegam utilizar materiais divulgados pela polícia. A direção da empresa afirma que os relatórios policiais são usados somente com uma espécie de direcionamento de temáticas a serem abordadas, e que as informações sobre os respectivos casos são coletadas novamente com as fontes necessárias e as peças jornalísticas são construídas seguindo critérios técnicos na apuração de dados. Porém, aferiu-se – nas peças jornalísticas – a presença de uma transposição de narrativas, na estrutura organizacional das informações e no uso de termos referentes as ações das polícias e os suspeitos envolvidos nos eventos.

As falas do apresentador e as reportagens foram comparadas com os Boletins de Ocorrência repassados pela Secretaria de Segurança Pública, nos mesmos períodos. Também foi observada a forma como as ocorrências policiais que compõem os dados coletados para a pesquisa foram abordadas nas expressões e gestos utilizados durante a apresentação dos acontecimentos. As informações repassadas no relatório policial diariamente para imprensa amapaense são produzidas a partir das versões dos Batalhões de Polícia Militar sobre as ocorrências atendidas no período de 24 horas.

Esses pressupostos são fundamentais para expor a análise do conteúdo colhido no telejornal e nos relatórios policiais para a produção deste estudo. Nas edições observadas, foram veiculadas notícias sobre ocorrências policiais do Ciodes, responsável por concentrar as informações dos batalhões da Polícia Militar e as repassar aos veículos de comunicação. Todos os casos ocorreram em áreas

periféricas onde vivem, em sua maioria, famílias de baixa renda - levando em consideração a questão geográfica do Amapá. As ocorrências descritas neste estudo resultaram em prisões ou em mortes de suspeitos dos crimes. Para as comparações, serão utilizados diferentes tipos de formatos de conteúdo, com e sem características de improviso, a exemplo de reportagens gravadas e falas ao vivo.

No primeiro período foram analisadas 34 edições do telejornal publicadas pela emissora entre 01 de junho e 30 de agosto. Deve-se ressaltar que, dentre esse montante de edições correspondentes ao primeiro período de análise, somente 10 foram publicadas na íntegra. Por isso, é possível que a quantidade de conteúdos relacionados a violência urbana seja ainda maior do que o exposto neste estudo. Ao todo, foram identificados - neste recorte de tempo - 13 conteúdos veiculados no telejornal com ocorrências policiais descritas também nos relatórios da Segurança Pública enviados para a imprensa.

Inicia-se as descrições pelo conteúdo veiculado no dia 21 de junho de 2019. Nele, o apresentador noticia a morte de um jovem durante uma suposta troca de tiros com policiais militares. As informações são repassadas no formato de *stand up*² durante um giro de notícias ao final do Programa Balanço Geral/AP. Apesar de ser identificada a transposição do jargão da polícia a partir da comparação com o relatório policial, em nenhum momento o apresentador se refere ao informante policial como a fonte responsável pelas informações que estão sendo repassadas. Também não há referências ao informante no cenário onde ocorreu a gravação.

O apresentador aborda o caso segurando um microfone com a mão direita e olhando fixamente para a câmera. Ele é filmado em plano médio em frente à sede da emissora. A notícia é repassada com entonação que demonstra seriedade, com a utilização de poucas pausas na fala. A gesticulação é discreta, pontual e realizada na altura do peito. Ao longo da transmissão, são inseridas imagens de pessoas aglomeradas no local da ocorrência e de militares atendendo o caso.

Na descrição abaixo, é possível perceber que a cronologia narrada no relatório policial é a mesma utilizada pela emissora. Além disso, as justificativas para a morte do suspeito também são as mesmas: a de que durante uma abordagem o jovem atirou contra os policiais e que, por isso, foi baleado.

2 Jargão jornalístico utilizado para classificar o conteúdo gravado pelo repórter no formato de transmissão ao vivo.

Um homem de 22 anos morreu durante confronto com a polícia na noite de ontem. Militares do primeiro batalhão da Polícia Militar da capital faziam um patrulhamento de rotina na Zona Sul, quando avistaram um homem em atitude suspeita. Na tentativa de abordagem, esse homem fugiu para uma área de ressaca. Chegando lá, ele abriu fogo contra os militares, que revidaram (trecho de standup, 21/06/2019).

Descreve-se a seguir um trecho do relatório policial sobre o caso:

Equipe policial foi informada que havia um indivíduo armado no final da av. padre Ângelo Biragui. A equipe, ao se aproximar para realizar a abordagem, foi vítima de disparos de arma de fogo, vindo a reagir e alvejar o infrator (Amapá, 21/06/2019).

QUADRO 1 – RELAÇÃO ENTRE AS INFORMAÇÕES DO RELATÓRIO POLICIAL E INTRODUÇÃO DA REPORTAGEM

Relatório policial	Conteúdo veiculado
“Ao se aproximar para realizar a abordagem, foi vítima de disparos de arma de fogo, vindo a reagir e alvejar o infrator”	“Na tentativa de abordagem, esse homem fugiu para uma área de ressaca. Chegando lá, ele abriu fogo contra os militares, que revidaram”

Fonte: Programa Balanço Geral Amapá. Secretaria de Estado da Segurança Pública e Centro Integrado de Operações em Defesa Social.

A evidência da possível existência de *fontes não visíveis ao público* também pode ser observada na reportagem exibida no dia 11 de julho de 2019. Destaca-se que, apesar de uma fonte policial ser entrevistada no conteúdo exibido, não há referências a informantes nas descrições narradas pelo repórter. Sem esta referência, a entrevista do oficial da Polícia Militar torna-se um complemento na estrutura da reportagem, mas não revela ao público a transposição da narrativa institucional para o discurso do jornalista.

Não houve introdução para esta reportagem, que abre a edição do programa. No entanto, imagens de sirenes de viaturas policiais e sons de suspense antecedem o conteúdo gravado pelo repórter. A matéria inicia com a afirmação de que o suspeito de um assalto “morreu após trocar tiros com a polícia”. Sem atribuir a informação a um informante, o repórter narra que o confronto ocorreu somente após o suspeito atirar contra os policiais militares.

Ao longo da reportagem, é atribuída à PM apenas a informação de que o suspeito possuía ficha criminal por roubo qualificado e homicídio. No conteúdo gravado, são exibidas imagens de policiais do Batalhão de Operações Especiais na região onde a suposta troca de tiros ocorreu. Moradores também aparecem na gravação. A passagem de vídeo do repórter é realizada em frente a viatura da Polícia Técnico-Científica do Amapá. A reportagem segue a mesma cronologia das informações repassadas no relatório policial: o suspeito realizou um assalto; a polícia foi acionada; durante a abordagem o suspeito atirou contra os policiais; os policiais reagiram e atiraram no jovem.

Há semelhanças também na forma como a ação da polícia é apresentada. No conteúdo da emissora, o repórter afirma que os policiais “prontamente reagiram” aos tiros. No relatório policial, é informado que os militares “reagiram a injusta agressão”. Ao fim da reportagem, o apresentador do telejornal defende a ação policial e satiriza o fato de o suspeito ter atirado contra militares, reforçando, assim, a ideia de que os fatos ocorreram da forma como narrou o relatório enviado à imprensa. O apresentador argumenta sorrindo e abre os braços com um gesto sarcástico ao perguntar “Aí quer o que?”, justificando a morte.

Vai brincar com o pessoal do Bope? O pessoal do Bope é mal humorado. Pensa num policial mal humorado é o pessoal do Bope, rapaz. [...] O cara chega lá, vai dar um tiro. O cara vai meter bala pra cima da polícia? Aí quer o que? Que o policial saia com um cacete e um apito gritando ‘pare em nome da lei’? Nada, meu patrão. Vai chegar é na bala mesmo (fala do apresentador ao fim da reportagem veiculada no dia 11/07/2019).

A forma como o apresentador do telejornal introduz e encerra as peças jornalísticas descritas neste estudo, nos mostra duas pertinentes estratégias – absorvidas de forma natural ou não – no meio televisivo: a aproximação com a audiência e o objetivo de produzir efeito no real. Essas ações são destacadas por Natalino (2006) como condutas para convencer o telespectador por meio de ideologias e o uso de técnicas jornalísticas. A busca pela identificação do público, por exemplo, acontece na demonstração de indignação do apresentador sobre um tema (NATALINO, 2006).

Em 19 de agosto de 2019 observa-se outro exemplo em que as informações utilizadas no relatório policial são semelhantes às da peça jornalística da emissora, expondo a transposição de narrativa. Na introdução da reportagem, são frisados três fatos: a de que um homem morreu em troca de tiros com a polícia; a região onde

aconteceu; e a ficha criminal do suspeito, que é chamado de “bandido” pelo apresentador. No relatório policial, as denominações utilizadas são “infrator” e “criminoso”.

A introdução é iniciada com entonação séria seguida por expressões de sarcasmo. O apresentador leva as mãos até o monitor do estúdio e aponta para as imagens da cidade onde a ocorrência foi atendida e houve a suposta troca de tiros. Ao final da introdução, o apresentador ergue as mãos, fecha os punhos e – de maneira descontraída - associa o nome do programa com o conteúdo a ser veiculado: “balança meu povo de Santana”.

Após a introdução, a reportagem sobre o caso inicia com a afirmação de que o jovem de 21 anos morreu após trocar de tiros com militares. No relatório policial, a justificativa é a de que o suspeito “ao avistar os policiais, realizou disparos de arma de fogo contra a equipe”. Na matéria, o repórter diz que “houve revide e o acusado levou a pior”. O verbo “revidar” também aparece no relatório policial na descrição do suspeito, com a seguinte frase: “revidou de forma proporcional contendo ação do infrator”.

Os fatos narrados pelo repórter não são atribuídos a um informante. O jornalista, então, não utiliza termos como “segundo a polícia” e “disse a polícia” para esclarecer ao público a origem do conteúdo veiculado. No entanto, percebeu-se que o material gravado priorizou imagens institucionais e urbanas, como ruas e policiais militares em frente ao batalhão responsável pela ocorrência. Uma única fonte é entrevistada: um oficial da Polícia Militar. Observa-se que a entrevista foi concedida em frente a um cartaz da Secretaria Estadual de Segurança Pública e, ao longo de todo o material, há uso de trilha sonora de suspense.

A partir dessas descrições, serão expostos os conteúdos referentes ao segundo período de análise: de 20 a 26 de setembro de 2019. Nas seis edições analisadas, foram identificadas oito reportagens relacionadas a ocorrências e pautas envolvendo instituições da Segurança Pública. Dentre as matérias, quatro casos foram informados também nos relatórios policiais e comparados para a realização deste estudo. Com isso, inicia-se com a descrição mais longa e detalhada dos fatos tanto no relatório policial quanto na fala do apresentador do programa.

O caso a ser exposto foi veiculado no dia 23 de setembro de 2019 e deixa evidente – a partir da correlação dos materiais – como a narrativa policial é apropriada no telejornalismo de forma estruturada no discurso de uma peça jornalística. O

apresentador não atribui as informações a uma fonte e apresenta como verídico o relato sobre o acontecimento mesmo sem identificar o emissor da mensagem. Esta prática é presente na relação entre jornalistas e fontes oficiais, que conseguem frequentemente incluir os seus enquadramentos nas notícias (SANTOS, 2001). Além disso, como observa Santos (2001), nem todas as fontes policiais são mencionadas na imprensa, mesmo que elas tenham institucionalizado a mensagem. Percebe-se, então, que a fonte policial se apresenta no conteúdo veiculado mesmo que não esteja visível para o público.

As equipes do batalhão da força tática estavam em patrulhamento no município de Santana, quando receberam uma denúncia de um cidadão que não quis se identificar, o qual relatou que havia vários elementos integrantes de uma organização criminosa portando e exibindo armas de fogo em uma festa no Parque Aquático do Grego. Ao avistarem as equipes, os elementos evadiram-se para dentro de uma área de mata alagada realizando disparos em direção aos policiais militares que, em ação contínua, revidaram a injusta agressão, momento em que um dos elementos, que portava uma arma de fogo com numeração suprimida, tipo pistola. 40, foi atingido e neutralizado. O elemento foi conduzido ao hospital de emergência daquele município, mas não resistiu aos ferimentos e veio a óbito. Pelo sistema Infonseg, verificou-se que o cidadão alvejado iria completar maior idade no mês de outubro do corrente ano, e, que respondia por ato infracional análogo a homicídio na vara da infância e adolescente do município de Santana. infrator: David de Almeida Souza (Amapá, 23/09/2019).

Abaixo, a forma como foram tratadas as informações sobre o caso na introdução da reportagem do programa Balanço Geral/AP. O apresentador cita, assim como em outras abordagens, figuras relacionadas com a segurança pública. No entanto, elas são descritas como atores envolvidos em um acontecimento, e não como as fontes responsáveis pelo repasse das informações noticiadas.

[...] e foi mais ou menos assim: as equipes do Batalhão de Força Tática fazendo o patrulhamento preventivo, né. Por volta de cinco e meia, seis hora da tarde, receberam a informação que tinha uma festa acontecendo em um clube. Eles foram apurar, isso no bairro Nova União. Chegando lá encontraram alguns indivíduos que pertencem a organização criminosa e que 'tavam' exibindo as armas. Era a festa do canhão. Não não não, não era festa de mulher feia não. A festa do canhão era a festa das armas. Todo mundo com a arma pra cima. Pra que né? Chegou a informação, a Força Tática foi babando, então chegaram lá, juntamente com a equipe do 4º Batalhão. Chegaram lá averiguaram a denúncia e quando chegaram ao clube os que 'tavam' com a arma resolveram sair fugindo pela mata. Mas foi canelada pra tudo que é lado. As equipes policiais foram em busca de capturar os infratores, que num certo momento cometeram um erro fatal: atiraram contra a polícia. Atirou na polícia a polícia revida, né? É revidar a injusta agressão. A polícia revidou e alvejou um dos criminosos. Ele foi socorrido até o Hospital de Emergências de Santana e foi confirmado o óbito, tá? Ele foi identificado como David de Almeida de Souza, de 17 anos, conhecido como madrugá, né. O seu madrugá de Santana. Com ele, essa pistola ponto quarenta, que é de uso restrito das forças de segurança e foi utilizada por ele contra os policiais. Na hora que levantaram a ficha aí que verificaram que o mesmo 'tava'

envolvido em pelo menos 7 homicídios, furto, tráfico de drogas, roubos, sendo um dos roubos praticado no distrito do Coração numa concessionária de veículos [...] (trecho de introdução de reportagem, 23/09/2019).

A introdução acima foi iniciada pelo apresentador em tom sério e ganhou entonação de sarcasmo a partir da fala “era a festa do canhão”. Após a descrição “exibindo armas”, o apresentador passa a caminhar pelo estúdio enquanto narra os fatos – seguindo o discurso institucional. Ao longo das descrições, o jornalista faz gestos chamativos, como levantar os braços no momento em que afirma a exibição de armas por parte dos suspeitos. A logomarca do Programa Balanço Geral/AP permanece estática no monitor do estúdio durante a introdução da reportagem.

QUADRO 2 – A FONTE NÃO VISÍVEL AO PÚBLICO PRESENTE NA UTILIZAÇÃO DE TERMOS, EXPRESSÕES E NA CRONOLOGIA DOS FATOS

Relatório do Ciodes	Falas do apresentador
As equipes do batalhão da força tática estavam em patrulhamento [...].	as equipes do batalhão de Força Tática fazendo o patrulhamento preventivo.
integrantes de uma organização criminosa portando e exibindo armas de fogo	indivíduos que pertencem a organização criminosa e que tavam exibindo as armas.
os elementos evadiram-se para dentro de uma área de mata	os que tavam com a arma resolveram sair fugindo pela mata.
realizando disparos em direção aos policiais militares que, em ação contínua, revidaram a injusta agressão	atiraram contra a polícia. Atirou na polícia a polícia revida, né? É revidar a injusta agressão.

Fonte: Programa Balanço Geral Amapá. Secretaria de Estado da Segurança Pública e Centro Integrado de Operações em Defesa Social.

Com a tabela acima é possível perceber que a introdução da reportagem segue a mesma cronologia do relatório policial enviado pelo Ciodes na manhã do mesmo dia. Além disso, o telejornal utiliza a mesma narrativa do relatório policial para relatar o fato que resultou na morte de um jovem durante uma suposta troca de tiros com a polícia. As informações policiais – utilizadas pelo telejornal - tratam o jovem

assassinado no possível confronto como o responsável pela própria morte. Pois, segundo o relatório, os policiais só “revidaram” após “uma injusta agressão” do suspeito.

As afirmações da polícia de que os suspeitos faziam parte de uma organização criminosa se repetem na introdução da reportagem, assim como a versão de que os suspeitos exibiam armas de fogo no local onde iniciou a ocorrência. Da mesma forma, repete-se a argumentação sobre a fuga dos suspeitos para uma área de mata, onde - segundo a versão da polícia retransmitida no telejornal – ocorreu a troca de tiros e, em virtude disso, a morte do jovem.

O telejornal não atribui a informação às fontes policiais, tampouco a um informante específico, ainda que anônimo, pela narração dos acontecimentos na forma como foram apresentados. Na narração, percebe-se que o telejornal se apropria da narrativa da fonte e a repassa ao telespectador como notícia, mesmo se tratando de uma única versão dos fatos. A expressividade do apresentador também contribui para legitimar a mensagem, pois ela inclui recursos verbais e vocais que são empregados como recursos de ênfase (SILVA; PENTEADO, 2014).

Com isso, observa-se agora o conteúdo gravado pela equipe de reportagem e veiculado pelo telejornal após a introdução do apresentador. Percebe-se que a peça jornalística tem início com a fala de um oficial da Polícia Militar classificando o jovem morto como “marginal”. Observou-se que a reportagem se divide em, basicamente, três partes: o histórico criminal, a suposta troca de tiros com os policiais e a segurança proporcionada à população. Além do adjetivo “marginal”, a fonte classifica a pessoa assassinada como “bandido” e “elemento”, mas não a identifica pelo nome. O nome da vítima é revelado apenas pelo repórter em sua narração. Na terceira e última aparição do oficial, ele afirma que “mais um elemento criminoso foi tirado de circulação” da sociedade.

Ao repórter, a fonte alega que o jovem morto era alguém que “fazia mal à população” e que a Segurança Pública “já o procurava há muito tempo”. Nenhuma outra fonte foi ouvida sobre o acontecimento. Na reportagem, são evidenciadas imagens da rua em frente ao Batalhão da Polícia Militar que atendeu a ocorrência, viaturas da PM e a foto do suspeito morto. Há, ainda, uma trilha sonora de suspense do início ao fim da gravação.

Cabe, a partir das informações acima, destacar o uso da linguagem da fonte oficial no conteúdo jornalístico e as suas contribuições para a construção de um

sentido por meio de percepções da realidade. Ressalta-se as observações de Verón (1981), que não considera a representação uma realidade, mas sim um recorte de uma realidade. Segundo Verón (1981), o sentido de um discurso está associado ao espaço em que ele se encontra. Conforme o autor, a realidade é resultado de um processo produtivo em que os empresas jornalísticas selecionam aspectos de um acontecimento de acordo com graus de importância e interesses próprios.

O sentido de algo transmitido pela mídia pode ter relação direta com a apropriação de linguagens, conforme Fausto (2007). Agentes de poder se utilizam de aspectos de outros campos, como o científico e jornalístico, para dar legitimidade aos seus discursos e, com isso, tornarem-se referências sobre diferentes assuntos (FAUSTO, 2007). Verón (1981) compreende que os relatos de uma fonte de informação ganham proporção e legitimidade a partir da apropriação de narrativas na mídia. O autor observa que a superficialidade de informações e o distanciamento de jornalistas do acontecimento em si dá à fonte de informação o poder de estabelecer uma versão incontestável sobre os fatos.

A realidade é construída, entre outros fatores, por meio da linguagem, das narrativas, das representações e dos discursos, compreende Varjão (2008). Para a autora, a construção de uma notícia não está estruturada na eleição de um acontecimento, mas no modo de relatar este acontecimento a partir da linguagem utilizada para o relato. Varjão (2008) destaca que as linguagens específicas de fontes de informação - como pensadores, peritos e técnicos - escondem ações que legitimam processos de dominação.

Para Verón (1981), a apropriação de linguagens e discursos leva os meios a produzirem experiências de dever social, reunindo pessoas, comportamentos e palavras. Consequentemente, o público receptor da mensagem se identifica com o conteúdo recebido e torna-se fiel ao meio de comunicação (FAUSTO, 2007). Isto é possível porque, em diferentes graus, todos creem em algum acontecimento da realidade dando crédito a algum retrato da atualidade (VERÓN, 1981). Dessa forma, os sujeitos podem não revelar suas ideologias em manifestações de primeira ordem, mas sim no que fica escondido nas peças noticiosas (VERÓN, 1981).

A linguagem no telejornalismo – a partir da apropriação de narrativas – é usada por agentes de poder para aproximar e fidelizar o telespectador (FAUSTO, 2007). Esse processo inclui o uso de palavras comuns em um campo e performances do corpo para persuadir o público e, assim, estabelecer uma visão de mundo,

conforme Fausto (2007). Os atos de enunciação estão relacionados a seus efeitos sobre o outro e baseiam-se, na maioria das vezes, em razões instrumentais e mercadológicas (FAUSTO, 2007).

Relacionando ao contexto de uso de termos e linguagens de fontes policiais, observa-se que a empresa jornalística se apropria dos elementos narrativos da fonte oficial para repassar as informações sobre os acontecimentos. Com isso, os elementos linguísticos contribuem para a legitimação da narrativa policial. Afinal, (VERÓN, 1989), um discurso é considerado verdadeiro a partir da crença do que se considera como verdade no mundo.

É necessário pensar, desta forma, no alcance do discurso informativo da fonte policial, tendo em vista que diferentes modelos de atualidade estão construídos para diferentes audiências (VERÓN, 1981). Percebe-se, portanto, que no predomínio de temáticas policiais, a emissora analisada neste trabalho se apropria dos mesmos elementos utilizados pelo emissor primário da mensagem para narrar um acontecimento. Destaca-se ainda, que os meios de comunicação produzem uma realidade social como experiência coletiva em um modelo associado a uma ideologia de representação (VERÓN, 1981).

Com isso, compreende-se que o uso da narrativa policial para nortear uma peça jornalística não se dá de maneira isolada, como é possível identificar também na notícia veiculada no dia 20 de setembro de 2019. O apresentador, na introdução da reportagem, permanece parado em frente a um computador de mão que está na bancada do estúdio. A introdução é realizada de forma descontraída, apesar da seriedade do tema abordado: tráfico de drogas. Ainda durante a introdução, são reproduzidos sons de sirenes de polícia e, no monitor ao fundo, são exibidas imagens de viaturas da Polícia Militar e de policiais em movimento em frente ao que parece ser uma delegacia da Polícia Civil.

Drogas apreendidas no Centro de Santana. Após denúncia anônima a Polícia Militar chegou aqui, ó. Ligaram e falaram 'olha, tem boca de fumo aqui no Centro de Santana'. Viaturas do Giro focaram no local, foram até o local e fizeram a apreensão (introdução de reportagem, 20/09/2019).

Abaixo, um trecho das informações contidas no relatório policial sobre este caso.

A equipe informou que após receber denúncia anônima de tráfico de drogas, deslocou-se até o local informado e encontrou durante as buscas várias porções de substância supostamente entorpecente [...] (Amapá, 20/09/2019).

A fonte responsável pela informação não é mencionada na introdução da reportagem. Contudo, é afirmado que as substâncias entorpecentes foram encontradas pela polícia após denúncia anônima, conforme consta no relatório policial. O apresentador também narra os fatos com a mesma cronologia apresentada no relatório: primeiro a denúncia anônima, em seguida as buscas e, por último, a apreensão.

A apropriação narrativa permanece também no conteúdo da reportagem, conforme será descrito a seguir. Observa-se na peça jornalística a mesma cronologia de narração dos fatos do relatório policial. Predominam no conteúdo imagens institucionais e de ruas da cidade onde houve o acontecimento. É evidenciada, em diferentes ângulos, a imagem de policiais do Batalhão de Operações Especiais (BOPE) reunidos em frente a um Batalhão da Polícia Militar. Os policiais estão posicionados um ao lado do outro, com os braços cruzados e semblantes fechados.

Apenas uma fonte é ouvida em toda a reportagem: um agente da Polícia Militar. Ele aparece três vezes: na primeira aparição, conta como a ocorrência foi atendida; na segunda, descreve as características dos suspeitos do tráfico e, por último, aborda a denúncia sobre a venda de entorpecentes pelos moradores para a polícia.

Esta dinâmica permanece no conteúdo veiculado na edição do dia 24 de setembro de 2019. Na introdução da reportagem o apresentador se posiciona no centro do estúdio e narra o acontecimento de forma séria e com poucos gestos. Ao fim da apresentação, é reproduzido o som de sirenes de polícia e no monitor ao fundo são exibidas as imagens do local onde o fato aconteceu e de trechos de imagens reproduzidas durante a exibição da reportagem.

Um bandido em fuga trocou tiros com a polícia e morreu. Foi no bairro Nova Brasília. O criminoso apelidado de “Baiano” já tinha envolvimento com homicídios e assaltos a mão armada (introdução de reportagem, 24/09/2019).

Abaixo um trecho do relato policial sobre o acontecimento.

Os indivíduos reagiriam efetuando disparo de arma de fogo contra as guarnições, se fazendo necessário o revide a altura contra a injusta agressão, vindo assim, a neutralizar um dos infratores. (Amapá, 24/09/2019).

Na introdução dessa reportagem, o apresentador afirma que o suspeito do crime morreu após ter trocado tiros com a polícia, a mesma informação contida no relatório policial, que justifica o assassinato.

A introdução da reportagem foi curta, mas é evidente a apropriação da narrativa policial a partir da organização textual que o texto televisivo apresenta. Esses aspectos também são perceptíveis no conteúdo da reportagem gravada. Nela, predominam imagens da única fonte entrevistada: um oficial da Polícia Militar. Além disso, também são observadas imagens do Batalhão da Polícia Militar que atendeu a ocorrência e de filmagens de câmeras de segurança mostrando o suspeito atirando contra um jovem durante uma tentativa de assalto, cerca de um mês antes da morte dele na suposta troca de tiros com os policiais.

Ainda em relação ao conteúdo desta reportagem, os crimes de roubo e homicídio cometidos anteriormente pelo suspeito são descritos logo no início da gravação veiculada. A passagem de vídeo do repórter acontece em frente a uma viatura da Polícia Militar e também destaca a ficha criminal do suspeito. Cabe destacar que, após o fim da exibição do material gravado, entre os comentários, o apresentador ironiza a morte ao ressaltar que “[...] entre a mãe do bandido e a mãe do policial, eu prefiro que a mãe do policial dê risada”.

Observa-se, a partir das informações já expostas, que o relato dos acontecimentos não está necessariamente preso à realidade explorada pela emissora, mas sim a um recorte prévio realizado pela empresa jornalística, no contexto da apropriação do jargão policial. Conforme Kovach e Rosenstiel (2004), a seleção e segmentação dos acontecimentos antecede qualquer divulgação e são baseadas em critérios previamente estabelecidos em um meio. Esses fatores dialogam com a compreensão de Martini e Luchessi (2004) de que o processo de construção da notícia é resultado de uma série de interações e negociações. São relações que têm ligação com interesses de poder e se alinham às intenções das fontes e a dependência das organizações da imprensa durante a construção das peças jornalísticas (MARTINI; LUCHESSI, 2004).

A descrença na recuperação de suspeitos e o sensacionalismo aplicado na divulgação de ações da polícia que resultam na morte de terceiros pode ser observada também na “dança da cova” criada pelo apresentador do Programa Balanço Geral/AP para comemorar a morte de pessoas por ações policiais. Essa característica pode também ser percebida como um desdobramento da apropriação do jargão policial, numa retórica do esforço no processo de desumanização dos suspeitos. É válido destacar que, conforme os dados colhidos para a esta pesquisa – constatou-se que a polícia não chega a provocar essa desumanização de forma tão explícita em suas

narrativas, diferentemente da empresa jornalística. Um dos jornalistas entrevistado para este trabalho ressaltou que a comemoração gerou conflitos dentro da empresa por “não ser adequada”, mas que agradou a audiência e, por isso, permaneceu.

A utilização de opções narrativas que depreciam a imagem da vítima está presente na comparação entre as informações do relatório policial e do conteúdo veiculado no dia 25 de setembro de 2019. Primeiro, vamos apresentar a introdução da reportagem. Nela, o apresentador introduz a notícia pontuando que se trata de um caso de execução e que a vítima já havia sido presa por crimes anteriores ao episódio narrado. No relatório policial consta esta informação; contudo, ela é fornecida somente após uma detalhada narração dos fatos por meio da versão da polícia. Isso mostra que o telejornal selecionou o histórico criminal da vítima assassinada como a informação mais relevante a ser dada antes da exibição da reportagem.

Os critérios de seleção perpassam o conceito de enquadramento na notícia estudado por Entman (1993). O autor compreende o enquadramento como um processo envolvido, essencialmente, pela seleção e saliência no trato das informações e que reflete no poder de interferência nas opiniões dos indivíduos, além de também interferir em suas atitudes e decisões. Como é possível observar nos dados coletados nesta pesquisa, termos, verbos e expressões têm efeitos na produção de sentidos, ao comporem um posicionamento apresentado de forma, muitas vezes, naturalizada pelos agentes. É válido, então, a compreensão de Entman (1993) de que uma única frase pode definir problemas, diagnosticar causas, fazer julgamentos morais e sugerir soluções.

Entman (1993) define quatro graus predominantes na produção de sentido: o comunicador, o receptor, a cultura e o texto. Esse último representa a instância em que se expressam imagens estereotipadas e palavras-chave responsáveis por reforçar temas e ideias e, assim, provocar o reforço de argumentos pré-determinados. Nesta linha, Gitlin (1980) define os enquadramentos na mídia também como padrões de interpretação, ênfase e exclusão. É por meio desses padrões que os discursos são organizados (GITLIN, 1980). Trata-se de um processo resultante da interação entre os jornalistas com os promotores e fontes noticiosas (Entman, 1993). Para Goffman (1993), estes fatores dão ao enquadramento na notícia o poder de direcionar a compreensão de um evento sob um específico ponto de vista.

Carvalho (2015) entende o enquadramento como uma operação na organização do discurso de acordo com um certo ponto de vista. Para a autora, isso

reflete no processo de seleção e composição das notícias. Carvalho (2015) pensa a seleção como a inclusão e exclusão de – entre outros elementos – fatos, opiniões e juízos de valor. A composição consiste no uso desses elementos para a construção de significados (CARVALHO, 2015). Por isso, conforme a autora, o enquadramento é algo inerente ao texto. “Enquadrar não é algo que se escolhe fazer ou não, mas uma operação necessária para falar sobre a realidade” (CARVALHO, 2015, p. 189).

Goffman (1993) aponta que os quadros dão aos atores sentidos as experiências, influenciando, por exemplo, uma pessoa a enquadrar determinadas questões da mesma forma que fazem as pessoas ao seu redor. Isso reforça a ideia de que a realidade é aquilo que atores compreendem como tal (GOFFMAN, 1993). Antunes (2009), assim, apresenta duas instâncias de construção e ajustes do enquadramento. O primeiro momento está relacionado a fatores internos que influenciam as concepções com as quais operam os profissionais e as organizações produtivas. O segundo momento tem relação com o enquadramento da mídia e os meios de interpretação e avaliação das notícias usados pelos agentes sociais.

Os *frames* podem operar em lugares e com papéis distintos: podem pertencer ao universo dos diferentes interlocutores da comunicação (produtor, receptor), situarem-se no âmbito da construção textual ou fundarem-se no elemento mais geral da cultura (ANTUNES, 2009, p.88).

Os enquadramentos estabelecidos pela mídia constroem a realidade (TUCHMAN, 1986) e nos oferecem um instrumento para analisar o papel da mídia na construção de sentido (PORTO, 2002). O enquadramento de um texto comunicativo, assim, para Entman (1993), tem o poder de atingir um público classificado como universal pelo meio, um público pretendido, com efeitos em largas proporções, mas não um efeito universal. Logo, a construção de sentido “[...] tem seu início e fim como pontos de flutuação de operações sujeitas ao contexto sócio-cultural, à própria dinâmica editorial e às modalidades narrativas que irão representa-lo” (ANTUNES, 2009, p. 85).

Observa-se, então, que as representações na mídia estão atreladas à forma como os atores constroem socialmente uma questão de acordo com suas práticas discursivas, tendo em vista que o jornalismo é uma reconstrução da realidade a partir de uma determinada perspectiva (CARVALHO, 2015). Nesse contexto, uma perspectiva pode configurar-se como dominante em um processo produtivo que vai desde a percepção dos jornalistas a dimensão conversacional das interações

pessoais (ANTUNES, 2009).

A notícia, destaca Antunes (2009), se estabelece com modalidades de vinculação e interação entre instâncias de produção e da recepção de conteúdo. Significa que a notícia não pode ser analisada de forma isolada (ANTUNES, 2009). Para Antunes (2009), todo elemento importante na estruturação do discurso de um meio de comunicação pode ser tratado como um dispositivo no processo de construção do enquadramento. Para o autor, o frame não se confunde com assuntos de uma notícia, mas age no âmbito de composição do relato e informa vários níveis do processo de referencialização da realidade.

Compreendendo que o enquadramento na notícia é envolvido por uma soma de elementos, regras e conceitos que podem ou não serem ativados de forma consciente pelo jornalista, pode-se afirmar que os enquadramentos possuem grande poder de manipulação da realidade (PORTO, 2002). Em outras palavras, enquadramento é poder.

Execução na Zona Sul de Macapá. A vítima, que já possuía passagem pela polícia, foi morta dentro da própria casa. Acompanhe na reportagem (introdução da reportagem, 25/09/2019).

Abaixo as informações completas repassadas pelo Ciodes sobre o caso.

Após acionamento via Ciodes acerca de ocorrência de disparo de arma de fogo no endereço acima. Que chegando ao local, dentro da residência em um quarto havia um homem sem apresentar sinais vitais, com diversos disparos de arma de fogo no corpo. Familiares informaram que três indivíduos invadiram a residência e executaram a vítima com vários disparos de arma de fogo. Esta equipe realizou buscas na residência e no quintal havia uma motocicleta, a qual era roubada e estava com a placa e motor adulterados. Uma tia da vítima nos levou a outro cômodo e informou que havia uma arma de fogo escondida. Tal arma pertencia a vítima que morreu. A arma estava dentro de um cesto de roupas onde foi apreendida e juntamente com a motocicleta apresentada a esta delegacia. Informo ainda, que esta arma pertence a polícia militar, onde havia sido roubada de um policial militar conforme boletim de ocorrência nº 024242/2019-a03 da polícia civil feito no dia 6 de maio de 2019." Objetos apreendidos: da ocorrência= 01 pistola marca Imbel modelo eka16638, com 01 carregador contendo 15 munições intactas, 01 motocicleta, marca honda, modelo cb300, de cor vermelha, placa qln-2015 (adulterada), placa verdadeira qln-5310, 01 molho de chave contendo a chave da motocicleta e uma chave pequena de cor preta. Vítima: Breno dos santos Cardoso, 24 anos, Macapá-AP (com passagem pelo lapen) os infratores não foram localizados (Amapá, 25/09/2019).

**QUADRO 3 – TRECHOS DE ARGUMENTOS UTILIZADOS PELO
RELATÓRIO POLICIAL E NA INTRODUÇÃO DA REPORTAGEM EM
REFERÊNCIA AO CASO**

Relatório do Ciodes	Falas do apresentador
Invadiram a residência e executaram a vítima	Execução na Zona Sul de Macapá. [...] foi morta dentro da própria casa.
Vítima: Breno dos santos Cardoso, 24 anos, Macapá-AP (com passagem pelo Iapen)	A vítima, que já possuía passagem pela polícia [...].

Fonte: Programa Balanço Geral Amapá. Secretaria de Estado da Segurança Pública e Centro Integrado de Operações em Defesa Social.

As descrições acima mostram como a equipe jornalística filtrou as informações que classifica como mais relevantes na introdução da reportagem, realizada pelo apresentador com entonação séria no centro do estúdio. Durante a introdução, observou-se a reprodução de imagens – no monitor do estúdio - do local onde houve o acontecimento.

Desta forma, vamos a descrição de alguns aspectos observados no conteúdo da reportagem após o fim da introdução do apresentador. A reportagem exibida inicia com imagens de uma viatura da Polícia Militar, em seguida aparecem imagens também da casa onde o crime ocorreu e da rua onde a residência está situada. Como fonte, é utilizada apenas as declarações de um policial militar, apesar de serem observadas também imagens de policiais civis no local, de pessoas aglomeradas em frente ao imóvel e de vizinhos da vítima.

É possível observar que a entrevista gravada pela equipe de reportagem - concedida pelo oficial da Polícia Militar – foi realizada na parte externa de uma delegacia distante do local do assassinato. Apesar dos cenários evidenciados ao longo da peça jornalística, a passagem de vídeo do repórter acontece em frente a uma viatura estacionada na delegacia. Não há um histórico criminal da vítima revelado no conteúdo reproduzido. Contudo, tanto o oficial quanto o repórter – em sua narração – afirmam que o jovem assassinato “teria envolvimento com o tráfico de drogas”. As declarações são dadas sem a atribuição da informação a um informante e sem a confirmação de crimes cometidos anteriormente pelo suspeito.

Por fim, com as descrições expostas acima, o último tópico deste capítulo objetivou demonstrar como a fusão dos elementos envolvendo as limitações no trabalho jornalístico e a apropriação do jargão policial nas relações pessoais contextualizam e se estruturam na transposição de narrativas das peças jornalísticas. Embora identificáveis por profissionais da mídia e demais agentes com conhecimento sobre os protocolos adotados na produção de reportagens, as fontes da segurança pública podem ser apresentadas de forma não visível para o público, promovendo assim, também, a ocultação de sentidos por meio da ideia de neutralidade nas notícias envolvendo crimes de violência urbana.

6. CONCLUSÃO

No trabalho em tela, foi evidenciado que a produção de peças jornalísticas não se dá de maneira determinada, pacífica e sem interferências de agentes externos ao ambiente da redação. Embora presentes critérios de noticiabilidade em uma empresa jornalística, na exclusão e seleção dos materiais, a construção dos enunciados noticiosos está sujeita a interesses políticos, institucionais e a influências ideológicas, representando visões particulares apresentadas como posicionamentos coletivos por intermédio da mídia.

Com isso, o que é publicado não engloba necessariamente o retrato de um acontecimento, mas a exposição de um real desejado e construído em meio a relações complexas pertinentes à rotina de trabalho dos profissionais da mídia. Desse modo, os jornalistas atuam num cenário de limitações estruturais, tendo o tempo como fator determinante para a produção de conteúdo.

Essas limitações resultam em maior dependência dos jornalistas com os informantes, em um inevitável jogo de interesses: o jornalista quer a publicação da notícia, o cumprimento das demandas de trabalho, o furo de reportagem, a atenção do público; ao passo que as fontes buscam a repercussão de seus pontos de vista e a publicização de seus atos.

As restrições e determinações de trabalho impostas no meio de comunicação, levam os profissionais da imprensa a uma maior convivência com os representantes de instituições policiais. As relações provocam, conforme observado na exposição dos dados, a absorção e aprovação tácita do jargão da polícia e de posicionamentos da instituição sobre pautas locais e nacionais que abordam temáticas relacionadas a criminalidade, atuação policial e o tratamento de suspeitos de infrações penais.

Há também desconhecimento ou dificuldade de aceitação – intencional ou não – dos próprios jornalistas em relação às condições em que executam as atividades e influências políticas ligadas aos posicionamentos editoriais da empresa. Os jornalistas demonstram convívio com a ideia de trabalho ético e profissional na empresa jornalística, apesar de os resultados da pesquisa apontarem uma realidade divergente. Em volta da ideia de neutralidade, as interferências externas e internas - apesar de frequentes - provocam incômodos entre os produtores das notícias, mas não excluem a percepção particular deles de uma conduta exercida com responsabilidade e de acordo com os protocolos técnicos da profissão.

Percebeu-se ainda, que a naturalização do jargão policial pode levar os jornalistas à crença de que as informações repassadas pela polícia são sempre verdadeiras e incontestáveis. A imersão em conteúdos predominantemente relacionados a violência urbana proporciona a familiaridade com expressões e posicionamentos institucionais ligados a interesses conservadores, que refletem a ideia de “bandido bom é bandido morto”. Além disso, a dependência diária de informações repassadas por informantes da segurança pública parece reforçar a credibilidade deles com os produtores das notícias.

Com isso, as notícias podem refletir uma transposição de narrativas, apresentadas, muitas vezes, como originárias da própria empresa jornalística, em estruturas que narram o fato como se o próprio narrador o tivesse presenciado, apesar de estar retransmitindo a narrativa de um terceiro agente. São organismos representativos de uma ideologia dominante no cenário de políticas de segurança pública.

Ocorre na editoria policial do telejornalismo um monopólio na reprodução de imagens de instituições, representadas pelos agentes da segurança pública. Eles são periodicamente retratados pelo veículo de comunicação como figuras atreladas a um armamento pesado (pistolas de alto calibre e fuzis nas mãos, por exemplo); e sempre apostos em regiões periféricas para combater indivíduos que exercem condutas reprovadas socialmente.

Em um rol exemplificativo, podemos citar como exemplos dos símbolos que estruturam a exposição de imagens das fontes oficiais: fardas; armas; caveira (símbolo do Batalhão de Operações Especiais); sirenes de viaturas. São elementos que convergem com a figura do agente policial na exposição de feitos significativos ou não.

O poder simbólico da narrativa policial na construção das notícias é evidente, conforme a apuração e interpretação dos dados descritos. No entanto, não se trata de uma influência linear que alcança somente a peça jornalística em si, em natureza e significação. O poder simbólico é exercido mesmo antes da reprodução do conteúdo, nas vivências pessoais dos jornalistas que aceitam e se apropriam, de forma não manifestamente expressa (no consentimento dessa condição), dos posicionamentos da instituição que possui forte relação com a organização empresarial. É um poder resultante, entre outros fatores, daquilo que os jornalistas são predeterminados a fazer

para garantir uma produção eficiente dos enunciados, de acordo com os padrões e exigências estabelecidas pela empresa jornalística.

Por isso, utilizar termos como “segundo a polícia” e “de acordo com a polícia” para atribuir de forma explícita a informação a um emissor primário, não tornaria visível ao público a fonte aqui apresentada, em total parcela de contribuição para a produção de sentidos. Pois, apreende-se deste estudo, que uma *fonte não visível* se estabelece não somente em virtude da não manifestação do informante, mas na estruturação da peça jornalística com base em uma única narrativa e roteirização de acontecimentos, a partir da intermediação de um ou mais produtores coniventes – ainda que não expressamente – com os atos apresentados pelos emissores das mensagens.

Não é possível atribuir unicamente à *fonte não visível* ou ao jornalista a decisão de apresentar o informante de forma imperceptível para o público. Neste trabalho, percebeu-se que essa responsabilidade pertence, em maior parte, ao sistema no qual os profissionais estão inseridos. São processos que parecem ajudar na personificação da imagem dos policiais na figura de justiceiros, e a afastar a ideia de ressocialização de um indivíduo suspeito da autoria de um delito.

A presença de *fontes não visíveis ao público* no telejornalismo policial, portanto, não somente transparece a apropriação e transposição de narrativas, mas também expõe a violência simbólica exercida na segregação e cumplicidade de classes menos favorecidas, seja pelo poder econômico, seja na inferioridade de uma cadeia hierárquica social de produção de informações e símbolos.

Por fim, a partir dos dados apresentados, reitera-se que a *fonte não visível ao público* não está em todo o conteúdo policial transmitido pelo telejornalismo. Ela aparece, principalmente, em enunciados relacionados às mortes de suspeitos de crimes em supostos confrontos com policiais militares. Apesar de ser possível identificar de forma intuitiva por conhecedores dos protocolos da mídia, a detecção concreta de uma *fonte não visível* exige compreender a narrativa da instituição sobre o tema, a percepção individual e coletiva dos jornalistas sobre o assunto e a dinâmica de produção na qual eles estão inseridos.

Este estudo tentou mostrar apenas um fragmento que permeia a presença de informantes não visíveis ao público no conteúdo telejornalístico policial. Trata-se, porém, de uma temática carente de maior aprofundamento científico para compreender outros aspectos e resultados práticos desse emissor, em seus efeitos sociais e consequências para a atuação dos jornalistas na sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Persel. O significado político da manipulação na grande imprensa. *In*: ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016. p. 37-70.

AMAPÁ tem queda de casos, mas segue com a maior taxa de mortalidade pela polícia do Brasil. **G1 AP**, Macapá, 22 abr. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2021/04/22/amapa-tem-queda-de-casos-mas-segue-com-a-maior-taxa-de-mortes-pela-policia-do-pais.ghml>. Acesso em: 13 maio 2021.

ANJOS, Manoel Moabis dos. **Agendamento e interagendamento temático no processo de produção jornalística no telejornalismo regional**. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2015.

ANTUNES, Elton. Enquadramento: considerações em torno de perspectivas temporais para a notícia. **Galáxia**. São Paulo, n. 18, p. 85-99, dez.2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/2641>. Acesso em: 05 maio 2019.

ARRUETA, Cesar. **Que realidad construyen los diarios?** Una mirada desde el periodismo em contextos de periferia. Buenos Aires: La Crujia, 2010.

ALCURI, Gabriela. et all. O Relatório MacBride - História, importância e desafios. **Simulação das Nações Unidas para Secundaristas**. 2012. Disponível em: <http://sinus.org.br/2012/wp-content/uploads/05-AC.pdf>. Acesso em 05 maio 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2011.

BECKER, Howard S. Evidências de trabalho de campo. *In*: BECKER, Howard S. **Métodos da pesquisa em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo, Hucitec, 1997.

BAUER, Martin W. Análise de Conteúdo Clássica. *In*: BAUER, Martins; GASLKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 189-217.

Berkowitz, Daniel A. **“Reporters and Their Sources.”** *In* The Handbook of Journalism, edited by Karin Wahl-Jorgensen and Thomas Hanitzsch, 10215. New York: Routledge.2009.

BOURDIEU, Pierre. **La Distincction: critique sociale du jugement**. Paris: Minuit, 1979.

BOUDIEU, Pierre. **Poder simbólico**. Difel: Lisboa, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

CAMPOS, Pedro; LIMA, Rita. Capital simbólico, representações sociais, grupos e o campo do reconhecimento. **Cadernos de Pesquisa**, Rio de Janeiro (RJ). V.48, n167, p. 100-127, jan/mar. 2018.

CARLSON, Matt. Sources as news producers. In, T. Witschge, C. W. Anderson, D. Domingo & A. Hermida (eds.). **SAGE handbook of digital journalism**. London: SAGE Publications, 2016. p. 236-249.

CHARRON, Jean; BONVILLE, Jean de. **Natureza e transformação do jornalismo**. Florianópolis: Insular, Brasília: Fac Livros, 2016.

CHRISTIANS, C. The Changing news paradigm: From objectivity to interpretive sufficiency. In: IORIO, S. H. (Ed.). **Qualitative research in journalism: Taking in to the streets**. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum, 2004, p. 41-56.

COGAN, Bruno Ricardo; SILVA, Marco Antonio Marques da. Considerações sobre o abuso de autoridade: desenvolvimento histórico e atualidades. **Revista DIREITO UFMS**. Campo Grande, MSv. 5 n. 2, p. 270–293. jul./dez. 2019.

CORREIA, Ana Patrícia. **Fontes de informação 2.0: estudo de caso nos media da Beira Interior**. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Universidade Beira Interior, Covilhã, 2011.

CORREIO, Camila. **Contribuições da sociologia fenomenológica de Alfred Schutz para a comunicação**. Porto Alegre, RS, p. 283-299, out. 2014. XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, 2014, Porto Alegre, RS.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1995.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em Revista**. Curitiba, vol. 24. n.24, p.213-225, nov/dez. 2004.

DUBAR, Claude. **A crise das identidades: a interpretação de uma mutação**. Sao Paulo: Ed. USP, 2009.

ENTMAN, Robert. Framing: Toward clarification of fractured paradigm. **Journal of Communication**, v.43, n.4, p.51-58, set/dez, 1993.

Epoca.globo.com, São Paulo, 10 de abril de 2020. Disponível em: <https://epoca.globo.com/guilherme-amado/vice-governador-que-liberou-comercio-no-amapa-o-maior-comerciante-do-estado-24365095>. Acesso em: 15 abr. 2021.

FAUSTO Neto, Antônio. A religião do contato: estratégias discursivas dos novos "templos midiáticos" *In: Comunicação e Informação*, v. 7, n. 1, p. 13-33, jan./jun. 2004.

FERREIRA, Fernanda. Raízes históricas do conceito de opinião pública em comunicação. Belo Horizonte: **Em Debate**, v. 7, n. 1, p. 50-68, jan/fev. 2015.

FERNANDEZ, M. Joseph, You Have My Word Confronting Critical Questions Involving Journalists' Promises and Confidential Sources. Wollongong: **Asia Pacific Media Educator**, v. 25, n. 2, p. 305-318, 2015.

FINGER, Cristiane. **A violência na "Agenda" do telejornalismo brasileiro**. 1997. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

FLORES, Ana Marta M. **Jornalismo de Inovação**: um conceito múltiplo. *Brazilian Journalism Research*, v.14 (2), 2017. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/download/970/925>. Acesso em: 1º out. 2020.

FOUCAULT, Michael. **A Ordem do Discurso**. Paris. São Paulo. Gallimard, 1971.

FOUCAULT, Michael. **A Microfísica do Poder**. 22 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

FONSECA, Francisco. Mídia, poder e democracia: teoria e prática dos meios de comunicação. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 6, p. 41-69, dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n6/n6a03.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2021.

FONSECA, Francisco. **Mídia e Poder**: Elementos conceituais e empíricos para o desenvolvimento da democracia brasileira. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2010.

FRANÇA, Vera. O acontecimento e a mídia. **Revista Galáxia**, São Paulo, n.24, 2012. p. 10 - 21. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/12939>. Acesso em maio de 2019.

GABRIEL, M. F. Pierre Bourdieu e o Poder Simbólico: Os Passos Teóricos da Sociologia Crítica. **Revista TÓPOS FCT/UNESP**, Presidente Prudente, v. 1, n. 3, p. 98-109, set/dez. 2017.

GADINI, Sérgio; WOITOWICZ, Karina. A pesquisa jornalística, a busca de métodos e as demandas atuais: Retrato dos temas e das estratégias investigativas utilizadas em dissertações de mestrado da UEPG defendidas entre 2015 e 2017. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 14, n. 2, p. 49-61, jul/dez. 2017.

GARFINKEL, Harold. **Estudios de Etnometodologia**. Bogotá: Antropos, 2006.

GARSON, Marcelo. O conceito de convergência e suas armadilhas. **Revista Galáxia**. São Paulo, v. 40. n. 40, 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/galaxia/article/view/35324>. Acesso em: 12 abr. 2021.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais**: Pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

GITLIN, Todd. **The Whole World is a Watching**, Berkeley: University of California Press, 1980.

GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social**: uma perspectiva de análise. Petrópolis: Vozes, 2012.

GOMES, Itania. Questões de método na análise do telejornalismo: premissas, conceitos, operadores de análise. **ECompós**, Porto Alegre, v.18, n. 1, p. 111-130, jan/abr. 2011.

GRAZIANO, L. "News media and perceptions of police: a state-of-the-art-review", **Policing: An International Journal**, Flórida, v. 42, n. 2, 2019. pp. 209-225. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/PIJPSM-11-2017-0134>. Acesso em: 11 out. 2020.

GROTH, Otto. **O poder cultural desconhecido**. Fundamentos da Ciência dos Jornais. Tradução de Liriam Sponholz. Petrópolis: Vozes. 2011.

HACKETT, Robert. Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objetividade nos estudos dos media noticiosos". In: TRAQUINA, Nelson (org). **Jornalismo**: Questões, Teorias e "Estórias", Lisboa: Veja, 1993.

HALL, Stuart *et al.* The social production of news. Eds. Paul Marris and Susan Thornham. In: **Policing the crisis**: mugging, the state, and law and order. London: The Macmillan Press, 1978. p. 55-80.

KARAM, Francisco José; SCHMITZ, Aldo Antônio. A ética de lado a lado. **Intexto**, Porto Alegre: UFRGS, v. 2, n. 23, p. 171-182, julho/dezembro. 2010.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do Jornalismo**: O que os jornalistas devem saber e o público exigir. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

KOZINETTS, Robert V. **Netnografia**: realizando pesquisa etnográfica online/ Robert V. Kozinets; tradução: Daniel Bueno; revisão técnica Melani Tosi, Raúl Ranauro Javales Júnior. Porto Alegre: Penso, 2014.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: Manual de metodologia a pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Armed; Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEITE, R. F. A perspectiva da análise de conteúdo *na pesquisa qualitativa*: algumas considerações. **Revista de Pesquisa Qualitativa**, v. 5, n. 9, p. 539-551. 2017.

LEMONS, Daniel **Dantas. Discurso e argumentação no blog Fatos e dados da Petrobras**. Feira de Santana, Curviana, 2013.

LIPPMANN, Walter. O mundo exterior e as imagens em nossas mentes. In: **Opinião pública**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 1-42.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. **Pesquisa em comunicação**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2001.

MACHADO, Elias. **Dos Estudos Sobre Jornalismo às Teorias do Jornalismo** (Três pressupostos para a consolidação do jornalismo como campo de conhecimento). E-Compós, v. 1, n. 1, 2004. Disponível em: <http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/2/4>. Acesso em: 23 set. 2019.

MARTINI, Stella; LUCHESSI, Lila. **Los que hacen la noticia: periodismo, información y poder**. Buenos Aires: Biblos, 2004.

MATEUS, Samuel. A etnografia da comunicação. **ANTROPOlógicas**, Lisboa, n.13, p. 84-89, nov/dez. 2015.

MAYA, Rousiley. Mídia e vida pública: modos de abordagem. *In*: MAYA, Rousiley; CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola (orgs.). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: UFMG, 2006, p. 11-62.

MATTOS, CLG. A abordagem etnográfica na investigação científica. *In*: MATTOS, CLG., and CASTRO, PA., orgs. **Etnografia e educação: conceitos e usos** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. pp. 49-83.

MCCOMBS, Maxwell. **A teoria da agenda: A mídia e a opinião pública**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MEIRINHOS, Manuel. OSÓRIO, Antônio. O estudo de caso como estratégia de investigação em educação. **EDUSER: Revista de educação**. Instituto Politécnico de Bragança, Portugal, v. 2, n. 2, p. 49-65, 2010.

MIGUEL, Luis Felipe. **Dominação e resistência: Desafios para uma política emancipatória**. Boitempo: São Paulo, 2018.

MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (Orgs.). **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002.

MORAIS, Andreia. **A relação entre jornalistas e fontes na cobertura policial de rádio**. Dissertação (Mestrado em jornalismo) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2017.

NATALINO, Marco Antônio. **O discurso do Telejornalismo de Referência: criminalidade violenta e controle punitivo**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

NUNES, Everaldo Duarte. Henry Max Hew: Jornalista, investigador social e precursor da pesquisa qualitativa. **História, ciências, saúde**. Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, jul/set. 2012.

OLIVEIRA, Fernando. A mídia, o campo, a ordem e o discurso: molduras do poder simbólico. *In*: Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 5, 2009. Salvador. **Anais [...]** Salvador: UFBA, 2009.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

PAULA, B. L.; Ferreira, E. H. Habermas e Bourdieu: A esfera pública como campo de lutas. **Revista Habitus – IFCS/UFRJ**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 133-140, nov. 2011.

PEREIRA, Fábio; NEVES, Laura. A entrevista de pesquisa com jornalistas: algumas estratégias. **Intexto**, Porto Alegre, UFRGS, n.29, p. 35-50, dez. 2013.

PINTO, M. Fontes jornalísticas: contributos para o mapeamento do campo. **Comunicação e Sociedade 2**. Braga, v. 14, p. 277-294, jan. 2000.

PORTO, P. Mauro. Enquadramentos da Mídia e Política. *In*: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS, 26. 2002, Caxambu. **Anais [...]** Caxambu: ANPOCS, 2002.

RIBEIRO, F. R. A. Telejornalismo policial como jornalismo como jornalismo popular: reflexão sociológica sobre uma categoria nativa. **Temática** (João Pessoa. Online), v. 12, p. 1-16, nov. 2016.

RIBEIRO, F. V. M. O spin doctoring em Portugal: **Estudo sobre as fontes profissionais de informação que operam na Assembleia da República**. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação Especialidade de Estudos de Jornalismo) - Universidade do Minho, Portugal, 2013.

ROSENBURG, Cynthia; GANDOUR, Ricardo. Jornalismo e democracia: riscos em comum? **Revista de Journalism ESPM**. São Paulo, n. 15, p. 56-65, out/nov. 2015.

ROMANELLI, G. A entrevista antropológica: troca e alteridade. *In*: Geraldo Romanelli; Zélia Maria Mendes Biasoli Alves. (ORG). **Diálogos metodológicos sobre prática de pesquisa**. 1. ed. Ribeirão Preto: Legis Summa Ltda, 1998, p. 113-133.

RONSINI, Veneza V. Mayora. A perspectiva das mediações de Jesús Martín-Barbero (ou como sujar as mãos na cozinha da pesquisa empírica de recepção). *In*: Compós, 4, 2019. Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro, 2010. Disponível em http://compos.com.puc-rio.br/media/gt12_veneza_ronsini.pdf. Acesso em: 25 set. 2019.

ROVIDA, Mara. **Etnografia e reportagem jornalística**: Aproximação possível para uma metodologia de pesquisa empírica. São Paulo: USP, 2015.

SÁBADA, Teresa. **Framing**: El enquadre de la noticias. El binômio terrorismo-medios. Buenos Aires: La Crujía Ediciones, 2008.

SANTIAGO, Abinoan; MUNIZ, Denise. Exclusivo: PM do Amapá é a que mais matou no país nos últimos três anos. **A Pública**, [S.l.], 21 ago. 2018. Disponível em: <https://apublica.org/2018/08/exclusivo-pm-do-amapa-e-a-que-mais-matou-no-pais-nos-ultimos-tres-anos/>. Acesso em: 13 maio 2021.

SANTOS, Jéssica; HAUPTMANN, Claudemir. **A espetacularização da notícia**: a

corrida pela audiência e o jornalismo atropelado. **ADVÉRBIO**. 2017.

SANTOS, Rogério. Práticas produtivas e relacionamento entre jornalistas e fontes de informação. *In*: Nelson Traquina et al., **O jornalismo português em análise de casos**, Lisboa, Editorial Caminho, S.A. 2000. p. 93-133.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 16. ed. Porto: B. Sousa Santos e Edições Afrontamento, 2010.

SCHOENHERR, Rafael; BRONOSKY, Marcelo. Indicações sobre a descrição de cenários de produção jornalística. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 23, n. 3, set/nov. 2016.

SCHMITZ, Aldo Antonio. **Fontes de notícias**: Ações e estratégias das fontes no jornalismo. Florianópolis: Combook, 2011.

SCHUTZ, Alfred. **Sobre realidades múltiplas**. Traduções Essenciais. v. 18, n. 52, p. 13-47, 2010. Disponível em <http://traducoessenciais.blogspot.com.br/2010/09/alfred-schutz-sobre-as-realidades.html>. Acesso em junho de 2019.

SCHUTZ, Alfred. **Fenomenologia e relações sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SERRANO, E. **‘Jornalismo e elites do poder’**. Lisboa: Escola Superior de Comunicação Social, 1999. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/serrano-estrela-jornalismo-elites-poder.pdf>>. Acesso em: 23 mar. de 2019.

SILVA EC, Eliane; PENTEADO RZ, Regina. **Caracterização das Inovações do Telejornalismo e a Expressividade dos Apresentadores**. São Paulo: Universidade Metodista de Piracicaba (SP), 2014.

SILVA, Gislene. De que campo do jornalismo estamos falando? **Matrizes**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 197-212, 2009. Disponível em www.revistas.usp.br/matrizes/article/viewFile/38248/41038. Acesso em: 12 set. 2019.

SILVA, Karina. **O etnógrafo e o jornalista**: O olhar e a escuta como ferramenta de trabalho. Mato Grosso: UFMT, 2013.

SOARES, Murilo César. **Os direitos na esfera pública mediática**: a imprensa como instrumento da cidadania. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. Disponível em: http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e-books/Os_direitos_na_esfera_publica-WEB.pdf. Acesso em: 13 set. de 2021.

SODRÉ, Muniz. **Jornalismo como campo de pesquisa**. Rio de Janeiro: SBPjor, 2010.

SOUSA, J.P. **A utilização de fontes anônimas no noticiário político dos diários portugueses de referência**: um estudo exploratório. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, Universidade Beira Interior. 2002. Disponível em:

<http://www.bocc.ubi.pt/pag/Sousa-jorge-pedro-utilizacao-fontes-anonimas.pdf>. Acesso em: 13 ago. de 2019.

SPEIER, Hans. O desenvolvimento histórico da opinião pública. *In*: STEINBERG, Charles S. (org). **Meios de comunicação de massa**. São Paulo: Cultrix, 1972.

THOMPSON, Edward P.; YEO, Ellen (Ed.). **The unknown Mayhew**: selections from the Morning Chronicle, 1849-50. Middlesex: Penguin. 1984.

TOURINHO, CAM. Telejornalismo: Em busca de um novo paradigma. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 19-29. jan/jun. 2010.

TRAVANCAS, Isabel. **Etnografia da Produção Jornalística**: Estudos de caso da imprensa brasileira. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

TUCHMAN, Gaye. La producción de la noticia: Estudio sobre la construcción de la realidad. Barcelona: Gili, 1983. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. *In*: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo**: questões, teorias e 'estórias'. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999.

VALA, Jorge. Análise de conteúdo. In. SILVA, Augusto Santos Silva; PINTO, José Madureira. **Metodologia das Ciências Sociais**. 11. Ed. Porto: Afrontamento, 2001.

VARJÃO, Suzana. **Micropoderes. Macroviolências**. Mídia Impressa/aparato policial. Salvador: EDUFBA, 2008.

VENTURA, Mauro de Souza; ITO, Liliane de Lucena. Inovação no webjornalismo: dinâmica empresarial, arranjos produtivos e novos formatos. *In*: **Revista Contemporânea** (Universidade Federal da Bahia), Salvador, v.15, n. 1. Jan/abr. 2017, p. 81-100.

VERÓN, Eliseu. **Construire l'événement- les médias et accident de Three Miles Island**. Paris: Éditions de Minuit, 1981.

Yin, R. **Estudo de Caso**: Planejamento e Métodos. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZACARIOTTI, M. E. C., et al. Jornalismo de fonte: a fonte enquanto produtora de notícia. Intercom, 30, 2007, Santos. **Anais [...]** Santos: Intercom, 2007. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R2017-2.pdf>> Acesso em: 17 mar. 2019.

APÊNDICE A – RELATÓRIO DA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE NA REDAÇÃO

A visita à redação da TV Equinócio, emissora afiliada da Tv Record no Amapá, aconteceu entre os dias 28 e 30 de janeiro de 2020, no período de 8h às 13h. A pesquisa só foi possível após ser solicitada ao gerente de jornalismo da emissora, que acompanhou todo o processo. Segundo ele, o acompanhamento foi uma exigência da diretoria da empresa jornalística. A solicitação foi realizada com duas semanas de antecedência. Nesta pesquisa, foi possível observar a produção do programa Balanço Geral/AP, que vai ao ar por volta de meio dia e tem cerca de duas horas de duração, divididas em quatro blocos.

Cabe ressaltar que este pesquisador conhece a maioria dos profissionais que trabalham na emissora por conta da atuação pelo período de cinco anos no telejornalismo amapaense. Por isso, não foi possível encaminhar a observação sem a interferência de conversas eventuais sobre assuntos do cotidiano. Neste sentido, foram observadas as relações e procedimentos de trabalho ocorrendo, simultaneamente, a interação com os jornalistas. O fato de a pesquisa ter sido realizada por um “colega de profissão” fez com que, aparentemente, os jornalistas sentissem-se confortáveis para agir naturalmente durante o trabalho.

A equipe de produção é composta por seis profissionais: duas estagiárias, um produtor (por telejornal), um editor (por telejornal), o gerente de jornalismo e sua auxiliar. Apesar da função para a qual foram contratadas, as estagiárias exercem o trabalho de produtoras na formulação de pautas e marcação de entrevistas. A auxiliar do gerente de jornalismo exerce a mesma função que ele na redação.

As reuniões comerciais acontecem com frequência durante o andamento dos trabalhos e assuntos relacionados a anúncios nos telejornais são comuns nas interações entre os jornalistas, pois é necessário encaixar os anunciantes na programação ao vivo. O apresentador de cada telejornal recebe, além do salarial mensal, R\$ 100,00 para cada propaganda narrada por ele. Somente no programa Balanço Geral/AP, são realizados em médias 10 anúncios diários.

Houve pouco contato com as equipes de reportagem pelo fato de o local onde os repórteres escrevem os textos ser separado da redação. Para ir de um ponto a outro é necessário atravessar o estacionamento da emissora. A sala dedicada a produção de texto dos repórteres é pequena e possui dois computadores e uma cabine de gravação de áudio. Já a redação possui uma mesa central com quatro

computadores, usados pelas estagiárias, o editor e o apresentador de cada telejornal. Além da mesa central, há outras três mesas neste espaço: uma dedicada ao gerente de jornalismo, outra para a auxiliar dele e uma mesa exclusiva para um profissional responsável por editar as imagens de crimes de violência urbana.

Na redação há um quadro dedicado aos contatos de fontes da segurança pública, com os números oficiais e de comandantes dos 14 batalhões da Polícia Militar do Amapá, além dos contatos de todos os delegados da Polícia Civil do estado e das delegacias onde eles atuam. O quadro é consultado todas as manhãs durante a “ronda”, que consiste na ligação para os batalhões na busca de ocorrências que possam ser transformadas em reportagens para os telejornais da emissora. A ronda - como é chamado o procedimento na redação - é feita, segundo o gerente de jornalismo, duas vezes no período da manhã: por volta de 8h e às 12h. Este é o procedimento utilizado também para a substituição de pautas ou entrevistas canceladas por problemas externos. Durante esta observação, foi possível notar a realização do procedimento apenas uma vez. No entanto, fontes oficiais da Segurança Pública eram contatadas constantemente de forma esporádica.

O conteúdo do Teleprompter – monitor usado no estúdio para que o apresentador leia suas falas – é escrito inicialmente pelo editor e revisado pelo apresentador. Segundo a gerência de jornalismo, esta é uma estratégia para que cada apresentador insira “o seu estilo” na apresentação. Além disso, o apresentador tem entre cada reportagem um tempo que varia de 1 a 5 minutos para comentários improvisados ao vivo. Não há um controle do que será comentado ou não. Contudo, os preceitos editoriais da emissora são discutidos com cada apresentador no momento das negociações para a contratação dos funcionários, segundo informou a direção da emissora.

As estagiárias permanecem por mais tempo no ambiente da redação. Constantemente o gerente de jornalismo e sua auxiliar ausentam-se para compromissos externos. O editor, durante esta observação, chegava ao local por volta de 10h, ausentava-se às 11h e retornava próximo da hora do programa Balanço Geral/AP ir ao ar.

Não foi realizada nenhuma reunião de pauta com a equipe da redação durante esta pesquisa. Apesar disso, o gerente de jornalismo informou que as reuniões são frequentes. As estagiárias formulam as pautas e, durante a formulação, tiram dúvidas com o superior hierárquico presente no local. Diversas vezes as estagiárias

consultaram jornalistas na redação sobre dúvidas em relação a execução de reportagens principalmente, envolvendo ocorrências policiais.

A produção de novas pautas para substituir outras eventualmente canceladas são consideradas situações excepcionais. São tarefas que devem ser realizadas conjuntamente com as demais previamente estabelecidas. A emissora não impede os jornalistas de atuarem em outros setores ligados a comunicação. Durante a observação, foi narrado a este pesquisador as seguintes situações: o gerente de jornalismo também atuava como comediante e em empresas de marketing político; uma das repórteres, também apresentadora do programa de entretenimento da emissora, atuava em peças publicitárias da empresa de um dos sócios da emissora; um dos repórteres e um editor dos telejornais também trabalhavam como assessores de comunicação em secretarias do Estado.

No ambiente da redação é explícita a afinidade dos profissionais com os conteúdos policiais. Os nomes de militares e delegados de polícia são citados frequente pela equipe durante a discussão de pautas e marcação de entrevistas. Nos três dias de observação, estava em discussão entre os jornalistas a Lei de Abuso de Autoridade, sendo foi citada pelo menos cinco vezes em conversas rotineiras. Um dos jornalistas, inclusive, disse no primeiro dia de pesquisa que o trabalho havia sido modificado e que eles (a equipe) “estavam enfrentando uma bronca” por causa desta lei, pois não poderiam mais identificar nos telejornais os rostos dos suspeitos de crimes, presos e procurados pela polícia.

Em meio a discussão sobre a respectiva lei, um jornalista tentou associar ao assunto a festa de aniversário da filha de uma professora universitária com o tema da personagem Mulher Maravilha, na abordagem da defesa de grupos considerados minoritários. Ele diz que a criança queria uma festa da personagem Barbie, mas por conta das imposições da mãe teve um evento ligado ao feminismo. O assunto desconexo e aleatório parece causar desconforto entre as funcionárias, que se mantiveram caladas e sérias durante a fala do jornalista.

Uma repórter ao discutir a pauta de homicídio com uma das estagiárias pergunta em relação a identificação do suspeito “[...] e aí, pode mostrar o bandido ou não pode agora com essa lei?”. A resposta recebida por ela foi: “traz aí [as imagens coletadas na produção externa] que a gente avalia”, dita pelo por um jornalista que ouviu o questionamento. Em um outro momento, uma estagiária liga para uma repórter para repassar a pauta de uma prisão de um homem condenado por homicídio. Na

ligação, a produção reforça para não haver a divulgação de nomes e fotos com identificação de rostos por conta da nova lei.

Assuntos policiais compõem, como regra editorial, todo o primeiro bloco do programa Balanço Geral/AP. Às sextas-feiras um membro da Segurança Pública é convidado para dar entrevista ao vivo no estúdio da emissora ou na parte externa dela, sendo entrevistado por uma equipe de reportagem. De acordo com um dos jornalistas, os assuntos policiais do primeiro bloco são substituídos apenas em caso de “notícia extraordinária” ou pelo surgimento algum fato que atraia ainda mais a atenção do público.

Em um dado momento, um jornalista faz questão de mostrar este pesquisador as informações que chegam pelo aplicativo o WhatsApp usadas na produção de reportagens e notas ao vivo. É comum que os repórteres e cinegrafistas enviem conteúdos gravados com o celular para a reprodução nos telejornais. Isto facilita a relação com os batalhões da Polícia Militar e Delegacias da Polícia Civil do interior do Amapá, pois na ocorrência de algum crime são solicitadas às fontes policiais fotos e vídeos relacionados ao acontecimento. Estes materiais são, posteriormente, veiculados pela emissora.

Foi informado ainda que há um acervo de reportagens policiais sobre assuntos não factuais para serem usadas quando houver a necessidade de preenchimento de espaços na programação dos telejornais. De acordo com um dos jornalistas, a prioridade para assuntos sobre a Segurança Pública é motivada pela própria audiência, pelo fato de ocorrências policiais “chamarem mais atenção”.

Os acervos de reportagens gravadas sobre as instituições oficiais englobam diferentes temas ligados as instituições, como a formação de agentes; ações educativas; orientações sobre como proceder em situações de violência urbana; curso de formação de oficiais e o planejamento de ações de combate a infrações penais.

É também comum policiais militares irem até a redação repassar informações sobre ocorrências atendidas por eles. Durante a observação, um tenente da Polícia Militar foi até a emissora repassar vídeos de um suspeito morto após uma suposta troca de tiro com policiais. O conteúdo foi utilizado no programa Balanço Geral/AP.

As imagens mais sensacionalistas sobre crimes de violência urbana são utilizadas com maior frequência no programa Balanço Geral/AP e com menor frequência no telejornal da emissora, que vai ao ar no período da noite. Um dos jornalistas ressaltou que esta política é usada por que o telejornal veiculado à noite

tem uma roupagem mais séria e adaptada aos padrões tradicionais do telejornalismo. As imagens de cunho mais violento são classificadas pelos profissionais como “imagens mais fortes”.

Além do conteúdo produzido pelas equipes de reportagem e enviados pelas fontes oficiais, a emissora também utiliza materiais produzidos por um freelancer – não formado em jornalismo – que atua durante a madrugada no acompanhamento de ações policiais. Esse profissional recebe o pagamento por material enviado à emissora e, eventualmente, também grava entrevistas com os agentes da segurança pública presentes nas ocorrências. Os conteúdos enviados pelo freelancer, segundo a direção da emissora, são utilizados pelos jornalistas e adaptados aos padrões técnicos exigidos na profissão.

Apesar da proximidade entre os jornalistas e as fontes policiais, os jornalistas afirmam que a emissora exerce um trabalho imparcial dando a notícia como ela é, além de sempre ouvir todos os lados envolvidos em um acontecimento. Porém, durante esta pesquisa, apenas fontes oficiais foram entrevistadas na abordagem de ocorrências associadas a crimes de violência urbana.

Cabe destacar uma situação que chamou atenção no segundo dia de pesquisa. Uma jornalista cita a ideia de realizar uma reportagem sobre a contratação do goleiro Bruno em um time amapaense. O ex-atleta estava cumprindo regime semiaberto pelo assassinato da modelo e atriz Eliza Samúdio, em 2010. Após a apresentação da proposta, um dos jornalistas informa que a pauta já havia sido solicitada por ele, mas foi barrada por envolver “amigo do dono” da emissora. Após a fala do jornalista, um silêncio toma a redação por alguns segundos e o assunto não é mais comentado.

Apesar da forte relação com as fontes oficiais da Segurança Pública, o gerente de jornalismo disse que houve diversos “desconfortos” entre a emissora e o comando geral da Polícia Militar do Amapá. Uma das situações havia ocorrido na semana anterior a pesquisa, quando em uma reportagem foi utilizado o termo “execução” para a morte de um homem durante uma suposta troca de tiros com a polícia. Por causa do uso deste termo, o Comando Geral da PM solicitou uma reunião com a gerência de jornalismo para o esclarecimento dos fatos.

Algumas reuniões com as fontes da segurança pública acontecem também na presença de produtores. Um jornalista da redação classificou essas reuniões como

“tensas” quando se tratam de temas que tiveram uma abordagem diversa da interessada pelo informante.

“Tem a foto do bandido”, “quem foi o bandido?”, “arranja o vídeo do bandido” são expressões comuns ouvidas na redação durante a produção das reportagens quando a temática da matéria está relacionada a prisões, mortes ou busca por suspeitos de crimes. Um dos jornalistas afirmou que o trabalho da emissora é delicado por ter grande influência de conteúdo policial e que, por isso, está “exposta a maior criminalidade”. Ele contou que não cogita trabalhar na apresentação de telejornais, em virtude de possíveis ameaças à segurança dele e da família. Os termos “mala”, “bandido” e “vagabundo” são algumas das expressões utilizadas tanto pelas fontes oficiais quanto pelos jornalistas na abordagem – em conversas informais – de suspeitos de crimes.

“Esse aí já foi pego umas cinco vezes. Sai e só volta pior”, disse um dos jornalistas sobre um suspeito de crime. A fala tem relação com uma ação policial em uma região de periferia na Zona Sul de Macapá. Os jornalistas tratam o respectivo suspeito como uma figura conhecida do noticiário policial em virtude dos delitos cometidos por ele e retratados nos telejornais.

Foi possível perceber uma ideia de insegurança - sobre casos de violência urbana - e certa empatia com os trabalhos dos policiais. Segundo os profissionais, ocorrem frequentes ameaças, principalmente, aos apresentadores dos telejornais por meio dos números de telefone disponibilizados pela emissora para a participação do telespectador. Para um dos jornalistas, percebeu-se que as ameaças reforçam uma certa ideia de que o trabalho feito pela empresa é o correto, no “combate ao crime”.

Uma outra situação também chamou a atenção. Segundo um dos jornalistas, em 2019 um homem armado chegou a invadir o estúdio da emissora para ameaçar a equipe de reportagem e isto causou pânico entre os funcionários. Por conta da demanda de conteúdos policiais é comum que os apresentadores dos telejornais contratem seguranças pessoais para o trânsito entre o trabalho e a residência, ainda conforme as informações repassadas durante esta pesquisa.

ANEXO A – IMAGEM UTILIZADA NA PUBLICIDADE DO BALANÇO GERAL/AP

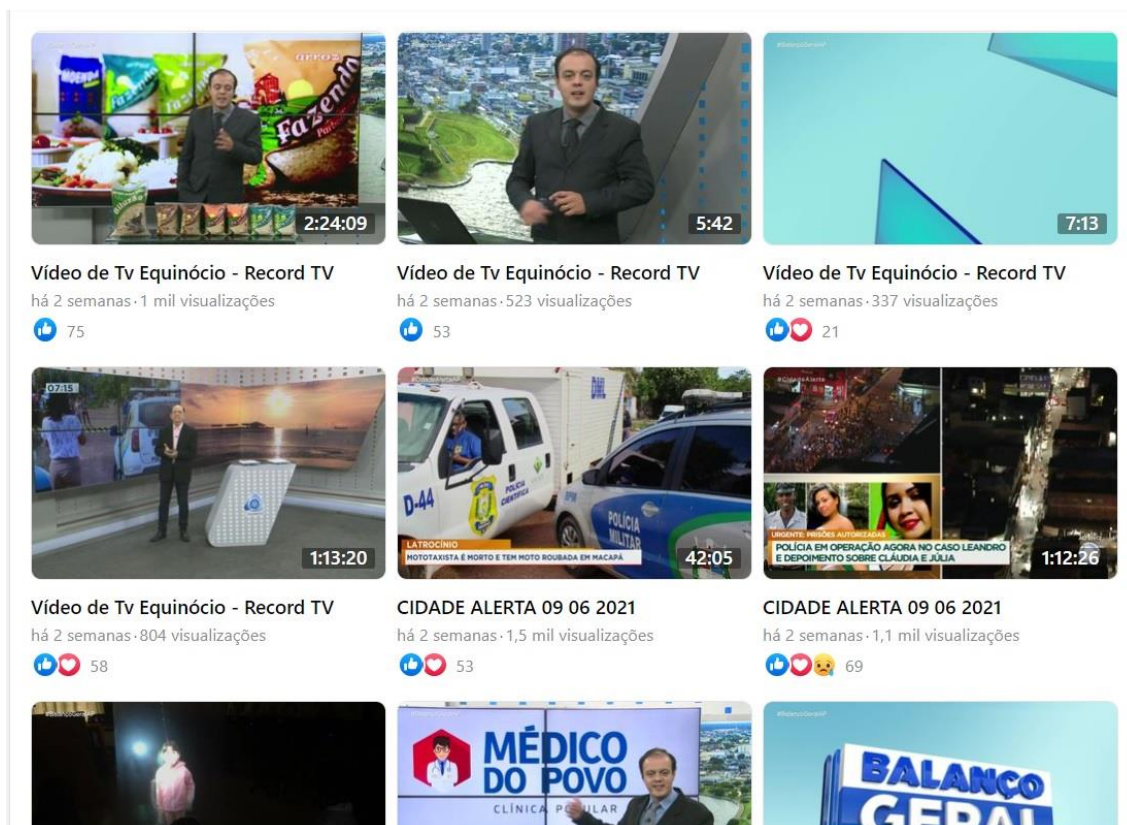
Fonte: Reprodução Facebook.

**ANEXO B – IMAGEM DA APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA
BALANÇO GERAL/AP**



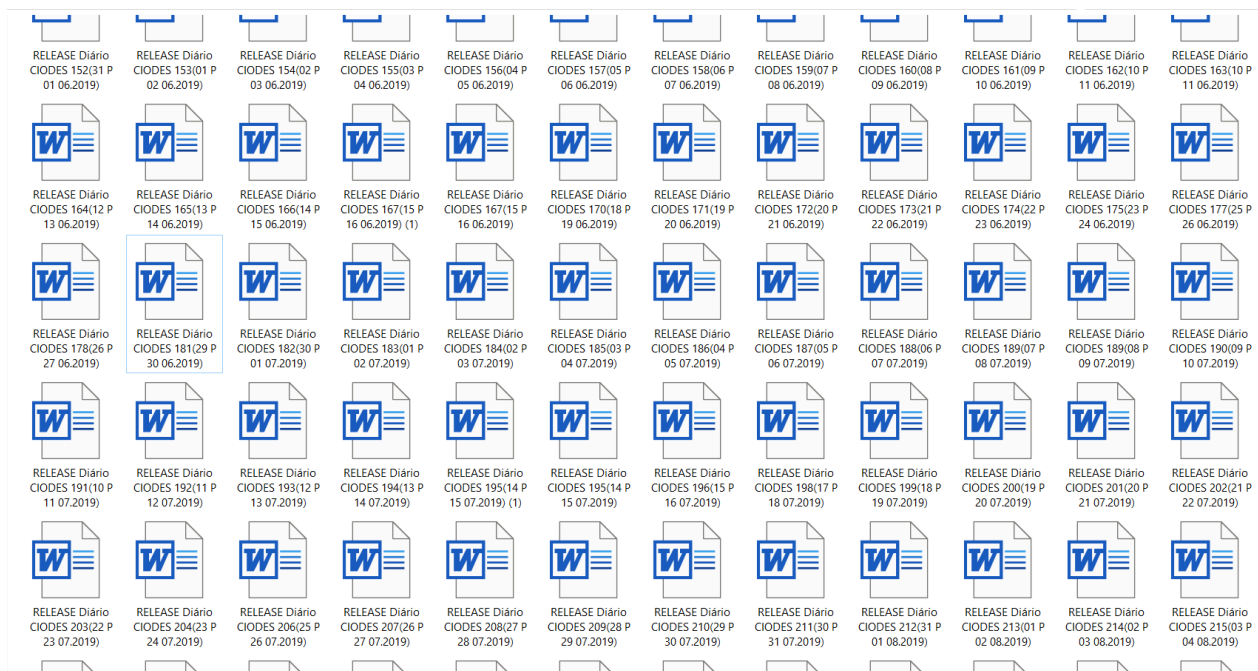
Fonte: Reprodução Facebook.

ANEXO C – IMAGEM DO CATÁLOGO DE VÍDEOS DA TV EQUINÓCIO NA PÁGINA DA REDE SOCIAL FACEBOOK



Fonte: Reprodução Facebook.

ANEXO D – CAPTURA DE TELA PARA EXEMPLIFICAR O MONTANTE DE RELATÓRIOS POLICIAIS UTILIZADOS NA PESQUISA



Fonte: Arquivo pessoal.

ANEXO E – RELATÓRIOS POLICIAIS COM AS OCORRÊNCIAS DESCRITAS NA PESQUISA

	Governo do Estado do Amapá Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública Centro Integrado de Operações de Defesa Social	
--	--	---

RELEASE DIÁRIO 172/2019 – CIODES - COORDENAÇÃO PMAP.
DATA: 20 P/ 21.06.2019 QUINTA - FEIRA P SEXTA - FEIRA (07h00min às 07h00min).

Resumo das ocorrências relevantes.

1º TURNO (07h00min às 19h00min)

Ocorrência	Natureza: ENTORPECENTES (TRÁFICO)	VTR
Local: AV. JOSÉ TUPINAMBA, JESUS DE NAZARÉ		Hora 16h02min
Resumo: EM PATRULHAMENTO PELO ENDEREÇO ACIMA CITADO A EQUIPE DA VTR 0318 AVISTOU TRÊS INDIVÍDUOS EM UM CARRO - QUE AO VEREM A EQUIPE FICARAM NERVOSOS, DEMONSTRANDO COM ISSO ATITUDE SUSPEITA - DESTA FORMA, REALIZAMOS ABORDAGEM E APÓS AS BUSCAS VEICULAR FOI ENCONTRADO COM O O INFRATOR ROBSON, NA BUSCA PESSOAL, DENTRO DE SUA CUECA, UMA PORÇÃO GRANDE DE SUBSTÂNCIAS SUPOSTAMENTE ENTORPECENTE POSSIVELMENTE MACONHA. DIANTE DO FLAGRANTE FOI DADA VOZ DE PRISÃO AOS INDIVÍDUOS E CONDUZIMOS OS MESMO ATÉ O CIOSP PARA AS MEDIDAS QUE O CASA REQUER. VALE RESSALTAR QUE FOI FEITO USO DE ALGEMAS, NÃO SÓ PARA RESGUARDAR A INTEGRIDADE FÍSICA DOS INFRATORES, COMO TAMBÉM DA EQUIPE, DE ACORDO COM A SUMULA VINCULANTE Nº 11 STF. QUE APÓS CONSULTA VIA CIODES CONSTATOU-SE QUE O INFRATOR ROBSON JÁ RESPONDEU PELOS CRIMES DE FORMAÇÃO DE QUADRILHA E FURTO QUALIFICADO OBJETOS DA OCORRÊNCIA: 01 VEÍCULO FIAT PÁLIO DE COR VINHO PLACA NEX4243 - 01 PORÇÃO SUBSTÂNCIA SUPOSTAMENTE ENTORPECENTE POSSIVELMENTE MACONHA. OBJETOS DO INFRATOR (ROBSON): 01 UM RELÓGIO NA COR PRATA - R\$ 40,00 (QUARENTA REAIS) - 01 CELULAR SAMSUNG OBJETOS DO INFRATOR (JOÃO PAULO): 01 IPHONE DE COR PRETA - 01 RELÓGIO DE COR PRATA - 02 MOLHOS DE CHAVES OBJETOS DO INFRATOR (JARNY): 01 CELULAR SAMSUNG COR AZUL - 01 BOLSA DE COR PRETA CONTENDO VÁRIOS DOCUMENTOS E CARTÕES 1º INFRATOR: ROBSON SARAIVA DE SOUZA - COM 24 ANOS DE IDADE - NATURAL DE MACAPÁ-AP 2º INFRATOR: JARNY ANDERSSSEN BRAGA GUIMARAES - COM 19 ANOS DE IDADE - NATURAL DE MACAPÁ-AP 3º INFRATOR: JOÃO PAULO ARAÚJO DE SOUZA - COM 21 ANOS DE IDADE - NATURAL DE MACAPÁ-AP		

Ocorrência	Natureza: MORTE POR INTERVENÇÃO DE AGENTE DO ESTADO	VTR
Local: AVENIDA PADRE ÂNGELO BIRAGUI, S/Nº, CONGÓS		Hora 17h28min

Resumo: EQUIPE POLICIAL FOI INFORMADA QUE HAVIA UM INDIVÍDUO ARMADO NO FINAL DA AV. PADRE ÂNGELO BIRAGUI. A EQUIPE, AO SE APROXIMAR PARA REALIZAR A ABORDAGEM, FOI VÍTIMA DE DISPAROS DE ARMA DE FOGO, VINDO A REAGIR E ALVEJAR O INFRATOR, PAULO ALEXANDRE BARRETO MONTEIRO, 22 ANOS, VULGO "MEIO QUILO". UM DOS INTEGRANTES DA EQUIPE, CB MIQUEIAS, FOI LESIONADO EM UMA DAS MÃOS AO BUSCAR ABRIGO. O INFRATOR FOI SOCORRIDO PELO CBM PARA O HOSPITAL DE EMERGÊNCIA, ONDE NÃO RESISTIU E FALEceu. FOI APREENDIDO COM O INFRATOR O REVÓLVER CALIBRE .38, Nº 77422, COM 4 MUNIÇÕES INTACTAS E 2 DEFLAGRADAS.

2º TURNO (19h00min às 07h00min)

Macapá/ap, 21 de Junho de 2019.

MARCELO FLEXA MONTEIRO – 2º TEN QOPMA
Responsável pelo Release/CICODES
 991534338

	Governo do Estado do Amapá Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública Centro Integrado de Operações de Defesa Social	
---	--	--

RELEASE DIÁRIO 191/2019 – CIODES - COORDENAÇÃO PMAP.
DATA:10 P/ 11.07.2019 QUARTA - FEIRA P QUINTA - FEIRA (07h00min às 07h00min).

1º TURNO (07h00min às 19h00min)

Resumo das ocorrências relevantes.

Ocorrência	Natureza: MORTE POR ACIDENTE DE TRABALHO	VTR
Local: RODOVIA JK/ POLO ORTHI FRUIT GRANJEIRO		Hora08h02min
Resumo: BOMBEIROS FORAM ACIONADOS POR FUNCIONÁRIOS DE UMA OLARIA DE UM POSSÍVEL ACIDENTE COM UM OPERÁRIO. AO CHEGAREM AO LOCAL DA OCORRÊNCIA, INFORMARAM QUE POR VOLTA DAS 5:30 UM OPERÁRIO DE UMA OLARIA FOI VÍTIMA DE UM DESABAMENTO DE PARTE UMA TORRE QUE CAIU EM CIMA DELE. SEGUNDO POPULARES O OPERÁRIO ATENDIA PELO NOME ACÁCIO, POREM SUA IDENTIDADE NÃO FOI CONFIRMADA. FOI CONSTATADO O ÓBITO NO LOCAL. POLITEC REALIZOU A PERÍCIA E REMOÇÃO.VÍTIMA: DESCONHECIDA		

Ocorrência	Natureza: MORTE NATURAL	VTR
Local: FERREIRA GOMES		Hora14h07min
Resumo: POR VOLTA DE 12H30 DEU ENTRADA NO HOSPITAL EM FERREIRA GOMES A REFERIDA VÍTIMA, ONDE SEGUNDO POPULARES ELE ENCONTRAVA-SE EM ÁREA RURAL QUANDO UMA ARVORE CAIU EM CIMA DE SUA CABEÇA, SENDO SOCORRIDO AO HOSPITAL, POREM NÃO RESISTIU E FOI A ÓBITO.VÍTIMA: SAMUEL SOARES ALCÂNTARA, 69 ANOS.		

Ocorrência	Natureza: ENTORPECENTES (TRÁFICO)	VTR
Local: ROD AP 70 2410 CURIAU		Hora14h49min
Resumo: SEGUNDO A EQUIPE DA VTR 3418 APÓS RECEBER UMA DENÚNCIA SOBRE ENTORPECENTES. ABORDOU UM INDIVIDUO FOI ENCONTRADO SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES INFRATOR:ELIELTON ROSARIO DOS SANTOS,19 ANOS,MCP INFRATORA (FILHA):NAYANE CAROLINE XAVIER MACIEL,13 ANOS,MCP INFRATORA (MÃE):CAROLINE JOSE XAVIER MACIEL,29 ANOS,STN OBJETOS APREENDIDOS:01 RELOGIO SEM MARCA DE COR AMARELA,01 PAR DE BRINCO DE COR AMARELA,01 TERÇO DE ORAÇÃO,01 MOCHILA DE COR VINHO COM ROUPAS,01 MOCHILA DE COR PRETA COM ROUPAS,01 CELULAR SAMSUNG DE COR PRETA,DOCUMENTOS PESSOAIS,11 PORÇÕES DE SUBSTANCIAS SUPOSTAMENTE ENTORPECENTE(TIPO MACONHA). CONDIÇÕES FISICAS NORMAIS NATUREZA:ENTORPECENTES (TRÁFICO)		

Ocorrência	Natureza: MORTE POR CHOQUE ELÉTRICO	VTR
Local: PASSAGEM DONA MÁRCIA, 130 – FAZENDINHA.		Hora16h04min
Resumo: CBM FOI ACIONADO PARA ATENDER UMA CRIANÇA VÍTIMA DE CHOQUE ELÉTRICO. AO CHEGAR NO LOCAL VERIFICARAM QUE UMA FIAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA ESTAVA EM CONTATO COM UMA REGIÃO ALAGADA NO QUINTAL DA CASA, ONDE A CRIANÇA TERIA IDO TOMAR BANHO QUANDO RECEBEU UMA DESCARGA ELÉTRICA. A EQUIPE TENTOU REANIMAÇÃO, PORÉM SEM SUCESSO E A VÍTIMA FOI A ÓBITO.VÍTIMA: MAIRA EDUARDA NEVES DA SILVA, 08 ANOS.		

Ocorrência	Natureza: SUICÍDIO	VTR
Local: RUA INSPETOR ANTONIO DE OLIVEIRA 2084, UNIVERSIDADE		Hora17h26min
Resumo: CBM FOI ACIONADO PARA ATENDER OCORRÊNCIA DE SUICÍDIO. AO CHEGAR NO LOCAL VERIFICOU-SE QUE A VÍTIMA TERIA SE ENFORCADO E JÁ SE ENCONTRAVA SEM SINAIS VITAIS E NÃO RESPONDIA AOS ESTÍMULOS. PC E POLITEC FORAM ACIONADOS PARA O LOCAL.VÍTIMA: ELIELTON DA LUZ DOS SANTOS, 28 ANOS		

Ocorrência PM10071900299224	Natureza: ROUBO/ TRÁFICO DE ENTORPECENTE/ PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO MORTE - POR INTERVENÇÃO DE AGENTE DO ESTADO	VTR
Local: RUA MARIA DA SILVA XAVIER, S/N, NOVO HORIZONTE		Hora16h55min

Resumo: POR VOLTA DAS 08H00 FOI REPASSADO VIA CIODES AS EQUIPES UMA OCORRENCIA DE ROUBO A RESIDENCIA EM QUE A VÍTIMA HAVIA SIDO TOMADA DE REFÉM E UMA QUANTIA HAVIA SIDO LEVADA, ALEM DE JÓIAS E VARIOS OBJETOS, CONFORME INFORMAÇÕES COLHIDAS SERIAM 05 (CINCO) INDIVIDUOS EM UM VEÍCULO SIENA COR BRANCA. AS 14H30MIN, NO BAIRRO ARAXA, FOI REGISTRADO UM ROUBO A UM POLICIAL MILITAR EM QUE FOI LEVADO SUA ARMA DE FOGO, HAVIA UM VEÍCULO E INDIVIDUOS COM AS MESMA CARACTERISTICAS. AS 15H00 FOI REPASSADO TAMBÉM VIA CIODES UMA OCORRENCIA DE ROUBO NA ZONA NORTE COM OS MESMOS MODOS OPERANTE, VÁRIOS INDIVIDUOS COM O REFERIDO VEÍCULO, ROUBARAM A ARMA DE OUTRO MILITAR. A EQUIPE RECEBEU INFORMAÇÕES ANONIMAS QUE O VEÍCULO E CRIMINOSOS ESTARIAM NO CITADO ENDEREÇO, CHEGANDO AO LOCAL FOI CONFIRMADO A VERACIDE DO FATO, AO ADENTRAR NA RESIDENCIA VARIOS INDIVIDUOS EMPREENDERAM FUGA, CORRERAM ARMADOS PULANDO QUINTAIS E INVADINDO CASAS PROXIMAS. AO EFETUAR BUSCAS AS EQUIPES CONSEGUIRAM VISUALIZAR UM DOS INFRATORES HOMIZIADO EM UMA RESIDENCIA, AO AVISTAR AS GUARNIÇÕES EFETUOU DISPAROS CONTRA EQUIPE, ESTES REAGIRAM INJUSTA AGRESSÃO E ALVEJARAM O INFRATOR, EM ATO CONTINUO FOI SOLICITADO SOCORRO DE URGENCIA, O SAMU COMPARECEU AO LOCAL E CONSTATOU O ÓBITO. FOI APREENDIDO UM VEÍCULO SIENA, COR BRANCA, QLQ2966, MOTOCICLETA HONDA BIZ DE COR PRETA DE PLACA NEU6194, 01 (UMA)PT DE MARCA TAURUS CALIBRE .40 MODELO 640, 05 PORÇÕES SUPOSTAMENTE CRACK, 02 PORÇÕES DE SUPOSTAMENTE MACONHA, JÓIAS, CELULARES, QUANTIA. DE ACORDO COM CONSULTA NOS SISTEMAS O INFRATOR JÁ TINHA PASSAGEM PELO IAPEN CONFORME ART. 121 E 157, ESTAVA EM ABERTO DOMICILIAR. INFRATOR 01: ENGLISTER RICHARD ASSUNÇÃO MELO, 22 ANOS (ÓBITO) INFRATOR 02: KEITIELEN KARINE BARBOSA DE LIMA, 22 ANOS INFRATOR 03: VALENA RIBEIRO RODRIGUES, 24 ANOS VÍTIMAS: IRACEMA MOREIRA DA CONCEIÇÃO, 64 ANOS VÍTIMAS: AUGUSTO DA SILVA CAMPOS, 48 ANOS VÍTIMAS: ANTONIO CARLOS NUNES CASTELO, 49 ANOS

2º TURNO (19h00min às 07h00min)

Ocorrência	Natureza ENTORPECENTES (TRÁFICO)	VTR
Local: RUA ARIOSVALDO COELHO CAXIAS-CIDADE NOVA		Hora 22h50min
Resumo: A EQUIPE EM PATRULHAMENTO NO ENDEREÇO SUPRA CITADO, AVISTOU UM INDIVIDUO EM ATITUDE SUSPEITA NA ENTRADA DE UM BECO, QUE O INDIVIDUO AO PERCEBER A APROXIMAÇÃO DA EQUIPE, EMPREENDEU FUGA PULANDO CERCAS E TELHADOS DE ALGUMAS RESIDÊNCIAS E QUE NA FUGA TENTAVA SE DESFAZER DE UMA SACOLA PRETA, PORÉM A EQUIPE CONSEGUIU DETER O INDIVIDUO DE NOME LORRAN CORDEIRO SANTOS. QUE NA ABORDAGEM FOI ENCONTRADO DE POSSE DE LORRAN UMA SACOLA PRETA CONTENDO DUAS PORÇÕES GRANDES E QUATRO PORÇÕES PEQUENAS DE SUBSTÂNCIAS SUPOSTAMENTE MACONHA, UMA BALANÇA DE PRECISÃO, SACOLAS PARA EMBALAGEM E QUARENTA E DOIS REAIS. QUE DIANTE DOS FATOS O INFRATOR FOI APRESENTADO NO CIOSP DO PACOVAL PARA AS PROVIDÊNCIAS QUE O CASO REQUER. QUE DURANTE A FUGA, O INFRATOR SOFREU ALGUMAS ESCORIAÇÕES. QUE FOI FEITO O USO DE ALGEMAS PELA EQUIPE, PARA RESGUARDAR A INTEGRIDADE FÍSICA DO INFRATOR E DA EQUIPE DE ACORDO COM A SÚMULA VINCULANTE Nº11 DO STJ. INFRATOR: LORRAN CORDEIRO SANTOS, 21 ANOS, NATURAL DE MACAPÁ.		

Macapá/ap, 11 de julho de 2019.

MARCELO FLEXA MONTEIRO – 2º TEN QOPMA
Responsável pelo Release/CIODES
 991534338

	Governo do Estado do Amapá Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública Centro Integrado de Operações de Defesa Social	
--	--	---

RELEASE DIÁRIO 230/2019 – CIODES - COORDENAÇÃO PMAP.
DATA:18 P/ 19.08.2019 DOMINGO P SEGUNDA - FEIRA (07h00min às 07h00min).

Resumo das ocorrências relevantes.

1º TURNO (07h00min às 19h00min)

Ocorrência	Natureza: MORTE POR INTERVENÇÃO DE AGENTE DO ESTADO	VTR
Local: AVENIDA NAÇÕES UNIDAS, 1640, CENTRO, SANTANA-AP		Hora16h45min
Resumo: ACIONADAS PARA ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIA REPASSADA PELA CENTRAL DO 4º BPM, ONDE ESTARIA ACONTECENDO UM ROUBO A RESIDÊNCIA NA AVENIDA 7º DE SETEMBRO COM RUA COSTA E SILVA, NA ÁREA COMERCIAL DO MUNICÍPIO, AS EQUIPES INTERCEPTARAM UM VEÍCULO COM DOIS INDIVÍDUOS COM OS QUAIS ENCONTRARAM OBJETOS ROUBADOS DO ENDEREÇO SUPRACITADO. DURANTE A ABORDAGEM OS INFRATORES INFORMARAM QUE HAVIA UM TERCEIRO ENVOLVIDO QUE ESTARIA COM UMA ARMA DE FOGO. DIANTE DA INFORMAÇÃO, A EQUIPE DA VTR 2718 DESLOCOU-SE ATÉ A AVENIDA DAS NAÇÕES ONDE ENCONTROU O REFERIDO INFRATOR QUE, AO AVISTAR OS POLICIAIS, REALIZOU DISPAROS DE ARMA DE FOGO CONTRA A EQUIPE, QUE REVIDOU DE FORMA PROPORCIONAL CONTENDO A AÇÃO DO INFRATOR. O SAMU FOI ACIONADO PARA SOCORRO DE URGÊNCIA E CONSTATOU O ÓBITO DO CRIMINOSO. FEITA A PESQUISA DE SITUAÇÃO CRIMINAL DOS ENVOLVIDOS, CONFIRMOU-SE QUE GILMAR MACHADO JESUS ENCONTRAVA-SE FORAGIDO DO INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA (IAPEN). A POLÍCIA CIVIL E POLITEC FORAM ACIONADAS PARA AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS. INFRATORES: ANDERSON CARDOSO BARBOSA, 21 ANOS, SANTANA-AP. (ÓBITO); FRANCISCO ADALMIR RODRIGUES DE FREITAS E GILMAR MACHADO JESUS (FORAGIDO).		

2º TURNO (19h00min às 07h00min)

Ocorrência PM19081900308286	Natureza: TENTATIVA DE HOMICÍDIO	VTR
Local: AVENIDA JOSÉ CESÁRIO, S/N, LARANJAL DO JARI-AP		Hora04h04min
Resumo: A EQUIPE FOI ACIONADA PARA ATENDER OCORRÊNCIA DE DISPARO DE ARMA DE FOGO, CHEGANDO AO LOCAL DEPAROU-SE COM A VÍTIMA ATINGIDA POR 04 (QUATRO) DISPAROS DE ARMA DE FOGO. FOI SOLICITADO O APOIO DO CORPO DE BOMBEIROS QUE SOCORREU A PESSOA LESIONADA ATÉ O HOSPITAL DO		

MUNICÍPIO. O AUTOR DOS DISPAROS NÃO FOI LOCALIZADO.VÍTIMA: EDILSON SILVA DA COSTA, 23 ANOS, NATURAL DE MACAPÁ - AP

Macapá/ap, 19 de agosto de 2019.

MARCELO FLEXA MONTEIRO – 2º TEN QOPMA
Responsável pelo Release/CIODES
991534338

	Governo do Estado do Amapá Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública Centro Integrado de Operações de Defesa Social	
--	--	---

RELEASE DIÁRIO 266/2019 – CIODES - COORDENAÇÃO PMAP.
DATA: 22 P/ 23.09.2019 DOMINGO P SEGUNDA - FEIRA (07h00min às 07h00min).

Resumo das ocorrências relevantes.

1º TURNO (07h00min às 19h00min)

Ocorrência	Natureza: ACIDENTE DE TRÂNSITO VÍTIMA PARCIAL	VTR
Local: PROXIMO AO CIOSP DO NOVO HORIZONTE		Hora 05h00min
Resumo: O SOLICITANTE INFORMOU QUE UM VEÍCULO, PROXIMO AO CIOSP DO NOVO HORIZONTE, ATROPELOU 05 PESSOAS, E SE EVADIU DO LOCAL. QUE AS VÍTIMAS FORAM PARA O H.E NAS VTRS DO SAMU, A EQUIPE POSTERIORMENTE CONSEGUIU CAPTURAR O INFRATOR CONDUTOR 01: ANDERSON FIGUEIREDO BELFORT DA SILVA, NAO INFORMOU IDADE VEICULO 01: NEQ9158 - VW/GOL VERMELHO VITIMA 01: ROMILDO SILVA DOS SANTOS, 26 ANOS, VITIMA 02: JOAO PAULO SILVA DOS SANTOS, 20 ANOS VITIMA 03: MARCOS NASCIMENTO AURELIO, 19 ANOS VITIMA 04: HUANDERSON IAN CASTRO GAIA, 25 ANOS VITIMA 05: ARAIDERVAN CASTRO GAIA, 27 ANOS BOAT Nº 1543/VITIMA PARCIAL/CB GEISON/BPTRAN O CONDUTOR AUTUADO NO ART 165- E 230-V, REALIZADO O TESTE DE CONSTATAÇÃO Nº 001059 E O TERMO RECUSA Nº 0939; A EQUIPE NAO OBTEVE CONTATO COM AS VITIMAS SOBRE ESTADO DE SAUDE, ESTA OFICIALA CONTATO COM O PERMANENCIA DO H.E SD NERY INFORMOU QUE O ESTADO DAS VITIMAS É ESTAVEL; O VEICULO DO CONDUTOR FOI REMOVIDO AO PATIO DO DETRAN APÓS O LOCAL TER SIDO PERICIADO, A EQUIPE SE DESLOCOU PARA O CIOSP DO PACOVAL PARA APRESENTAÇÃO DO CONDUTOR. QUE FOI APRESENTADO NO CIOSP DO PACOVAL.		

Ocorrência	Natureza: ACIDENTE DE TRÂNSITO VÍTIMA PARCIAL	VTR
Local: RODOVIA JK – PROX A FAMAP		Hora 09h00min
Resumo: SEGUNDO O SOLICITANTE INFORMOU QUE UM VEÍCULO, PROXIMO A FAMAP NA JK, ATROPELOU 02 PESSOAS, NA PARADA DE ONIBUS. QUE AS VÍTIMAS FORAM PARA O H.E NAS VTRS DO SAMU, QUE O INFRATOR FOI PEGO NO LOCAL. CONDUTOR 01/VITIMA 03: MANOEL DE JESUS DUARTE DOS SANTOS, 44 ANOS VEICULO 01: NES9845 - FIAT PALIO CINZA VITIMA 01: FRANCISCA LOBATO MIRANDA, 51 ANOS, VITIMA 02: MARIA NAZARE OLIVEIRA MIRANDA, 12 ANOS BOAT Nº 443 /VITIMA PARCIAL/SGT JOSEVALBER/BPRE O CONDUTOR AUTUADO NO ART 165- E 230-V, SUBMETIDO AO TESTE DO ETILÔMETRO Nº 1292, E RETESTE 1293, TENDO COMO RESULTADO: 0,41 E 0,59 MG/L; A EQUIPE OBTEVE CONTATO COM AS VITIMAS SOBRE ESTADO DE SAUDE NO H.E E ESTAS ESTAVAM SENDO MEDICADAS, ESTADO DE SAUDE ESTAVEL, E O CONDUTOR FOI MEDICADO E LIBERADO PELOS MEDICOS, O LOCAL PERICIADO PELA POLITEC; VEICULO REMOVIDO AO PATIO DO DETRAN CONDUTOR FOI LEVADO PARA O H.E PARA RECEBER ATENDIMENTO MEDICO E APOS TER SIDO LIBERADO FOI APRESENTADO NO CIOSP DO PACOVAL PARA PROVIDENCIAS CABIVEIS;		

Ocorrência	Natureza: ACIDENTE DE TRÂNSITO CARRO/ MOTO VÍTIMA FATAL	VTR
Local: MUNICIPIO DE FERREIRA GOMES		Hora16h00min
Resumo: POR VOLTA DAS 16H DO DIA 22/09/2019, A EQUIPE DE SERVIÇO DO MUNICIPIO DE FERREIRA GOMES -AP, ATENDEU UMA OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO COM VÍTIMA PARCIAL NO CRUZAMENTO DA AV. OSMAR CLAUDIO BARBOSA COM A RUA FRANCISCO MENDONÇA DOS ANJOS, BAIRRO: MONTANHA, ENVOLVENDO UMA CAMINHONETE L200 TRITON, DE COR BRANCA, DE PLACA QLP1433, PERTENCENTE A EMPRESA ELINSA – ELETROTÉCNICA, CONDUZIDA PELO SR. JOSEMIR CORREA LISBOA E A MOTOCICLETA DE PLACA NEM6583, HONDA NXR125 BROSS DE COR PRETA, CONDUZIDA PELA VÍTIMA SRª KEILA LIMA BARROS REIS, 34 ANOS. A VÍTIMA FOI REMOVIDA AO HOSPITAL DE EMERGÊNCIA ONDE FOI ATENDIDA, PORÉM, NÃO RESISTIU AOS FERIMENTOS E VEIO A ÓBITO. POR VOLTA DE 01H20, DO DIA 23/09/2019, FOI REQUISITADA A REMOÇÃO POR MORTE VIOLENTA PELA AUTORIDADE POLICIAL. MOMENTO EM QUE, O CIODES TOMOU CONHECIMENTO DA MORTE DA VÍTIMA.		

Ocorrência	Natureza: MORTE POR INTERVENÇÃO POR AGENTE DO ESTADO. LOCAL:	VTR
Local: ÁREA DE MATA, ATRÁS DO PARQUE AQUÁTICO DO GREGO – BAIRRO NOVA BRASÍLIA – SANTANA.		Hora18h23min
Resumo: AS EQUIPES DO BATALHÃO DA FORÇA TÁTICA ESTAVAM EMPATRULHAMENTO NO MUNICIPIO DE SANTANA, QUANDO RECEBERAM UMA DENÚNCIA DE UM CIDADÃO QUE NÃO QUIS SE IDENTIFICAR, O QUAL RELATOU QUE HAVIA VÁRIOS ELEMENTOS INTEGRANTES DE UMA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA PORTANDO E EXIBINDO ARMAS DE FOGO EM UMA FESTA NO PARQUE AQUÁTICO DO GREGO. AO AVISTAREM AS EQUIPES, OS ELEMENTOS EVADIRAM-SE PARA DENTRO DE UMA ÁREA DE MATA ALAGADA REALIZANDO DISPAROS EM DIREÇÃO AOS POLICIAIS MILITARES QUE, EM AÇÃO CONTÍNUA, REVIDARAM A INJUSTA AGRESSÃO, MOMENTO EM QUE UM DOS ELEMENTOS, QUE PORTAVA UMA ARMA DE FOGO COM NUMERAÇÃO SUPRIMIDA, TIPO PISTOLA. 40, FOI ATINGIDO E NEUTRALIZADO. O ELEMENTO FOI CONDUZIDO AO HOSPITAL DE EMERGÊNCIA DAQUELE MUNICÍPIO, MAS NÃO RESISTIU AOS FERIMENTOS E VEIO A ÓBITO. PELO SISTEMA INFONSEG, VERIFICOU-SE QUE O CIDADÃO ALVEJADO IRIA COMPLETAR MAIOR IDADE NO MÊS DE OUTUBRO DO CORRENTE ANO, E, QUE RESPONDIA POR ATO INFRACIONAL ANÁLOGO A HOMICÍDIO NA VARA DA INFÂNCIA E ADOLESCENTE DO MUNICIPIO DE SANTANA. INFRATOR: DAVID DE ALMEIDA SOUZA.		

2º TURNO (19h00min às 07h00min)

Ocorrência	Natureza: HOMICÍDIO	VTR
Local: BALNEÁRIO BRISA DO MAR, RAMAL DA OLARIA, SANTANA		Hora00h25min
Resumo: POR VOLTA DAS 03H28, DO 23/09/2019, O DELEGADO DA 1ª DP DE SANTANA SOLICITOU A REMOÇÃO DO CADÁVER DO CORPO DE EDSON DIEGO DE SOUZA, 25 ANOS, VÍTIMA DE OBJETO PÉRFUTO CORTANTE (FACA) O QUAL VEIO A ÓBITO NO HOSPITAL DE EMERGÊNCIA DE SANTANA. O FATO ACONTECEU NO BALNEÁRIO BRISA DO MAR, LOCALIZADO NO RAMAL DA OLARIA, BAIRRO ELESBÃO. UMA EQUIPE DA PMAP DO 4º BPM DESLOCOU-SE A QUELA UNIDADE DE SAÚDE ONDE FAMILIARES INFORMARAM QUE O FATO TERIA ACONTECIDO POR VOLTA DAS 00H25 DO REFERIDO DIA E, QUE O SUSPEITO DE COMETER O CRIME SERIA UM DESAFETO CONHECIDO PELO ALCUNHA DE “BICACA”. A VÍTIMA APRESENTAVA UMA LESÃO NA REGIÃO LOCALIZADA ENTRE O PESCOÇO E O PEITO E OUTRA NO BRAÇO. FOI REALIZADO DILIGÊNCIAS, MAS O SUSPEITO NÃO FOI LOCALIZADO.		

Ocorrência	Natureza: HOMICÍDIO	VTR
------------	---------------------	-----

Local: AV. ALEXANDRE FERREIRA DA SILVA/ RUA IRACEMA CASTRO SANTOS	Hora21h05min
Resumo: POR VOLTA DAS 21H00, DO DIA 22/09/19, O SRº PEDRO YAGO SILVA SANTOS, 20 ANOS – MACAPÁ-AP, FOI LESIONADO POR OBJETO PÉRFURO CORTANDE (FACA) NA REGIÃO DO PEITO ESQUERDO (CORÇÃO), FATO OCORRIDO NO CRUZAMENTO DA AV. ALEXANDRE FERREIRA DA SILVA/ RUA IRACEMA CASTRO SANTOS – BAIRRO NOVO HORIZONTE, EM FRENTE A UM BAR LOCALIZADO NESTE CRUZAMENTO, A VÍTIMA FOI CONDUZIDA COM VIDA POR POPULARES A UPA DO NOVO HORIZONTE, MAS NÃO RESISTIU AOS FERIMENTOS E VEIO A ÓBITO NAQUELA UNIDADE DE SAÚDE. ANTES DE FALECER, A VÍTIMA CHEGOU A IMPUTAR O FATO TÍPICO A UM ELEMENTO CONHECIDO POR “ROSIVALDO”. SEGUNDO FAMILIARES A VÍTIMA E O SUPOSTO INFRATOR JÁ POSSUÍAM ANTECEDENTES DE VIAS DE FATO. A OCORRÊNCIA FOI REPASADA A POLÍCIA JUDICIÁRIA PARA OS DEMAIS PROCEDIMENTOS.	

Ocorrência	Natureza: LESÃO CORPORAL POR ARMA DE FOGO	VTR
Local: RUA HAMILTON SILVA ESQUINA COM A TUPIS	Hora01h12min	
Resumo: SEGUNDO O SOLICITANTE INFORMOU QUE ESTÁ TENDO TIROTEIO NESSE LOCAL. MUITA GRITARIA. NÃO SOUBE FORNECER MAIS DADOS. EQUIPE DA VTR 4519 NO LOCAL, CONFIRMOU QUE UMA PESSOA FOI ALVEJADA E QUE FOI CONDUZIDA POR MEIOS PRÓPRIOS AO HE. CMT DA EQUIPE FEZ CONTATO COM UM CIDADAO NO LOCAL, QUE SE IDENTIFICOU COMO PRIMO DA VÍTIMA, QUE DISSE NÃO SABER QUEM EFETUOU OS DISPAROS. VÍTIMA FOI CONDUZIDA AO H.E POR UM TIO, TEVE DOIS FERIMENTOS POR ARMA DE FOGO NA ALTURA DO PEITO, PASSANDO POR CIRURGIA. VÍTIMA: RENAN WENDREK MESQUITA DOS SANTOS		

Ocorrência	Natureza: ROUBO A ESTABELECIMENTO COMERCIAL	VTR
Local GARDEN SHOPPING	Hora04h24min	
Resumo: SENHOR MARCOS VALERIO, RESPONSÁVEL PELO MONITORAMENTO DO SHOPPING GARDEM, INFORMOU QUE 05 ELEMENTOS EMCAPUZADOS, ARMADOS COM ARMA DE FOGO ADENTRARAM O SHOPPING GARDEM PELA PORTA LATERAL E RENDERAM OS 04 (QUATRO) VIGILANTES. AS EQUIPES DO 1º, 5º E 10 º BATALHOËS FORAM AO LOCAL, MAS OS INFRATORES JÁ HAVIAM SE EVADIDO. FOI RELATADO QUE ALÉM DE EMCAPUZADOS, UTILIZAVAM LUVAS PARA DIFICULTAR A IDENTIFICAÇÃO. FOI SUBTRAÍDO DOIS COFRES, UM DELES COM A RENDA DO ESTACIONAMENTO. SEGUNDO OS VIGILANTES, A PORTA LATERAL FICA ABERTA PARA USO DOS BANHEIROS. NÃO FOI POSSÍVEL OBTER AS IMAGENS DAS CAMERAS DE MONITORAMENTO, POIS FORAM ARRANCADAS E LEVADAS. AS VÍTIMAS, QUE FORAM TRANCADAS NO BANHEIRO, INFORMARAM QUE O FATO ACONTECEU POR VOLTA DAS 03H30MIN. TODOS FORAM ORIENTADOS A REGISTRAR UMA OCORRÊNCIA.		

Macapá/ap, 23 de setembro de 2019.

MARCELO FLEXA MONTEIRO – 2º TEN QOPMA
Responsável pelo Release/CIODES
991534338

	Governo do Estado do Amapá Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública Centro Integrado de Operações de Defesa Social	
--	--	---

RELEASE DIÁRIO 263/2019 – CIODES - COORDENAÇÃO PMAP.
DATA: 19 P/ 20.09.2019 QUINTA - FEIRA P SEXTA - FEIRA (07h00min às 07h00min).
Resumo das ocorrências relevantes.

1º TURNO (07h00min às 19h00min)

Ocorrência	Natureza: ENCONTRO DE CADAVER	VTR
Local: OIAPOQUE		Hora 17h00min
Resumo: POR VOLTA DAS 17HORAS, DO DIA 19/09/2019, FOI INFORMADO PELO POLICIAMENTO DO MUNICIPIO DE OIAPOQUE-AP QUE FOI ENCONTRADO UM CADAVER BOIANDO NO RIO PRÓXIMO A PONTE BINACIONAL E QUE NÃO FOI POSSIVEL IDENTIFICÁ-LO. A POLÍCIA CIVIL E A POLITEC FORAM ACIONADAS E TOMARAM AS MEDIDAS PERTINENTES AO CASO.		

Ocorrência	Natureza: ENTORPECENTES (TRÁFICO)	VTR
Local: SEGUNDA AVENIDA, NÚMERO 387, BAIRRO ZERÃO, ÁREA DE PONTE.		Hora 18h21min
Resumo: A EQUIPE INFORMOU QUE APÓS RECEBER DENÚNCIA ANONIMA DE TRÁFICO DE DROGAS, DESLOCOU-SE ATÉ O LOCAL INFORMADO E ENCONTROU DURANTE AS BUSCAS VÁRIAS PORÇÕES DE SUBSTÂNCIA SUPOSTAMENTE ENTORPECENTE, TIPO MACONHA, SENDO, 60 PORÇÕES PEQUENAS E 01 PORÇÃO GRANDE. OS INFRATORES: MARIA DAS GRAÇAS GOMES PINTO, 48 ANOS, BREVES-PA E ALDENIR MACHADO DO CARMO, 36 ANOS, MELGAÇO-PA, FORAM PRESOS EM FLAGRANTE E APRESENTADOS NO CIOSP/PACOVAL JUNTAMENTE COM O MATERIAL APREENDIDO.		

2º TURNO (19h00min às 07h00min)

Ocorrência PM18091900315476	Natureza: ROUBO A TRANSPORTE COLETIVOS	VTR
-----------------------------	--	-----

Local: ROD. JUSCELINO KUBITSCHEK, KM 02 - JARDIM MARCO ZERO, MACAPÁ - AP, 68903-419, BRASIL.	Hora 21h15min
Resumo: O SOLICITANTE INFORMOU AO CIODES QUE UM ONIBUS DA EMPRESA SIÃO TUR, LINHA MACAPABA FOI ROUBADO POR 02 INDIVIDUOS, OS QUAIS, PORTAVAM ARMA DE FOGO E ARMA BRANCA, NA OCASIÃO, SUBTRAIRAM VÁRIOS PERTENCES DOS PASSAGEIROS E FUGIRAM TOMANDO RUMO IGNORADO. UMA EQUIPE PM FOI ACIONADA PELO MOTORISTA DO REFERIDO ONIBUS. EM ATO CONTINUO INICIARAM DILIGÊNCIA, A FIM DE PRENDER OS INFRATORES. QUE TEMPO DEPOIS, OS SUSPEITOS FORAM AVISTADOS NA RUA MAROLA GATO, INSTANTE EM QUE A EQUIPE INICIOU PROCEDIMENTO DE ABORDAGEM, NA OCASIÃO, UM DOS SUSPEITOS EXIBIU UMA ARMA EM DIREÇÃO A VIATURA, O QUE LEVOU HA UM DOS POLICIAIS A EFETUAR DISPARO DE ARMA DE FOGO PARA RESGUARDAR A INTEGRIDADE FÍSICA DA EQUIPE, PORÉM, ESTILHAÇOS ATINGIRAM SUPERFICIALMENTE A PERNA DIREITA DO NACIONAL DE PRÉ NOME JACKSON, O QUAL ESTAVA EM VIA PÚBLICA. APÓS O OCORRIDO, OS INFRATORES, LUAN SILVA PONTES, 18 ANOS E UM MENOR, DE 16 ANOS, AMBOS NATURAIS DE MACAPÁ-AP FORAM PRESO E APREENDIDO, RESPECTIVAMENTE. O NACIONAL JACKSON FOI CONDUZIDO AO H.E PARA ATENDIMENTO MÉDICO E LIBERADO. OS INFRATORES JUNTAMENTE COM A VÍTIMA, TESTEMUNHAS E OS MATERIAIS APREENDIDOS (5 CELULARES; 01 MOCHILA DE COR PRETA; 01 MOLETON; 01 FACA DE CABO BRANCO E UM SIMULACRO DE ARMA DE FOGO NUMERAÇÃO 99	

Macapá/ap, 20 de setembro de 2019.

MARCELO FLEXA MONTEIRO – 2º TEN QOPMA
Responsável pelo Release/CIODES
991534338

	Governo do Estado do Amapá Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública Centro Integrado de Operações de Defesa Social	
---	--	---

RELEASE DIÁRIO 267/2019 – CIODES - COORDENAÇÃO PMAP.
DATA: 23 P/ 24.09.2019 SEGUNDA - FEIRA P TERÇA - FEIRA (07h00min
às 07h00min).

1º TURNO (07h00min às 19h00min)

Ocorrência	Natureza: ROUBO (OUTROS)	VTR
Local: SÉTIMA AVENIDA - CONGÓS		Hora: 16h07min
Resumo: EQUIPE INFORMOU QUE FOI ABORDADO 04 INDIVÍDUOS NO ENDEREÇO INFORMADO E QUE FOI ENCONTRADA UMA MOTOCICLETA DE PLACA: NEN6319 CHASSI: 9C2JA04208R145166 MARCA/MOD: HONDA/BIZ 125 ES ANO FAB: 2008 COR: 15-VERMELHA PROPRIETÁRIO: C HERCULANO BARBOSA ME. FOI VERIFICADO QUE A MOTOCICLETA FOI UTILIZADA, POR DOIS INFRATORES ARMADOS COM ARMA DE FOGO, PARA EFETUAR UM ROUBO A ALUNOS DA ESCOLA NACI RIBEIRO, ONDE FOI SUBTRAÍDO MOCHILAS E CELULARES. A PLACA DA MOTOCICLETA FOI INFORMADA POR TESTEMUNHAS OCULARES DO ROUBO. DURANTE A REVISTA NOS SUSPEITOS E NA RESIDÊNCIA, ALÉM DA MOTOCICLETA, FOI ENCONTRADO MOCHILAS E CELULARES POSSIVELMENTE DAS VÍTIMAS DO ROUBO A TRANSEUNTE INFRATOR 01: JONATAN DA SILVA LAGOIA, FILHO DE: MARIA DO SOCORRO DA SILVA. INFRATOR 02: IPUJUCAN DA LUZ NASCIMENTO NETO, INFRATOR 03: MAYCON FREITAS PINHEIRO, FILHO DE: MARINEIA RODRIGUES DE FREITAS. (RECONHECIDO, PELAS VÍTIMAS DO ROUBO NA ESCOLA NACI RIBEIRO) INFRATOR 04: JOSE ANTONIO FREITAS DO NASCIMENTO, FILHO DE: INEIDE RODRIGUES DE FREITAS. (RECONHECIDO, PELAS VÍTIMAS DO ROUBO NA ESCOLA NACI RIBEIRO) OBJETOS: TRÊS CELULARES, UMA MOCHILA, UM CORDÃO DE METAL AMARELO, TRÊS ANÉIS DE METAL PRATA, UM PAR DE BRINCO E UMA CHAVE MESTRA PARA MOTOCICLETA.		

Resumo das ocorrências relevantes.

2º TURNO (19h00min às 07h00min)

Ocorrência	Natureza: MORTE - POR INTERVENÇÃO DE AGENTE DO ESTADO	VTR
Local: AV. BRASÍLIA, Nº: 1752 - NOVA BRASÍLIA (MUNICÍPIO: SANTANA)		Hora 23h30min
Resumo: RECEBEMOS INFORMAÇÕES, POR DENÚNCIA ANÔNIMA, QUE VÁRIOS INDIVÍDUOS ESTAVAM EM UMA VILA DE KITNETS LOCALIZADO NA AV. BRASÍLIA, ENTRE A RUA EUCLÍDES RODRIGUES E NELCIANA VASQUES, NUMERAL 1752, QUE, OS MESMOS ESTAVAM CONSUMINDO SUBSTÂNCIA ENTORPECENTE E EXIBINDO ARMA DE FOGO. DIANTE DAS INFORMAÇÕES AS EQUIPES DESLOCARAM ATÉ O LOCAL PARA AVERIGUAR A VERACIDADE DO QUE FORA REPASSADO. AO CHEGARMOS NO ENDEREÇO SUPRA CITADO, NOS DEPARAMOS COM 03 (TRÊS) INDIVÍDUOS NO CORREDOR QUE DA ACESSO AOS KITNETS E AO AVISTAREM AS EQUIPES, OS INDIVÍDUOS CORRERAM E ADENTRARAM NO ÚLTIMO APARTAMENTO. AS EQUIPES DESLOCARAM PARA REALIZAR O PROCEDIMENTO DE ABORDAGEM, E AO NOS APROXIMARMOS DA PORTA DO REFERIDO APARTAMENTO, OS INDIVÍDUOS REAGIRIAM EFETUANDO DISPARO DE ARMA DE FOGO CONTRA AS GUARNIÇÕES, SE FAZENDO NECESSÁRIO O REVIDE A ALTURA CONTRA A INJUSTA AGRESSÃO, VINDO ASSIM, A NEUTRALIZAR UM DOS INFRATORES QUE ESTAVA DE POSSE DE UM REVOLVER CALIBRE .38 NA COR PRETA E CABO EMBORRACHADO, NÃO SENDO POSSÍVEL IDENTIFICAR A NUMERAÇÃO (RASPADA), QUE FOI RECOLHIDO PELA POLITEC APÓS PROCEDIMENTO DE PERÍCIA. NA AÇÃO, OS DEMAIS INDIVÍDUOS ENVOLVIDOS EMPREENDERAM FUGA PELA PORTA DE TRÁS DO APARTAMENTO, TOMANDO DESTINO IGNORADO. DE IMEDIADO FOI SOLICITADO APOIO DE URGÊNCIA JUNTO CORPO DE BOMBEIROS PARA PRESTAR SOCORRO AO INDIVÍDUO ALVEJADO, QUE AO CHEGAREM NO LOCAL, FOI CONSTATADO QUE O INFRATOR JÁ ESTAVA SEM SINAIS VITAIS E EM RAZÃO DISSO SEU O ÓBITO. SENDO ENTÃO FEITO O ISOLAMENTO DO LOCAL, E INFORMADO A AUTORIDADE POLICIAL PLANTONISTA, QUE ACIONOU A PERÍCIA PARA O LOCAL. DIANTE DOS FATOS DESLOCAMOS ATÉ ESTÁ ESPECIALIZADA PARA AS PROVIDÊNCIAS LEGAIS CABÍVEIS O INFRATOR AINDA NÃO IDENTIFICADO APENAS CONHECIDO COMO BAIANO		

Macapá/ap, 24 de setembro de 2019.

MARCELO FLEXA MONTEIRO – 2º TEN QOPMA
Responsável pelo Release/CIODES
991534338

	Governo do Estado do Amapá Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública Centro Integrado de Operações de Defesa Social	
---	--	---

RELEASE DIÁRIO 268/2019 – CIODES - COORDENAÇÃO PMAP.
DATA:24 P/ 25.09.2019 TERÇA - FEIRA P QUARTA - FEIRA (07h00min às 07h00min).

1º TURNO (07h00min às 19h00min)

Resumo das ocorrências relevantes.

Ocorrência	Natureza: ROUBO A ESTABELECIMENTO COMERCIAL OU DE SERVIÇO	VTR
Local: AV PROCOPIO/JOVINO		Hora16h07min
Resumo: EQUIPE QUE DOIS ELEMENTOS DE ALTURA 1,75, CAMISA CINZA E UMA MOCHILA PRETA E ESTAVA DE CALÇA JEANS O OUTRO DE CAMISA PRETA E BERMUDA JEANS E TINHA UM GOL BRANCO DANDO APOIO AOS ELEMENTOS OS MESMO PÓS O ROUBO SEGUIRAM EM DIREÇÃO DA RUA JOVINO D'NOA E DOBRAM NA AVENIDA TUPINAMBAR EM DIREÇÃO AO BAIRRO DO PERPETUO SOCORRO, EQUIPE REALIZANDO INCURSÃO NA TENTATIVA DE LOCALIZAR OS INFRATORES.QUE ENTRARAM EM CONTATO COM AS VITIMA QUE RELATARAM QUE 02 (DOIS) HOMENS SIMULANDO SEREM CLIENTES DO ESTABELECIMENTO, (CASA LOTERICA) PRATICARAM O ROUBO COM USO DE ARMA DE FOGO E QUE ESTES FUGIRAM EM MOTOCICLETA HONDA BIZ DE COR ESCURA, POSSIVELMENTE PRETA, COM PLACA NFP5157, QUE OS FUNCIONÁRIOS NÃO SOUBERAM PRECISAR O VALOR SUBTRAIDO.		

2º TURNO (19h00min às 07h00min)

Ocorrência	Natureza: HOMICÍDIO	VTR
Local: RUA JOVINO DINO 2135/AV ANHANGUERTA, BEIROL, MACAPÁ-AP.		Hora 21h56min
Resumo: APÓS ACIONAMENTO VIA CIODES ACERCA DE OCORRENCIA DE DISPARO DE ARMA DE FOGO NO ENDEREÇO ACIMA. QUE CHEGANDO AO LOCAL, DENTRO DA RESIDENCIA EM UM QUARTO HAVIA UM HOMEM SEM APRESENTAR SINAIS VITAIS, COM DIVERSOS DISPAROS DE ARMA DE FOGO NO CORPO. FAMILIARES INFORMARAM QUE TRES INDIVIDUOS INVADIRAM A RESIDENCIA E EXECUTARAM A VÍTIMA COM VÁRIOS DISPAROS DE ARMA DE FOGO. ESTA EQUIPE REALIZOU BUSCAS NA RESIDENCIA E NO QUINTAL HAVIA UMA MOTOCICLETA, A QUAL ERA ROUBADA E ESTAVA COM A PLACA E MOTOR ADULTERADOS. UMA TIA DA VÍTIMA NOS LEVOU A OUTRO COMODO E INFORMOU QUE HAVIA UM ARMA DE FOGO ESCONDIDA. TAL ARMA PERTENCIA A VÍTIMA QUE MORREU. A ARMA ESTAVA DENTRO DE UM CESTO DE ROUPAS ONDE FOI APREENDIDA E JUNTAMENTE COM A MOTOCICLETA APRESENTADA A ESTA DELEGACIA. INFORMO AINDA, QUE ESTA ARMA PERTENCE A POLÍCIA MILITAR, ONDE HAVIA SIDO ROUBADA DE UM POLICIAL MILITAR CONFORME BOLETIM DE OCORRENCIA Nº 024242/2019-A03 DA POLÍCIA CIVIL FEITO NO DIA 6 DE MAIO DE 2019.” OBJETOS APREENDIDOS: DA OCORRENCIA= 01 PISTOLA MARCA IMBEL MODELO EKA16638, COM 01 CARREGADOR CONTENDO 15 MUNIÇÕES INTACTAS, 01 MOTOCICLETA, MARCA HONDA, MODELO CB300, DE COR VERMELHA, PLACA QLN-2015 (ADULTERADA), PLACA VERDADEIRA QLN-5310, 01 MOLHO DE CHAVE CONTENDO A CHAVE DA MOTOCICLETA E UMA CHAVE PEQUENA DE COR PRETA. VÍTIMA: BRENO DOS SANTOS CARDOSO, 24 ANOS, MACAPÁ-AP (COM PASSAGEM PELO IAPEN) OS INFRATORES NÃO FORAM LOCALIZADOS		

Macapá/ap, 25 de setembro de 2019.

MARCELO FLEXA MONTEIRO – 2º TEN QOPMA
Responsável pelo Release/CICODES
991534338